



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Zeni Melo Ferreira


**O Conflito Socioambiental e a Saúde na Cidade dos Meninos, Periferia de
Duque de Caxias-RJ**

Duque de Caxias

2015

Zeni Melo Ferreira

**O Conflito Socioambiental e a Saúde na Cidade dos Meninos, Periferia de
Duque de Caxias-RJ**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Cultura e Comunicação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Neiva Vieira da Cunha

Duque de Caxias
2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CEHC

F383 Ferreira, Zeni Melo
Tese O conflito socioambiental e a saúde na Cidade dos Meninos,
 periferia de Duque de Caxias-RJ / Zeni Melo Ferreira – 2015.
 321 f.

Orientadora: Neiva Vieira da Cunha.
Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada
Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Proteção ambiental – Aspectos sociais – Teses. 2. Conflito social
– Duque de Caxias (RJ) - Teses. 3. Ecologia urbana – Teses. I. Cunha,
Neiva Vieira da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 504(815.3)

Bibliotecária: Lucia Andrade CRB7 / 5272

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Zeni Melo Ferreira

**O Conflito Socioambiental e a Saúde na Cidade dos Meninos, Periferia de
Duque de Caxias-RJ**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Cultura e Comunicação.

Aprovada em 19 de outubro de 2015.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Neiva Vieira da Cunha (Orientadora)
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Prof. Dr. Mauro Henrique de Barros Amoroso
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Prof.^a Dra. Marize Bastos da Cunha
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

Duque de Caxias

2015

DEDICATÓRIA

Aos que estão por aqui (Cidade dos Meninos) e aos que já fizeram a passagem para o plano espiritual, aos nossos avós, pais e mães, tios, irmãos, filhos, companheiros, amigos de infância, vizinhos, ex-alunos internos ou não, mestres, enfim, a todos os descendentes desta mesma história, que carregam em si as lembranças e incertezas acompanhadas de esperança de dias melhores...

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Dra. Neiva Vieira da Cunha, pelo apoio no desenvolvimento intelectual e elaboração deste trabalho.

Aos professores, Dr. Mauro Henrique de Barros Amoroso e Dra. Marize Bastos da Cunha, membros da Banca Examinadora, por terem atendido ao convite para desempenhar este papel, dispondo de seu tempo e conhecimento para analisar este trabalho.

Aos professores do Mestrado por abrir as janelas do conhecimento e nos mostrar que há um horizonte maior que imaginávamos a nossa espera.

À Professora Dra. Rosália de Oliveira da ENSP/FIOCRUZ, pelo apoio, colaboração e fornecimento de materiais bibliográficos que enriqueceram o estudo.

Aos meus filhos amados Vinícius, Lucas e Letícia, razão do meu esforço e perseverança, os quais compreenderam a minha necessidade de aproveitar cada momento livre, mesmo nas férias, para me dedicar aos estudos. E ao meu bebê (in memoriam), saudades. É por esse amor incondicional que sinto por vocês, que quando o sono e o cansaço, nas madrugadas solitárias de estudos me tiravam a atenção, eu persistia.

À minha mãe e meu pai (in memoriam), pela minha existência e à minha avó Maria dos Prazeres (in memoriam), que da sua forma muito humilde e carinhosa, cuidou de mim durante minha infância, um anjo em minha vida.

Ao meu esposo Ronaldo pelo apoio e paciência, até onde lhe foi possível.

Aos ex-moradores e moradores de Cidade dos Meninos, em especial a Marilene Lamin, por dedicar um pouco de seu tempo a colaborar com esta pesquisa.

Aos ex-alunos de Cidade dos Meninos que participaram com seus relatos e a tantas outras pessoas que de alguma forma colaboraram para a realização deste estudo.

Aos colegas da turma do Mestrado da FEBF 2013, em especial Luciano Silva e Leonardo Oliveira, pelo apoio para atingirmos nossos objetivos diante de inúmeras dificuldades.

Ao Leonardo e a Roberta da Secretaria do Mestrado pela atenção, auxílio e paciência em atender às nossas solicitações.

E por fim, a todas as pessoas que de algum modo colaboraram para a realização deste estudo.

RESUMO

FERREIRA, Z.M. *O Conflito Socioambiental e a Saúde na Cidade dos Meninos, Periferia de Duque de Caxias-RJ*. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2015.

O objetivo geral desta dissertação é analisar, de uma perspectiva etnográfica, descrevendo a evolução do conflito socioambiental na Cidade dos Meninos, identificando a origem do problema, os atores envolvidos e as consequências na saúde da população exposta à contaminação ambiental por compostos organoclorados ocorrida há mais de cinco décadas, e evidenciando os sentimentos sociais dos afetados. Este estudo não se limita a apresentar os riscos e os impactos ambientais que podem afetar a saúde da população da Cidade dos Meninos e talvez a população do entorno, mas acima de tudo, demonstrar que a população afetada é portadora de direitos, tornando visível as injustiças e a procrastinação da resolução do conflito socioambiental. Entende-se por *injustiça ambiental* o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (ACSELRAD *et al.*, 2004). A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, de base etnográfica, voltada para o estudo de caso. No presente caso, o conflito socioambiental na Cidade dos Meninos, evidencia a questão fundiária como principal foco das atenções, tendo em vista a valorização da área por estar bem localizada de forma privilegiada no meio das principais rodovias e com possibilidade de desenvolvimento econômico e industrial para o município, estando prevista a retirada dos moradores como justificativa para a remediação ambiental, uma vez que Cidade dos Meninos permaneceu esquecida e invisível durante décadas. Em contrapartida, a população que durante longos anos resistiu às pressões, identificando-se com o território e em sua maioria possuindo o desejo de permanência no local, mesmo sabendo da contaminação, continua aguardando o reconhecimento dos seus direitos e continua vulnerável, convivendo com os riscos e incertezas.

Palavras-chave: Cidade dos Meninos. Contaminação. Conflito Socioambiental. Organoclorados. Saúde.

ABSTRACT

FERREIRA, Z.M. *The Environmental Conflict and Health at the Cidade dos Meninos, Outskirts of Duque de Caxias-RJ*. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2015.

The general objective of this dissertation is to analyze, from an ethnographic perspective, the evolution of socioenvironmental conflict in the Cidade dos Meninos, identifying the origin of the problem, the actors involved and the health consequences of the population exposed to environmental contamination by organochlorine compounds of five decades, and showing the social feelings of those affected. This study is not limited to presenting the risks and the environmental impacts that can affect the health of the population of the Cidade dos Meninos and perhaps the surrounding population, but above all, to demonstrate that the affected population has rights, making visible the injustices and the procrastination of the resolution of the socio-environmental conflict. Environmental injustice is understood as the mechanism by which unequal societies, from an economic and social point of view, place the greatest burden of environmental damage on development on low-income populations, discriminated racial groups, traditional ethnic peoples, working-class neighborhoods, to marginalized and vulnerable populations (ACSELRAD et al., 2004). The methodology used was the qualitative research, with an ethnographic basis, focused on the case study. In the present case, the socioenvironmental conflict in Cidade dos Meninos, shows the land issue as the main focus of attention, considering the valorization of the area because it is well located in a privileged way in the middle of the main highways and with the possibility of economic and industrial development for the municipality, and residents are expected to be withdrawn as justification for environmental remediation, since Cidade dos Meninos remained forgotten and invisible for decades. On the other hand, the population that for a long time resisted the pressures, identifying itself with the territory and most of them possessing the desire to stay in the place, even knowing of the contamination, continues to await the recognition of their rights and remains vulnerable, living with the risks and uncertainties.

Keywords: Cidade dos Meninos. Contamination. Environmental conflict. Organochlorine. Health.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMACM	Associação de Moradores e Amigos da Cidade dos Meninos
AMRJ	Arco Metropolitano do Rio de Janeiro
ATSDR	Agency for Toxic Substances and Disease Registry (Agência de Substâncias Tóxicas e Registro de Doenças)
BHC	Do inglês Benzene Hexachloride
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
CESTEH	Centro de Estudo de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da FIOCRUZ
CETESB	Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo
CM	Cidade dos Meninos
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
DDT	Diclorodifeniltricloroetano
DDE	Diclorodifenildicloroetileno
DNA	Ácido desoxirribonucleico
DNERu	Departamento Nacional de Endemias Rurais
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
FACR	Fundação Abrigo Cristo Redentor
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FIRJAN	Federação da Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FEUDUC	Fundação Educacional de Duque de Caxias
IARC	<i>International Agency for Research on Cancer</i> (Agência Internacional de Pesquisa em Câncer)
IDB	Instituto Dom Bosco
INCA	Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva
INEA	Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro
IPGV	Instituto Profissionalizante Getúlio Vargas

LBA	Legião Brasileira de Assistência Social
MPF	Ministério Público Federal
MS	Ministério da Saúde
OC	<i>Organochlorine Compounds</i> , da sigla em inglês para organoclorado
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organização Não-Governamental
OPAS	Organização Panamericana de Saúde
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCDDs	policlorados dibenzodioxinas
PCDFs	policlorados dibenzo furanos
PDAM	Plano de Desenvolvimento do Arco Metropolitano
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PMDC	Prefeitura Municipal de Duque de Caxias
POPs	Poluentes Orgânicos Persistentes
REDUC	Refinaria de Duque de Caxias
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SPP	Serviço de Produtos Profiláticos
TAC	Termo de Ajustamento de Condutas e de Obrigações
TCDD	2,3,7,8-tetraclorodibenzo-p-dioxina
TCU	Tribunal de Contas da União
TSH	Do inglês <i>Thyroid-Stimulating Hormone</i> para hormônio estimulante da tireoide
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIGRANRIO	Universidade do Grande Rio
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
WHO	do inglês World Health Organization para Organização Mundial de Saúde

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Vila Mário Pinotti (Vila Malária)	28
Figura 2 - Placa de inauguração	28
Figura 3 - Mapa Esquemático da Cidade dos Meninos	30
Figura 4 - Fábrica de Inseticidas	31
Tabela 1 - Principais alterações orgânicas associadas aos compostos organoclorados em humanos	36
Figura 5 - Reportagem Contaminação Atinge Moradores do RJ	39
Figura 6 - Pórtico da Cidade dos Meninos	42
Figura 7 - Monte de Orações	43
Figura 8 - Placa de Perigo - Área Contaminada	44
Figura 9 - Estátua de Dona Darcy Vargas	45
Figura 10 - Posto Médico – Estratégia Saúde da Família	46
Figura 11 - Igreja de N. Sra. da Conceição (matriz interdita) e igreja (anexo)	47
Figura 12 - Grêmio Recreativo da Cidade dos Meninos	47
Figura 13 - Arco Metropolitano cortando eixo superior de CM.....	48
Figura 14 - Camponeses ocupam Cidade dos Meninos	49
Figura 15 - Lei e ordem. Cartaz é para alfabetizar e metralhadora para atirar	50
Figura 16 - Manifestação pela retirada da FUNASA e do pó de broca	52
Figura 17 - Demolição de imóveis dentro da área cercada do foco principal.....	54
Figura 18 - Ônibus atolado na estrada	55
Quadro 1 - Ações judiciais de moradores de Cidade dos Meninos	60
Figura 19 - Casa em construção derrubada em Cidade dos Meninos	70
Figura 20 - Ocupação na área da barreira em Cidade dos Meninos - limite com bairro Santa Isabel.....	71
Figura 21 - Arco Metropolitano sobre o Rio Capivari em Cidade dos Meninos	74
Figura 22 - “Passagem de gado” como acesso ao outro lado do terreno CM.....	75
Quadro 2 - Resumo dos estudos em saúde realizados com a população da Cidade dos Meninos no período de 1990 a 2014.....	98
Figura 23 - Instituto Provedora Margarida Araújo	116
Figura 24 - Instituto Nossa Senhora da Paz	116

Figura 25 - Instituto Dom Bosco	117
Figura 26 - Escola Estadual Cidade dos Meninos	117
Figura 27 - Instituto Profissional Getúlio Vargas	118
Figura 28 - Escola Municipal Sara Kubitschek (2ª sede)	118
Figura 29 - Antigo “anexo” para crianças portadoras de necessidades especiais	119
Figura 30 - Placa de desvio no acesso às casas dos moradores à margem do Rio Capivari	120
Figura 31 - Obra do Arco Metropolitano ao fundo e margem de acesso às casas	120
Figura 32 - Canteiro de obras do Arco Metropolitano	121
Quadro 3 - Contaminantes de interesse, características gerais, ação tóxica, atividade carcinogênica e metabolismo de eliminação	122
Figura 33 - Panfleto do PAC Cidade dos Meninos	124
Figura 34 - Folder - Cuidado Material Tóxico Pó de Broca.....	125
Figura 35 - Vista aérea de Cidade dos Meninos	126
Figura 36 - Panfleto de venda de terrenos em Cidade dos Meninos	126
Figura 37 - Notificação extrajudicial de desocupação “voluntária” de imóvel	127
Figura 38 - Informações do MS sobre Cidade dos Meninos	128

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	REFERENCIAL TEÓRICO: O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL, VULNERABILIDADES E INCERTEZAS	18
1.1	Conflitos socioambientais e justiça ambiental	18
1.2	Vulnerabilidades e incertezas	21
2	METODOLOGIA	23
3	A CIDADE DOS MENINOS	26
3.1	Descrição histórica	26
3.2	A Contaminação ambiental e a toxicidade dos contaminantes de interesse	30
3.3	A Contaminação humana e os estudos realizados sobre a saúde da população exposta	37
3.4	Características do local	40
3.5	Síntese dos principais conflitos na Cidade dos Meninos	48
3.5.1	<u>Entre a FACR e o Ministério da Saúde</u>	48
3.5.2	<u>A expulsão de famílias e a formação da Associação de Moradores</u>	50
3.5.3	<u>Fechamento da LBA (antiga FACR) e remoção de alunos e funcionários</u> ..	52
3.5.4	<u>A retirada de 14 famílias e a demolição dos imóveis</u>	53
3.5.5	<u>A Avenida Darcy Vargas</u>	55
3.5.6	<u>Atores envolvidos e ações adotadas na Cidade dos Meninos</u>	56
3.5.7	<u>Educação Ambiental – como se “proteger” da contaminação</u>	62
3.6	Procrastinação	63
3.7	Sentimentos sociais	64
3.7.1	<u>A remoção das famílias e o sentimento de pertencimento</u>	67
3.8	Situação atual do conflito e a possibilidade do fim do isolamento geográfico	69
3.8.1	<u>O Arco Metropolitano</u>	73
4	DISCUSSÃO SOBRE O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NA CIDADE DOS MENINOS	77
	CONCLUSÃO	85

REFERÊNCIAS	87
APÊNDICE A - Resumo dos Estudos em Saúde.....	98
APÊNDICE B - Complexo Escolar da Cidade dos Meninos	116
APÊNDICE C - Obra do Arco Metropolitano	120
ANEXO A - Contaminantes de interesse.....	122
ANEXO B - Panfleto do PAC – 1350 casas, saneamento e asfalto na Cidade dos Meninos.....	124
ANEXO C - Folder utilizado na Educação Ambiental.....	125
ANEXO D - Panfleto de venda de terrenos de Cidade dos Meninos	126
ANEXO E - Notificação extrajudicial de desocupação de imóvel	127
ANEXO F - Demanda SIC nº 1394212 de 27/04/2015.....	128

INTRODUÇÃO

Casos de conflitos socioambientais surgem a cada momento em nosso país, que é vasto em território, em recursos naturais, em desigualdades e injustiças sociais.

As periferias constituem-se como locais de segregação social e geograficamente são consideradas como espaço que se distancia do centro das cidades/países, concentrando populações segregadas e excluídas, principalmente, pela classe social, pela raça, por seus hábitos e costumes, assim como sua forma de expressão cultural. Sofrem com a falta de infraestrutura urbana, saneamento básico e problemas ambientais.

O projeto de uma instituição onde meninas desamparadas encontrassem abrigo, educação e treinamento para o trabalho, foi idealizado pela primeira Dama D. Darcy Vargas, a Cidade das Meninas, começaria então a se concretizar quando a União doou em 1943, uma área no Núcleo Colonial São Bento. Mas em 1946, o patrimônio da Fundação Darcy Vargas foi transferido para a Fundação Abrigo Cristo Redentor que deu continuidade ao projeto da Cidade das Meninas, que se encontrava em fase de instalação. Ao assumir a gestão, a direção da Fundação Abrigo Cristo Redentor considerou muito complexo um educandário feminino, passando a aceitar crianças desamparadas do sexo masculino. Assim, surgiu a Cidade dos Meninos, com o núcleo inicial de uma a escola agrícola.

Em 1947, oito pavilhões da Cidade dos Meninos, foram cedidos ao Ministério da Educação e Saúde, para instalação do Instituto de Malariologia, e considerando que a malária era endêmica em toda a Baixada Fluminense, em 1950 a foi inaugurada Fábrica de Inseticidas. Diante da escassez de recursos do local, o Ministério da Saúde proporcionou assistência social e casas aos seus servidores, assistência médica/hospitalar e uma escola extensível a todos da comunidade.

O objetivo geral desta dissertação é analisar, de uma perspectiva etnográfica, descrevendo a evolução do conflito socioambiental na Cidade dos Meninos, identificando a origem do problema, os atores envolvidos e as consequências na saúde da população exposta à contaminação ambiental por compostos organoclorados ocorrida há mais de cinco décadas, e evidenciando os sentimentos sociais dos afetados.

Convive nesta localidade uma população de aproximadamente 1720 pessoas, distribuídas em 590 famílias, sendo que destas 132 são do bairro Capivari (considerando as ruas Marques de Barbacena e Isidoro Lopes), cadastradas no Programa Saúde da Família, conforme relatos de membros do posto médico em 2015, em conversa informal.

Dentro da complexidade socioambiental de Cidade dos Meninos, o modo de viver, adoecer e morrer da população exposta a um ambiente socialmente construído e historicamente marcado pelo contexto da assistência social das Casas Lares, de D. Darcy Vargas, da Fundação Abrigo Cristo Redentor (FACR), de Raphael Levy Miranda, e pelo legado do Instituto de Malariologia, do então Ministério da Educação e Saúde, ainda é obscuro frente ao processo de contaminação ambiental - uma contradição do que seria o papel do Ministério da Saúde – elaborar políticas públicas para promoção, prevenção e assistência à saúde da população.

Destarte, e de forma não menos importante, cabe inserir no espaço desta introdução, o percurso que me conduziu a elaboração desta Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O meu vínculo com a Cidade dos Meninos se deu com a vinda do meu avô materno do Ceará, na década de 1950, para trabalhar no Departamento de Endemias Rurais do Ministério da Saúde, onde o mesmo recebeu um terreno para construir uma casa e instalar a família vinda do Nordeste. Posteriormente, com o encerramento das atividades da fábrica, meu avô foi transferido para Fiocruz, em Manguinhos, neste período, minha mãe iniciava em seu primeiro emprego no laboratório do 1º andar da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) e meu pai trabalhou, embora por pouco tempo, na Fundação Abrigo Cristo Redentor (FACR).

Minha constelação familiar é muito simples, meus pais não chegaram a cursar ao ensino superior. Nascida e criada na Cidade dos Meninos, estudei o ensino fundamental (até a 4ª série do antigo 1º grau) na escola Municipal Sara Kubitschek, que à época, ficava a poucos metros da área contaminada. Na minha infância, tanto eu quanto outras crianças da comunidade brincávamos tranquilas, ao ar livre, e por vezes interagíamos com os alunos internos nas festividades juninas, nos desfiles da banda das escolas da FACR, nas missas de domingo e em épocas de comemorações dos dias de Cosme e Damião e das Crianças, ficávamos a margem da estrada, na esperança de receber doces e brinquedos que os visitantes levavam para os alunos internos. Lembro-me que ficava feliz ao ver o “caixotinho” (apelido do micro-ônibus antigo) passando pela rua levando os alunos para passear, eles ficavam eufóricos.

Para cursarmos o segundo seguimento do ensino fundamental e do ensino médio, tínhamos que buscar colégio particular fora de Cidade dos Meninos, nos bairros próximos e principalmente no centro de Duque de Caxias, visto que as vagas em escolas públicas eram escassas e enfrentávamos além da dificuldade com gasto do pagamento das mensalidades e passagens, o horário do ônibus (linha Fundação Abrigo Cristo Redentor) chegava a ter duas

horas de intervalo, o que por vezes nos levava a fazer o percurso de quilômetros de estrada a pé.

Após a saída do Ministério da Saúde da Cidade dos Meninos, a rotina girava em torno das atividades da FACR, os rejeitos próximos ao esqueleto da fábrica do Instituto de Malariologia não pareciam oferecer riscos a quem frequentasse o local, mesmo exalando cheiro típico de “pó de broca”. No entanto, com as notícias da contaminação em 1988 e a posterior transferência dos alunos, funcionários e alguns moradores, pairou um clima de medo, melancolia, insegurança e incertezas sobre o futuro da comunidade.

Já formada em Ciências Biológicas desde 1992, pela faculdade FEUDUC (Fundação Educacional de Duque de Caxias), a partir do final do ano 2000 participei da Associação de Moradores e Amigos da Cidade dos Meninos, como presidente e posteriormente em outros cargos ou mesmo apoiando outras diretorias, buscando resposta aos anseios da população local, à falta de transparência nas ações das instituições envolvidas, num cenário de muitas mudanças na rotina de vida das pessoas aliado ao fato das pesquisas estarem revelando o grau, a extensão da contaminação e a possibilidade do dano não só ambiental, mas também à saúde humana e de gerações futuras.

Diante de um cenário de muitas incertezas e preocupações, questões surgiam a todo momento na mente dos moradores: “Como pôde o Ministério da Saúde “esquecer” rejeitos contaminantes no ambiente? Por que o Ministério da Saúde não informou sobre os riscos aos quais a população estava exposta? O pó de broca causa doenças? Vamos ter que deixar nossas casas? Por que não temos atendimento à saúde especializado adequado a quem esteve exposto a contaminantes químicos? A área é bem localizada entre as principais rodovias, por isso querem nos tirar daqui? ”

Enquanto membro da AMACM, representamos a Cidade dos Meninos na Comissão de Defesa do Consumidor Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados em 14/05/2002, em Brasília, e junto com outros membros da associação, também participamos de algumas reuniões com Ministério da Saúde, Ministério Público, Fiocruz e outras instituições, até onde nos foi permitido, pois limitavam a participação da Associação com o argumento de que ora a reunião era técnica e ora era política. Tínhamos como finalidade chegar a uma solução para os diversos problemas que se apresentavam, mas após períodos de eleições voltava à estaca zero e começava tudo novamente, outras equipes, novos pensamentos, novos cadastros. Então, busquei estudar mais sobre o assunto, fiz especialização em Direito e Saúde e em Vigilância em Saúde Ambiental pela Fundação Oswaldo Cruz, voltei para a universidade e iniciei o curso de Direito na UNIGRANRIO (Universidade do Grande Rio). E no decorrer dos anos era comum

concedermos entrevistas a repórteres, pesquisadores e acadêmicos, de diversas instituições, para colaborar com as pesquisas e conseqüentemente para dar mais visibilidade ao problema que enfrentávamos. Assim, tive oportunidade de conhecer algumas pessoas que me motivaram a cursar o mestrado, como a Professora Dra. Neiva Vieira, a Mestranda Elisa dos Anjos e Dra. Rosália de Oliveira, então no momento oportuno, fiz a inscrição na FEBF/UERJ, passei pelas etapas de seleção e iniciei os estudos.

Na condição de moradora, a autora vivenciou e observou situações de dificuldades do cotidiano local, o descaso com os direitos fundamentais, a luta pela obtenção de informações concretas sobre a contaminação e a saúde da população, como resultados dos exames toxicológicos e as ações que estavam sendo tomadas, o fato de que a informação chega primeiro através da imprensa e de outras formas de mídia, como Internet e publicações em periódicos científicos, para depois serem informados pessoalmente, como foi no caso a demora e da entrega dos resultados dos exames toxicológicos, em que ficaram sabendo que da contaminação através do telejornal, as pressões do Governo Federal, a culpabilização da população pelo espalhamento do material contaminante, o fechamento das escolas e a transferência dos alunos internos e externos, a remoção da população, a falta de transparência e a descontinuidade das ações geraram conflitos e incertezas a respeito de todo o processo.

Ao questionar o pesquisador responsável pelo exame toxicológico sobre o fato de ter amamentado seus filhos, sendo que a última por dois anos e meio, além da transmissão via placentária durante a gestação, este período todo recebendo “baixas doses” de compostos organoclorados, e a resposta ao questionamento foi que não haveria problema, pois, os valores eram baixos. Porém, de acordo com a WHO (2006), as crianças podem estar em maior risco em diferentes fases do desenvolvimento, porque as abordagens de avaliação de risco tradicionais e políticas ambientais de saúde têm-se centrado principalmente em adultos e padrões adultos de exposição e não na população infantil.

Diante destas circunstâncias, potencializou-se a ideia de estudar o caso da contaminação da Cidade dos Meninos, investigar os “*atos irrelevantes*” que emergem do cotidiano e dar *visibilidade* aos conflitos socioambientais que surgiram e foram materializados em ações judiciais. Para a realização deste estudo, optou-se pela pesquisa qualitativa, a partir de uma perspectiva etnográfica, buscando transformar o *familiar em exótico* (DA MATTA, 1978 p.4).

Desse modo, há perguntas que sempre se repetem: “Você já teve algum problema de saúde causado pelo pó de broca?” E a resposta sempre é: “não sei, não posso afirmar se o que tive foi devido à contaminação ou não, pois, os pesquisadores nunca afirmaram esta correlação, usam sempre a expressão... *pode ser...*”. Qual a origem do conflito em Cidade dos Meninos?

Como está sendo acompanhada a saúde da população? Com a obra do Arco Metropolitano, ocorreu a valorização da área? Que sentimentos tem a população que vivencia o conflito? Qual o foco central do conflito, o que realmente está em jogo? Essa dissertação busca responder algumas dessas questões.

Tomando como referência o trabalho de Henry Acselrad (2004), baseamo-nos na ideia de que todo conflito ambiental é necessariamente social, portanto, é socioambiental, pois envolve grupos, comunidades e instituições da sociedade. Ele acontece em um contexto histórico onde predominam determinadas formas de produção, determinados valores, interesses e visões sobre a maneira de agir e de se apropriar do território, com variadas significações quanto à utilização dos recursos naturais e quanto à repartição de seus benefícios (REVISTA MEMO, nº 8 de set. 2011).

Para o desenvolvimento do estudo sobre o conflito socioambiental e a saúde na Cidade dos Meninos, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever etnograficamente o conflito socioambiental, as vulnerabilidades e as incertezas existentes na Cidade dos Meninos;
- b) Reconstituir o histórico da Cidade dos Meninos e o processo da contaminação ambiental e humana;
- c) Apresentar os atores envolvidos e as ações implementadas nas tentativas de solução;
- d) Levantar e sistematizar os estudos de saúde já realizados com a população afetada;
- e) Evidenciar os sentimentos sociais dos afetados.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. No Capítulo 1 será apresentado o Referencial teórico que fundamentam a pesquisa aqui apresentada: as noções de território, de conflito socioambiental, de vulnerabilidades e incertezas. O Capítulo 2 abordará a metodologia adotada no desenvolvimento da pesquisa e no Capítulo 3 apresentará a Cidade dos Meninos, a descrição histórica do processo de contaminação ambiental e humana, a toxicidade dos contaminantes de interesse, além de apresentar os estudos sobre a saúde da população, as características do local, a síntese dos principais conflitos, a situação atual e os impactos da construção do Arco Metropolitano. Em seguida, no Capítulo 4 apresentaremos a discussão e análise do conflito socioambiental na Cidade dos Meninos.

E por fim, a Conclusão com as principais abordagens da pesquisa, as Referências, Apêndices e Anexos.

1 REFERENCIAL TEÓRICO: O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL VULNERABILIDADES E INCERTEZAS

Neste capítulo serão apresentados os conceitos que fundamentam a pesquisa, a iniciar pelo conceito de território, que em sua dimensão simbólica, está repleto de significados afetivos para o indivíduo por estar vinculado à construção da história individual e coletiva. É suporte e produto da formação da identidade, pois nele são suscitados os sentimentos de pertencimento, enraizamento e especificidade (DUARTE; LUZIO, 2004).

Assim, a territorialidade remete a algo extremamente abstrato, que faz com que um território seja diferenciado em relação aos outros e torne-se depositário de afeto; o que se vive no território é refletido nas dimensões cultural, política, econômica e social. Portanto não há como se falar em conflito se não falar antes de território.

Nas palavras de Raffestin (1993, p. 143), o espaço é anterior ao território e ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente os atores “territorializam” o espaço. Assim, a construção do território revela relações marcadas pelo poder exercido por pessoas ou grupos, e sem o qual não se define o território.

O território de Cidade das Meninas/dos Meninos foi historicamente criado para atender a crianças carentes e também resolver o problema social e de saúde pública, pois a malária endêmica, assolava do Rio de Janeiro. Segundo Jason Mendes Carlos (2014, p.84), o território de Cidade dos Meninos foi planejado segundo interesses políticos do Governo, deixando de lado as necessidades locais, controlando sua densidade demográfica, visando diminuir sua expressividade política.

Carlos (2014, p.90) sugere que a questão de Cidade dos Meninos pode ser tratada eminentemente como territorial quando observada pelos seus condicionantes históricos de dominação, apropriação e disputa pela propriedade fundiária.

1.1 Conflitos socioambientais e justiça ambiental

De acordo com Acselrad et al (1995), os conflitos socioambientais são, em síntese, conflitos sociais cujo objeto são elementos da natureza e que expressam relações de tensão entre interesses coletivos/espços públicos x interesses privados/tentativas de apropriação de espços públicos. Envolvem o interesse difuso do livre acesso e usufruto dos serviços da natureza, para

toda a coletividade. A relação existente entre conflitos ambientais e áreas contaminadas está muito bem articulada à noção de *justiça ambiental*, que é o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo, a qual, em linhas gerais, evidencia a estreita ligação presente entre degradação ambiental e a injustiça social.

A noção de *justiça ambiental*, tem também sua vertente ligada a saúde pública, que emerge da articulação entre as áreas do meio ambiente, da educação, dos direitos humanos e a saúde pública no processo de compreensão da forma como os problemas ambientais afetam diversificadamente diferentes grupos sociais e territórios (PORTO; PACHECO, 2009).

Por *injustiça ambiental* define-se o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (ACSELRAD et al., 2004).

Para Jean Pierre Leroy (2011)¹, os conflitos ambientais estão diretamente ligados à injustiça ambiental,

Ao falar de injustiça ambiental, fala-se de conflitos. Os empreendimentos, privados e públicos, não estão chegando num território que seria ao mesmo tempo vazio de gente e “vazio” de natureza, como se fosse uma terra arrasada, um imenso terreno baldio disponível para qualquer coisa. Falamos de conflito porque eles batem de frente com populações – povos indígenas, agroextrativistas, pequenos produtores, organizações populares e sindicais e ONGs, setores do poder público e da academia, etc. - que já estão lá, que têm uma história de vida, de sobrevivência e de reprodução humana e econômica e que têm propostas e projetos para elas e para a região. Não aceitam mais que lhes sejam impostos a força projetos destruidores do seu futuro (LEROY, 2011)

No senso comum, tanto a noção de conflito, quanto de conflito social é impregnada de atribuições negativas, sendo associada apenas a aspectos negativos da vida social. Neste contexto, Simmel aponta como uma das virtudes do conflito a sua capacidade de se constituir em um espaço social que permite que as partes, às vezes ásperas e díspares, se encontrem num mesmo plano situacional, impondo-se um nivelamento, um ato de reconhecimento do outro, que é condição necessária para a própria disputa e eventual superação do conflito (SIMMEL, 1977 apud MACIEL, 2011).

No entendimento de Little (2004), os conflitos socioambientais são embates entre grupos sociais em relação aos seus distintos modos de se relacionar com os recursos naturais, ou seja, com seus respectivos meios social e natural. Considerando a existência de muitos tipos de conflitos sociais, pode-se classificar um determinado conflito como socioambiental quando este gira em torno de interações ecológicas. Essa definição remete à presença de múltiplos

¹ Disponível em: < <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/?pg=txtAnalitico> > Acesso em: fev.2014.

grupos sociais em interação entre si e em interação com seu meio biofísico (LITTLE, 2004). Estes conflitos relacionados aos recursos naturais são conflitos sobre as terras que contém tais recursos e entre grupos que reivindicam essas terras como seu território de moradia ou vivência (LITTLE, 2001)

No que diz respeito aos tratamentos e formas de mediação dos conflitos, Theodoro (2005 apud NASCIMENTO; BURSZTYN 2012) coloca que os principais mecanismos que têm sido utilizados no Brasil, além dos meios jurisdicionais públicos muitas vezes limitados, são:

a) Conciliação: meio extrajudicial de tratamento dos conflitos onde as partes já se polarizaram sobre o objeto de disputa e há identificação clara do problema. Sua solução pode resultar em três hipóteses (a desistência de uma das partes, a submissão ou a transação negociada);

b) Arbitragem: meio em que as partes escolhem um árbitro para resolver o conflito pautado por limites estabelecidos por uma cláusula arbitral e ao final as decisões ficam vinculadas a uma sentença arbitral;

c) Mediação: é um meio de tratamento auto compositivo em que o mediador não decide, mas facilita o diálogo. O papel do mediador é explicitar os fatos que lhe foram narrados pelas partes, seus prós e contras sem tomar partido ou apresentar uma solução definitiva. É um procedimento mais brando e que considera mais os aspectos legais envolvidos no conflito indicado apenas para crises menos intensas.

Para Brito et al (2011), a tentativa de resolução do conflito socioambiental fora da mediação, conciliação ou negociação se apresenta prejudicial à sociedade e ao próprio ambiente, pois não garante peso igual aos diferentes interesses, não apenas em relação ao poder entre as partes, que é inteiramente desproporcional, mas, sobretudo, porque os empreendedores têm objetivos definidos e claros e os representantes comunitários têm interesses heterogêneos e geralmente não possuem técnica, conhecimento ou habilidade administrativa, jurídica e política.

Na concepção de Little (2001), para a resolução definitiva dos conflitos socioambientais é necessário eliminar as múltiplas causas que lhe deram origem, além de que as partes devem resolver as divergências existentes de forma pacífica, voluntária e consensualmente. Para ele os processos de degradação do ambiente natural necessitam ser interrompidos para que a solução seja social e ambiental. Entretanto, essas condições, embora possíveis de serem obtidas, são raras de acontecer na prática. Little afirma que é mais realista falar em tratamento dos conflitos socioambientais, em torno da negociação e do consenso, do que em sua resolução.

Para Brito et al (2011) nas áreas urbanas os conflitos são semelhantes aos que ocorrem nos países desenvolvidos, com maior destaque para a questão da equidade social. No espaço rural, os conflitos socioambientais se referem à apropriação dos recursos naturais, como terra, floresta e água, ou a preservação de culturas envolvendo as populações tradicionais, como os povos indígenas, remanescentes de quilombos, ribeirinhos, povos da floresta e outros. Segundo a bibliografia sobre aos conflitos socioambientais, estes veem se materializando nos países em desenvolvimento e está voltada principalmente para o diagnóstico dos conflitos e não para a sua negociação ou resolução. Nestes contextos os conflitos envolvendo os recursos naturais são resolvidos nas arenas jurídicas, administrativas e políticas, em detrimento das técnicas, metodologias e ferramentas utilizadas nas negociações que ocorrem nos países desenvolvidos.

1.2 Vulnerabilidades e incertezas

No que tange à *vulnerabilidade*, Marandola Jr. e Hogan (2009), a definem como um qualitativo, ou seja, envolve as qualidades intrínsecas do lugar, das pessoas, da comunidade, dos grupos demográficos e os recursos disponíveis na forma de ativos que podem ser acionados nas situações de necessidade ou emergência.

Nas palavras de Porto (2011, p. 33), a análise das potencialidades do conceito de vulnerabilidade parte de duas perspectivas. A primeira possui uma natureza epistemológica e tem origem nos trabalhos desenvolvidos por Funtowicz e Ravetz (1994 apud PORTO, 2011), na ciência pós-normal, entendida como uma nova base epistemológica e metodológica para a análise e enfrentamento de problemas socioambientais complexos. A segunda, de natureza social e política, trabalha com as contribuições de autores, principalmente brasileiros, que têm atuado na discussão teórica sobre os conflitos ambientais e os movimentos por justiça ambiental. Esta perspectiva também aponta para as estratégias de visibilização das vozes ocultas de populações afetadas na sua condição humana diante de conflitos ambientais que as vulnerabilizam (PORTO, 2011, p.33).

Os estudos sobre conflitos ambientais têm buscado uma alternativa de examinar a temática sob a ótica do ecologismo dos pobres (MARTÍNEZ-ALIER, 2012), assim, a *justiça ambiental* ganha força frente à constatação da crescente escassez dos recursos naturais e que em face dessa degradação afetam de modo desigual, distintos grupos sociais ou áreas geográficas.

Acsehrad (2004) e Porto (2007) consideram que a *Justiça Ambiental*, ao articular ambientalismo com justiça social, forma um importante exemplo de resistência aos efeitos nefastos do capitalismo globalizado, assim, ao impor as logicas econômicas e os interesses de países e elites de fora do território sobre os interesses das populações locais, os processos subsequentes de *desterritorialização* produzem situações de *injustiça ambiental* que *vulnerabilizam* as populações afetadas, não somente por colocar sobre os seus ombros vários riscos e cargas, mas por não reconhecer os seus direitos em temas tão fundamentais como a saúde, a terra, os recursos naturais e a própria cultura, expressa na relação material e imaterial com tais recursos.

A *vulnerabilidade populacional* caracteriza-se pela existência de grupos populacionais mais expostos a situações de risco cujas condições gerais de vida e trabalho são precárias com relação à inexistência de serviços de saúde, educação e serviços básicos de saneamento. Enquanto que a *vulnerabilidade institucional*, refere-se ao funcionamento insuficiente ou inadequado de mecanismos da sociedade em atuarem na promoção, prevenção e controle dos riscos (FERNANDES, 2011).

Acsehrad (2010) relata que em 1991, um memorando de circulação restrita aos quadros do Banco Mundial trazia a seguinte proposição:

"Cá entre nós, não deveria o Banco Mundial estar incentivando mais a migração de indústrias poluentes para os países menos desenvolvidos?"

Lawrence Summers, então economista chefe do Banco e autor do referido documento, apresentava como razões para que os países periféricos fossem o destino dos ramos industriais mais danosos ao meio ambiente: 1) porque os mais pobres, em sua maioria, não vivem mesmo o tempo necessário para sofrer os efeitos da poluição ambiental. Segundo ele, alguns países da África ainda estariam subpoluídos. 2) por que, na "lógica" econômica, as mortes em países pobres têm custo mais baixo do que nos ricos, pois os moradores dos primeiros recebem salário mais baixos (ACSELRAD, 2010 p.7).

As incertezas que surgem durante os processos de avaliação de riscos são suficientemente grandes gerando conflitos crônicos e indecisão. A natureza e a extensão de muitos riscos são intrinsecamente incertas e por conseguinte são o foco da disputa científica. Incertezas prevalecem em diversos níveis: a extensão e significado dos problemas, suas causas, seu potencial de efeitos à saúde e os métodos apropriados de remediação são todos objetos de diversas interpretações. Em muitos casos, as incertezas existem por que a informação científica simplesmente não está disponível (SOUZA, 2003).

2 METODOLOGIA

Como ponto de partida, adotou-se, prioritariamente, a estratégia de realização de um trabalho de campo associado ao levantamento de dados e informações disponíveis em diferentes fontes documentais. Desta perspectiva, o método adotado neste estudo foi a pesquisa qualitativa descrita por Minayo (2010), cujo método pode ser definido como “(...) é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 2010, p. 57).

Existem possibilidades de pesquisa dentro do método qualitativo, a respeito das técnicas utilizadas, como a pesquisa bibliográfica/documental, entrevistas e relatos informais, os estudos de casos e a etnografia (GODOY, 1995).

- Pesquisa bibliográfica/documental:

Para recuperar os antecedentes do conflito socioambiental na Cidade dos Meninos (origem e desenvolvimento, identificar atores e principais ações desenvolvidas), utilizou-se a pesquisa bibliográfica/documental, consultou-se o *site* de buscas do Google Acadêmico, das bases de dados eletrônicos como *Medline*, *SciELO* e *LILACS*, da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), da Biblioteca Nacional Digital do Brasil, os bancos de dissertações e de teses das Universidades e do Portal da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) além de fontes jornalística. Para a busca processual utilizou-se a ferramenta consulta a processos no site da Justiça Federal (portal.trf2.jus.br/portal/consulta/cons_procs.asp).

Utilizou-se o Google Earth como plataforma auxiliar de localização espacial da área em estudo.

Para a pesquisa foram selecionadas as seguintes palavras chave: “Cidade dos Meninos”, “conflitos socioambientais”, “contaminação ambiental”, “organoclorados” e “saúde”.

Para registros fotográficos antes foi necessário a autorização da Administração local.

- Entrevistas e Relatos Informais:

Como formas de registros das diversas modalidades de entrevista, Minayo (2010) aponta que dentre o mais fidedigno, encontra-se o instrumento de gravação de conversa, ou

ainda, se possível, o recurso da filmagem. Assim, de posse destas informações, realizou-se também uma pesquisa de campo, observando, compreendendo e registrando os dados através de entrevistas semi-estruturadas (conversa guiada), gravada (com consentimento), e não estruturada (relatos livres) com moradores e ex-moradores, com ex-funcionários da FACR, com ex-alunos de Cidade dos Meninos, bem como depoimentos por escrito (rede social como o *FaceBook*) daqueles que tiveram a vontade de participar da pesquisa, porém, encontravam-se distantes, totalizando 10 participantes.

Cabe ressaltar, que os relatos informais e algumas entrevistas realizadas com moradores, em diferentes momentos, se deu em primeiro lugar, pelo fato da autora deste trabalho ser uma moradora local e por perceber que alguns se recusavam ou ficavam pouco à vontade em responder questionários, por estarem cansados desse método, e em segundo, por compartilhar com sua comunidade uma convivência livre e espontânea.

Como já evidenciado em outras pesquisas, ocorreram algumas dificuldades em obter informações sobre Cidade dos Meninos em órgãos públicos como a Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias e o Ministério da Saúde no Rio de Janeiro.

- Estudos de casos:

Nos moldes dos estudos de casos, optou-se por estudar o caso da Cidade dos Meninos em função de seu histórico complexo e ainda sem solução, apresentando o objeto a partir de uma perspectiva descritiva.

- Etnografia:

E ainda, tomando como exemplo o método etnográfico proposto por Laplantine, foi possível realizar uma elaboração ordenada da experiência vivida e de sua transformação em texto, através da descrição etnográfica. O referido método preconiza não apenas descrever a experiência, mas de elaborar linguisticamente o ‘visto’ e o ‘invisível’, porém, percebido nesse contato (LAPLANTINE, 2004).

Esta abordagem é compartilhada por Little (2006), pois para o autor, a etnografia dos conflitos ambientais explicita as bases latentes dos conflitos e da visibilidade a grupos marginalizados. Assim, buscou-se analisar o quadro atual do conflito, o impacto da contaminação ambiental e humana sobre a vida dos moradores, assim como o impacto da obra

do Arco Metropolitano, através do levantamento documental, bibliográfico e da pesquisa de campo.

E, finalmente, após a leitura e a sistematização de todos os documentos obtidos foi possível a elaboração de uma base de dados, na forma de um Quadro resumo dos estudos em Saúde no período de 1990 a 2014, com as informações necessárias à análise dos dados, que se encontram apresentadas no Apêndice A desta dissertação.

3 A CIDADE DOS MENINOS

3.1 Descrição histórica

A região da Baixada Fluminense, recôncavo da baía da Guanabara, começou a ser ocupada em torno de 1565, com a distribuição das primeiras sesmarias². Parte de uma dessas sesmarias foi doada pelo proprietário, à Ordem de São Bento, em 1591. Era a fazenda de Iguaçú, que, durante muito tempo, foi a principal fonte de receita do mosteiro de São Bento (BRASIL, 2004).

Por volta de 1697 o solo começou a mostrar sinais de esgotamento. Além disso, a região alagadiça e pantanosa dificultava a lavoura e a criação. Em 1871, com a libertação de seus escravos, os monges passaram a enfrentar novos problemas na administração da fazenda, devido à dificuldade de recrutar mão-de-obra. O advento da estrada de ferro trouxe novos complicadores, pois a força econômica da região dependia em grande parte dos inúmeros pequenos portos que, por via fluvial, ligavam os locais de produção de gêneros agrícolas ao principal centro de consumo que era a cidade do Rio de Janeiro. E, somando-se a isso a malária era endêmica e toda a região entrou em colapso econômico (BRASIL, 2004).

A fazenda dos beneditinos estava praticamente abandonada quando, em 1915, a Ordem de São Bento, estimulada pelo presidente do Estado do Rio de Janeiro naquele período, Venceslau Brás, que então dava início aos trabalhos de saneamento na Baixada Fluminense, através da recuperação e canalização de cursos d'água e obras de drenagem, retomou sua exploração econômica. Em 1931, quando as terras passaram ao domínio da União, sua extensão chegava a mais de 10 mil hectares. A área foi denominada Núcleo Colonial São Bento, pois abrigaria um grande projeto de colonização, onde mesmo antes de terminadas as obras de saneamento já estavam sendo construídos prédios e iniciadas plantações. (BRASIL, 2004, p. 7). Assim, o saneamento da Baixada Fluminense tinha como objetivo criar condições de habitabilidade e uso econômico em terras que, entre o mar e a montanha, eram em sua maioria pantanosas e mal drenadas. Em decorrência disto, a atuação do Estado se ampliava e

² Terreno sem culturas ou abandonado, que a antiga legislação portuguesa, com base em práticas medievais, determinava que fosse entregue a quem se comprometesse a cultivá-lo. Quem a recebia pagava uma pensão ao estado, em geral constituída pela sexta parte do rendimento através dele obtido. Quando o Brasil foi descoberto, para cá transplantou-se o regime jurídico das sesmarias. O rei, ou os primeiros donatários de capitâneas, faziam doações de terras a particulares, que se comprometiam a cultivá-las e povoá-las. Só em 1812 as sesmarias foram oficialmente extintas. Disponível em: < <http://www.dicio.com.br/sesmaria/> > Acesso em out.2015.

consolidava em várias frentes, num grande esforço de implantação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do país e talvez principalmente, por razões de ordem sanitária, pois aquela era uma região conhecida pela prevalência da malária.

A União doou, em 1943, à Fundação Darcy Vargas, a área do Núcleo Colonial São Bento, conforme o Decreto-Lei nº 5 441, de 30/04/1943, a área de quase 20 milhões de metros quadrados, foi transferida à primeira dama Darcy Vargas para a instalação da obra social de amparo a crianças necessitadas do sexo feminino, para implantação da Cidade das Meninas.

Com a finalidade de arrecadar recursos na segunda metade do ano de 1939, D. Darcy Vargas organizava espetáculos beneficentes, primeira dama da República, acabou por abrir a Caymmi as portas da alta sociedade carioca, a moda dos balangandãs atravessou o ano e foi bater no Teatro Municipal, a renda iria para a Cidade das Meninas e a Casa do Pequeno Jornaleiro, duas entidades que assistiam a crianças pobres (CAYMMI, 2001, p. 159). Outra importante colaboração foi a de Carmen Miranda, acompanhada do Bando da Lua, também fez um espetáculo beneficente para a Cidade das Meninas, no Cassino da Urca, na plateia estava a fina flor da sociedade carioca (CAYMMI, 2001 p. 185). Segundo Carlos (2014), D. Darcy agregou grandes “marcas públicas” a seu próprio nome para ligá-las, por derivação, a projetos sociais, porém com o clima internacional adverso e a tensão com rumores da II Grande Guerra, teve uma significativa diminuição de colaboradores nos seus projetos, uma vez que as pessoas passaram a controlar mais seus recursos disponíveis, o que refletiu no projeto da Cidade das Meninas.

O projeto, que inicialmente previa a construção de casas onde mães sociais abrigariam as crianças, foi modificado dando origem a 40 pavilhões e uma cidade onde os funcionários da obra social morariam com suas famílias. Mas com o fim do governo de Getúlio Vargas, em 1946, o projeto havia sido inviabilizado diante do aparecimento de fatores estruturais incontornáveis, principalmente econômico financeiros. O patrimônio da Fundação Darcy Vargas foi então transferido para a Fundação Abrigo Cristo Redentor (FACR), pelo Decreto-lei nº 9.899 de 16 de setembro de 1946, assinado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra.

A Fundação, sob a responsabilidade de Levy Miranda, um filantropo que se destacou pela realização de bem-sucedidos projetos assistenciais e amigo de D. Darcy Vargas, a quem ela confiaria a sucessão administrativa da Cidade das Meninas, “herdava” as terras para que nelas fosse implantada uma unidade de ensino profissional para meninos. Mas segundo Callado (2011, p.167) ao assumir a gestão do projeto, a direção da Fundação considerou que seria muito complexa a manutenção de um educandário feminino e passou a abrigar meninos prioritariamente – destinados a comporem um corpo de alunos voltado para o aprendizado de

técnicas agrícolas. Assim, o que surgiu foi a Cidade dos Meninos, que aceitava crianças desamparadas do sexo masculino, porém em data desconhecida, passou a aceitar crianças de ambos os sexos (BRASIL, 2004).

Já em 1947, iniciaram as negociações entre representantes do Ministério da Educação e Saúde e os da Fundação Abrigo do Cristo Redentor no sentido de que fossem cedidos alguns pavilhões para instalação de uma unidade produtiva em Duque de Caxias (CARLOS, 2014 p. 192). Após a instalação do Instituto de Malariologia na Cidade dos Meninos, ocupando os oito pavilhões cedidos pela FACR, foi somente em 1950, que a Fábrica de Inseticidas foi inaugurada, na presença de diretores do Serviço Nacional de Malária e da Fundação Rockefeller (BRASIL, 2004, p. 11), sendo posteriormente reinaugurada em 1957.

Em 1958, o Serviço de Produtos Profiláticos (SPP) instalou uma escola primária, e ainda, durante o período 1957-1961, ocorreu a instalação, em colaboração com a Legião Brasileira de Assistência, do Hospital Ministro Mário Pinotti; a recuperação de um pavilhão e sua transformação em residência multifamiliar; a construção, com aproveitamento do esqueleto do antigo biotério, de uma casa para mais três famílias e a edificação de 12 casas novas que, destinadas a funcionários, passaram a integrar a Vila Mário Pinotti (BRASIL, 2004, p. 19) (Figuras 1 e 2).

Nas palavras de Jaime Pondé (1977, p. 224), desde 1947 a FACR atendia, aproximadamente, 1240 crianças carentes de três a dezoito anos a fim de receberem instruções, preparo cívico, religioso e moral, bem como orientação para o trabalho.

Figura 1: Vila Mário Pinotti (Vila Malária)



Figura 2: Placa de inauguração



Fonte: 1) BRASIL (2004 p. 19) e 2) imagem da Placa de inauguração em 03.07.1959 cedida por morador, 2015.

Segundo relatos de ex-funcionário da FACR, R (2013), antes de 1993, o Instituto Provedora Margarida Araújo tinha capacidade para atender a 200 crianças (de 03 a 12 anos – meninas e 3 a 10 anos – meninos); o Instituto Nossa Senhora da Paz com capacidade para 150 crianças (de 10 a 12 anos – meninos); o Instituto Dom Bosco com capacidade para 250 crianças (de 12 a 14anos– meninos) e o Instituto Profissionalizante Getúlio Vargas com capacidade para 320 crianças (meninos de 14 a 18 anos), além das duas escolas públicas – a Escola Municipal Sara Kubitschek e a Escola Estadual Cidade dos Meninos.

A partir de 1993, faziam parte da estrutura educacional da “Cidade dos Meninos-Darcy Vargas”:

duas escolas públicas – a Escola Municipal Sara Kubitschek e a Escola Estadual Cidade dos Meninos – e mais o complexo escolar da Fundação Abrigo Cristo Redentor, integrado por quatro institutos: Provedora Margarida Araújo com capacidade para 200 crianças de 03 a 12 anos – meninas- e 3 a 10 anos – meninos- atendia 140; Nossa Senhora da Paz com capacidade para 150 crianças de 11 a 14 anos – meninos- atendia 70 ; o Dom Bosco com capacidade para 105 crianças de 14 a 18anos³ – meninos- atendia 105 e o Profissionalizante Getúlio Vargas estava desativado por falta de funcionários, tinha a capacidade de 250 meninos de 14 a 18 anos, e ainda, um Jardim de Infância e uma escola para alunos especiais, que juntos abrigavam aproximadamente 450 crianças no ano de 1993 (JORNAL O MUNICIPAL de 20/06/1993, p. 6; BRASIL, 2004).

O governo iniciado em 1995, por Fernando Henrique Cardoso, editou medida provisória, em 10 de janeiro, que, entre outras mudanças na administração federal, extinguiu a Legião Brasileira de Assistência. A Cidade dos Meninos passou a ser administrada pela Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Assim, foi no final de 1995 que o Ministério da Previdência e Assistência Social considerou extintos todos os convênios assinados pela Legião Brasileira de Assistência e, em 1.º de janeiro de 1996, concluiu, com a transferência de cerca de 650 crianças e o remanejamento do pessoal (funcionários ativos) (BRASIL, 2004, p.28).

Em 27 de dezembro de 1995, a Cidade dos Meninos foi incorporado ao patrimônio da Legião Brasileira de Assistência (LBA)⁴. Sendo que em 9 de abril de 2002, foi oficialmente transferido para o patrimônio da União Federal, segundo documentação regularizada pela Secretaria do Patrimônio da União, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (BRASIL, 2004, p.50).

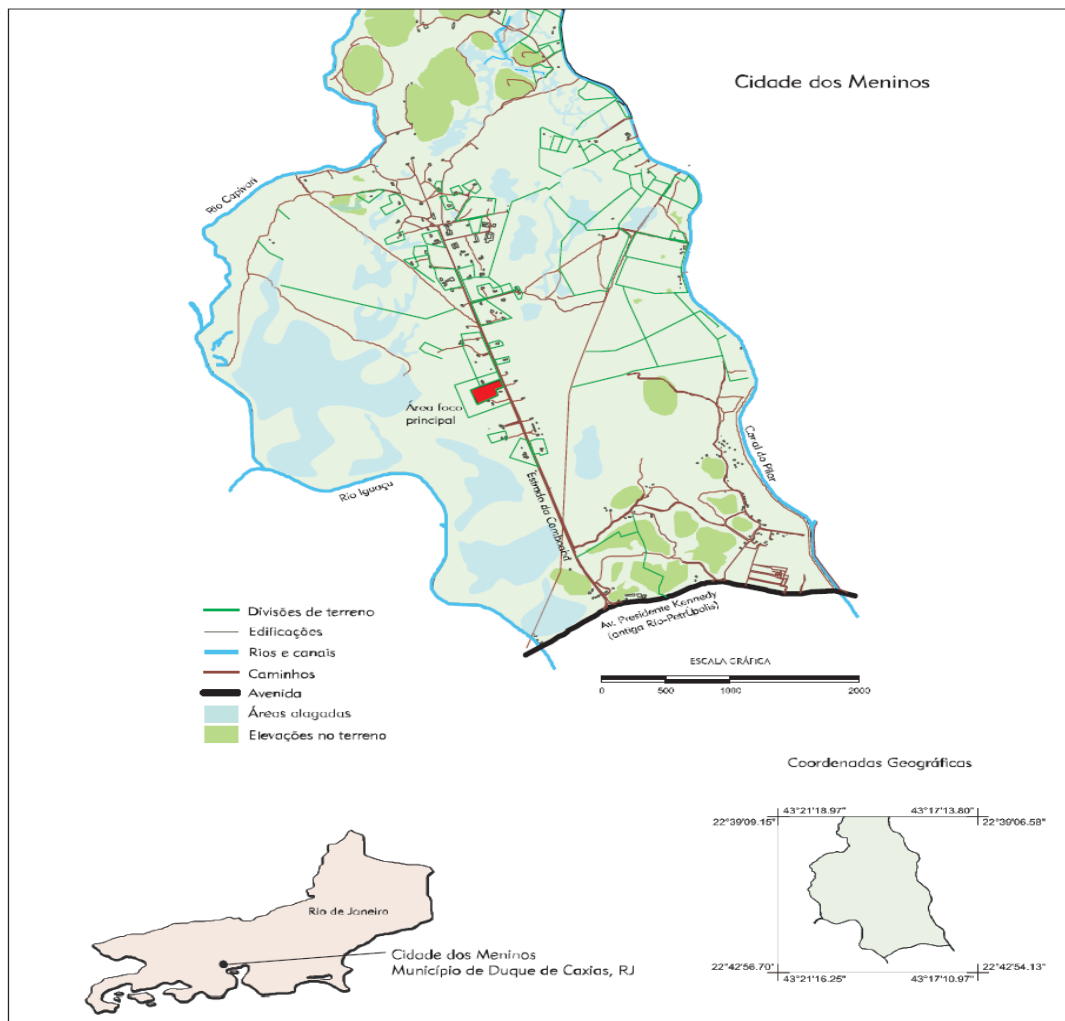
³ Devido a desativação do IPGV, os internos deste instituto foram transferidos para o IDB, que antes atendia a meninos até 14 anos de idade.

⁴ A Fundação Abrigo Cristo Redentor foi incorporada pela Fundação Brasileira de Assistência – LBA através do Decreto nº 95.033 de 14/10/1987.

3.2 A contaminação ambiental e a toxicidade dos contaminantes de interesse

A área denominada Cidade dos Meninos localiza-se entre o 2º e 4º Distritos no município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, e compreende um terreno com cerca de 20 milhões de m², cortado por uma estrada de terra intitulada Avenida Darcy Vargas (antiga Estrada da Camboaba), com extensão de aproximadamente 4,5 km, a partir da guarita de entrada até a bifurcação da mesma em frente à Igreja Católica de Nossa Senhora da Conceição. A área está situada entre o Km 12 da Avenida Presidente Kennedy, dos rios Iguazu e Capivari, e do Canal do Pilar (BRASIL, 2004), conforme Figura 3 do mapa esquemático.

Figura 3: Mapa esquemático da Cidade dos Meninos.



Fonte: BRASIL, 2004.

O mapa esquemático mostra a configuração primária da área, incluindo os bairros de Santa Isabel, Palmares e Dom Mauro Morelli (conhecido também como Mangue

Seco) na parte inferior direita onde fazem limite com o canal do Pilar, e antes da separação pela obra do Arco Metropolitano na parte superior, fazendo limite a Rua Marques de Barbacena. Apresenta ainda sinalizado em vermelho, a área do foco principal de contaminação, local onde estava instalada a fábrica de inseticidas do Instituto de Malariologia do Ministério da Saúde.

A fábrica de inseticidas inaugurada em 15 de agosto de 1950 (Figura 4), se dedicava à produção do HCH grau técnico (mistura de α -HCH, β -HCH, γ -HCH e δ -HCH), manipulava a pasta de DDT, acetato-meta-arsenito de cobre (denominado de Verde Paris), além de outros inseticidas para combater a Doença de Chagas que nesta época assolava o país. Somente o γ -HCH, chamado de Lindano, era o produto utilizado como inseticida. Os outros três isômeros eram dispostos no fundo da fábrica como rejeitos. O HCH é também vulgarmente chamado de BHC ou “pó-de-broca”, por ter sido muito utilizado contra a broca do café (BRASIL, 2004; OLIVEIRA, 1994, 2008).

Figura 4: Fábrica de Inseticidas.



Fonte: BRASIL, 2004.

Devido às dificuldades operacionais e o aumento da oferta de Lindano (o isômero gama do HCH) nos mercados nacional e internacional pelas empresas Matarazzo e Elclor, a partir de 1954, a operação da Fábrica de Inseticidas entrou em processo de desativação progressiva. Em 1955, a fabricação de HCH foi temporariamente suspensa, tendo continuidade a manipulação de DDT e outros produtos. Neste mesmo ano houve a mudança dos componentes de pesquisa do Instituto de Malariologia para Belo Horizonte e a desativação parcial da Fábrica de Inseticidas da Cidade dos Meninos. Porém, todo o rejeito da produção que era descartado permanecia no pátio da fábrica (BRASIL, 2004).

Até 1960, enquanto a fábrica produzia pastas de emulsionáveis (DDT), larvicidas (DDT), mosquicidas (DDT + Lindano), rodenticidas (composto 1080 e cianeto de cálcio) para o combate às endemias, o Laboratório de Produção de Medicamentos, outra unidade do Instituto de Malariologia que também funcionava na Cidade dos Meninos, fabricava diversos remédios em diferentes apresentações, bem como água destilada para uso em injetáveis. Entre 1960 e 1964, além dos medicamentos destinados ao tratamento das endemias rurais, o laboratório produziu remédios para o combate à tuberculose e à hanseníase, integrando o campo de ação do Ministério da Saúde (BRASIL, 2004).

Por razões econômicas, em 1960, a fábrica foi definitivamente desativada, ficando todo o seu acervo abandonado no local, inclusive, os próprios estoques da mistura técnica de HCH, matérias prima e outros subprodutos. Tudo foi deixado na área: móveis, maquinaria e até toneladas do produto *in natura* sobre o solo, segundo o relato de antigos moradores do local (OLIVEIRA, 1994). Portanto, conviveram na Cidade dos Meninos, desde 1950, os educandários da FACR e a Fábrica de Inseticidas, do Instituto de Malariologia (OLIVEIRA, 2008).

Segundo Oliveira (2008), há um silêncio em relação ao período compreendido entre 1962, quando ocorreu a mudança definitiva das atividades fabris para os terrenos do Instituto de Manguinhos, atual Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), e 1988, momento da primeira denúncia da contaminação ambiental por “pó-de-broca” na Cidade dos Meninos. Não existem informações documentadas a respeito da fábrica abandonada e do destino de seus produtos e materiais abandonados no local ao longo destes anos. A referida autora ressalta ainda, que mesmo com o início das denúncias em 1988, somente em julho do ano seguinte que a notícia teve repercussão. Todos os jornais de grande circulação no país noticiaram o depósito de um pó tóxico abandonado por uma fábrica pertencente ao Ministério da Saúde. Este pó levou à contaminação de várias pessoas e alimentos causando, inclusive, mortes por câncer.

A contaminação foi detectada pelo órgão fiscalizador ambiental e com base no laudo de vistoria apresentado pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), atual Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA) e a Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro promoveu, ainda em 1989, a retirada da Cidade dos Meninos de cerca de 40 t de HCH, praticamente puro, que foram armazenadas em bombonas de 220L na Refinaria Duque de Caxias (REDUC) da Petróleo Brasileira S/A (PETROBRAS), para posterior incineração (BRASIL, 2004).

A primeira tentativa de identificar os possíveis contaminantes no local apontou a presença de metais tóxicos em elevadas concentrações residuais de chumbo, cromo, zinco e

cádmio nas cinzas oriundas da incineração das amostras de solo, coletadas na área da antiga fábrica. Além disso, a FEEMA estimou a quantidade em cerca de 350 t de rejeitos espalhados ao redor das ruínas da antiga fábrica e analisou algumas amostras de solo, frutas e hortaliças da Cidade dos Meninos. Os escombros da fábrica e os rejeitos remanescentes perfaziam uma área denominada de área foco (principal) com 13.000 m² (OLIVEIRA, 2008).

Em 8 de setembro de 1993, perante o Ministério Público Federal, celebraram o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta e de Obrigações (TAC) o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, a Legião Brasileira de Assistência, a Fundação Oswaldo Cruz, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Na qualidade de sucessor do extinto Ministério da Educação e Saúde, o Ministério da Saúde (MS) assumiu a responsabilidade pela completa e permanente descontaminação da área da Cidade dos Meninos, bem como pela assistência à população exposta ao HCH, comprometendo-se a arcar com a totalidade dos recursos necessários à implementação das medidas propostas pelos órgãos técnicos (BRASIL, 2004). Entretanto, não houve necessariamente cumprimento das etapas acordadas por parte do MS, nem mesmo das punições previstas pelo Ministério Público Federal (MPF), apesar de este ter determinado (OLIVEIRA, 2008).

Cabe destaque a tentativa frustrada de remediação ocorreu em 1995, quando o Ministério da Saúde retirou os escombros da antiga fábrica e construiu uma cerca de isolamento na área foco principal de contaminação com objetivo de limitar a circulação de pessoas no local e contratou a empresa Nortox para remediar a área por meio de tratamento químico com aplicação de cal virgem e revolvimento do solo. Esse processo resultou na ampliação da área foco principal, assim como, da geração de subprodutos dos compostos produzidos e manipulados na fábrica, caracterizados como mais tóxicos e nocivos à saúde humana e ainda, que o foco principal de contaminação, inicialmente possuía 13.000 m² (BASTOS, 1999).

Ressalta-se que os estudos realizados na área contaminada no período de 1994 a 1999, antes e após a aplicação de cal, mostraram que este tratamento foi ineficaz (OLIVEIRA, 1994; BASTOS, 1999).

Em 2001, as dez famílias que residiam nas proximidades da área foco principal de contaminação foram transferidas para moradias alugadas, com recursos do Ministério da Saúde, fora de Cidade dos Meninos, e suas casas foram demolidas pela Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Sendo necessário refazer o cercamento da área foco, incluindo a área das residências demolidas e seus escombros, e foram colocadas placas de sinalização avisando do perigo da

contaminação no local, com isso, ampliou-se a área do foco principal, que atualmente é de aproximadamente 70.000 m² (BRASIL, 2002, 2004).

Os estudos de caracterização ambiental de AMBIOS (2002), foram finalizados com a realização do Relatório de Avaliação de Risco à Saúde Ambiental e Humana, categorizando a Cidade dos Meninos como Local de Perigo A – Perigo Urgente para a Saúde Pública.⁵ Neste concluiu-se que além da área foco principal de contaminação (área da antiga fábrica de pesticidas), existem focos secundários de contaminação como a estrada da Camboaba (atual Av. Darcy Vargas) e na estrada vicinal próximo à Igreja Evangélica, onde foram utilizados resíduos para tapar buracos nestas vias, e ainda, resíduos depositados nas imediações do laboratório da antiga fábrica, na localidade denominada Vila Malária. E comparando as concentrações máximas dos contaminantes químicos analisados em solo e água superficial e subterrânea e em alimentos como ovo de galinha, mandioca e cana de açúcar, com os respectivos valores de referência utilizados no estudo, os resultados indicaram que os compostos organoclorados superaram as normas estabelecidas. Os contaminantes de interesse⁶ a serem observados nos processos de mitigação ambiental e no acompanhamento da saúde da população afetada foram os seguintes: HCH e seus isômeros, DDT e seus metabólitos, Triclorobenzenos, Triclorofenóis, Dioxinas e Furanos.

Organoclorados são compostos à base de carbono, com radicais de cloro, derivados do clorobenzeno, do ciclohexano ou do ciclodieno (OPAS, 1997). A sua utilização no controle de vetores transmissores de doenças e no desenvolvimento da agricultura, acarretou sérios problemas de contaminação ambiental, devido à sua persistência, penetração em todos os

⁵ Nos Estados Unidos, quando um local é considerado CATEGORIA DE PERIGO A - Perigo urgente para a saúde pública, a ATSDR emite com urgência uma Notificação de Saúde que inclui recomendações para mitigar os riscos à saúde do local. As recomendações emitidas pelo assessor e/ou a avaliação de saúde devem ser consistentes com o grau de perigo e as preocupações temporais que representam as exposições a substâncias perigosas no lugar. Com base no grau de perigo em um local e a presença de rotas de exposição completas passadas, presentes ou futuras, suficientemente definidas, se recomendam as seguintes ações de saúde pública: - Estudos de indicadores biológicos de exposição; - Provas biomédicas; - Estudo de caso; - Estudo de prevalência de sintomas e enfermidade; - Investigação de saúde comunitária; - Vigilância específica do lugar; - Sistema voluntário de acompanhamento informado de residentes; - Investigação de grupo (cluster); - Revisão de estatística de saúde; - Educação de profissionais de saúde; - Educação para a saúde; e/ou - Investigação específica de uma substância.
Disponível: <http://www.acpo.org.br/saudeambiental/CGVAM/02_Avaliacao_de_Risco/05_santo_amaro_ba/parte29_conclusoes_e_recomendacoes.pdf> Acesso em: jul.2014

⁶ Os contaminantes de interesse são os compostos químicos específicos do local de risco selecionados para uma avaliação posterior sobre seus efeitos potenciais na saúde. Identificar os contaminantes de interesse é um processo interativo que se baseia na análise das concentrações dos contaminantes no local, a qualidade dos dados da amostragem ambiental e o potencial de exposição humana (BRASIL, 2007 a, p.5).

compartimentos do ecossistema global e constitui um risco potencial à saúde humana (SILVA, 2009).

Os compostos organoclorados são hidrocarbonetos clorados sintetizados pelo homem e portanto, não ocorrem naturalmente no ambiente. Podem ser divididos em dois grupos: baixo e alto peso molecular. Os pesticidas organoclorados e bifenilas policloradas (PCBs) enquadram-se na classificação de alto peso molecular. Além disso, fazem parte de um grupo de compostos classificados como poluentes orgânicos persistentes (POPs). Tal atribuição deve-se a três características básicas: persistência ambiental, bioacumulação⁷ (com consequente biomagnificação⁸ na cadeia trófica) e alta toxicidade (CASARETT, 2001 apud GUIMARÃES, 2011).

Compostos clorados de carbono como o hexaclorociclohexano (HCH), diclorodifeniltricloroetano (DDT), policlorados dibenzodioxinas (PCDDs) e policlorados dibenzo furanos (PCDFs) são distribuídos globalmente no ambiente. Devido à característica de persistência no ambiente, os organoclorados têm maior chance de penetrar nas diversas cadeias alimentares e permanecer, por tempo indeterminado, no ecossistema. O que torna esses compostos danosos, além de sua persistência, é o fato de serem lipossolúveis e de difícil eliminação. Eles ficam estocados no tecido adiposo da cadeia animal, o que faz com que os animais constituam-se em verdadeiros compartimentos de reserva desses produtos.

Segundo Flores et al (2004), os organoclorados, nos seres humanos, atuam basicamente no sistema nervoso central e no sistema de defesa do organismo. Causam sérias lesões hepáticas e renais, sendo que alguns produtos desse grupo lesam o cérebro, outros os músculos do coração, a medula óssea, o córtex da supra-renal, o DNA entre outros. Possuem atividade estrogênica, estimulando a testosterona e propiciando a puberdade precoce, causam atividade imunossupressora e alterações na conduta dos indivíduos. Casos de câncer em órgãos do aparelho digestivo, pulmão e rim foram registrados em pessoas contaminadas com HCH, e estudos indicam que mulheres com altos níveis de DDE no corpo, possuem um risco quatro vezes maior de contrair câncer de mama. Além disso, a exposição pré-natal a organoclorados persistentes pode prejudicar o sistema reprodutivo, durante a fase de desenvolvimento,

⁷ Bioacumulação é um processo que ocorre quando um composto químico, um elemento químico ou um isótopo se acumulam em elevadas concentrações nos organismos, independente do nível trófico. Disponível em: <http://pt.unionpedia.org/Metal_pesado> Acesso em: 15 mar. 2015.

⁸ Biomagnificação é o acumulativo aumento da concentração de um contaminante persistente em sucessivos níveis tróficos superiores da cadeia alimentar. Disponível em: <http://www.acpo.org.br/saudeambiental/CGVAM/02_Avaliacao_de_Risco/02_cidade___dos_meninos_rj/capitulo6_cidademeninos.pdf> Acesso em: 15 mar. 2015.

causando uma série de outros efeitos adversos à saúde, como: óbito fetal e aborto espontâneo, diminuição de peso e tamanho do recém-nascido, depressão do sistema imunológico e redução da resistência óssea.

Segundo Braga (2012), as principais alterações associadas aos OC em humanos encontradas em estudos estão descritas na Tabela 1, cabendo destaque para os sistemas imunológico, cardiovascular, dermatológico, digestivo, hematológico, endócrino e reprodutor.

Tabela 1: Principais alterações orgânicas associadas aos compostos organoclorados em humanos

Tipo de desfecho	Composto	Principais efeitos	Estudo
Imunológico	Diversos OC	Aumento de Imunoglobulina E	Reichrtová <i>et al.</i> , 1999
Cardiovascular	Dioxinas	Aumento da mortalidade por doenças circulatórias	Consonni <i>et al.</i> , 2007
	PCB	Carcinoma colorretal	Howsam <i>et al.</i> , 2004
Neoplasias	Dioxinas	Carcinoma de partes moles Cânceres hematológicos Neoplasias do trato hepatobiliar	Persatori <i>et al.</i> , 1992
	Dioxinas	Câncer de mama	Wamer <i>et al.</i> , 2002
Dermatológico	Dioxinas	Cloracne	Assennato <i>et al.</i> (1987)
	Bifenilas policloradas	Cloracne	Guo <i>et al.</i> , 1999
	Dibenzofuranos	Hiperkeratose Artrite	
Hematológico		Anemia	
Endócrino/Reprodutor		Bocio	
	DDT e metabólitos	Criptorquidia	Bhatia <i>et al.</i> , 2005 Carbone <i>et al.</i> , 2007
	DDT e metabólitos	Alterações na qualidade do sêmen	Rignell-Hyobon <i>et al.</i> , 2004 Dalvie <i>et al.</i> , 2004 Toft <i>et al.</i> , 2006 Toft <i>et al.</i> , 2007 Ayotte <i>et al.</i> , 2001
	HCH	Malformações congênitas e aborto	Salazar-García <i>et al.</i> , 2004
	Diversos OC	Baixo peso ao nascer	Fenster <i>et al.</i> , 2006
	DDE	Tumores testiculares malignos	McGlynn <i>et al.</i> , 2008
	Dioxinas	Partos prematuros e abortamentos espontâneos	Eskenazi <i>et al.</i> , 2003
	Bifenilas policloradas	Aborto	Tsukimori <i>et al.</i> (2008)
	Dibenzofuranos	Parto prematuro	

Fonte: Adaptado de BRAGA, 2012.

Quanto a intoxicação do ser humano, ela pode ocorrer de duas formas, se o organismo absorve dose única em elevada quantidade de pesticida, ele reage rapidamente, indicando os sintomas, que podem ser fatais ou temporários. Dependendo do produto e da dose, o estado

clínico pode ser reversível, esse tipo de intoxicação é denominado intoxicação aguda. Outra forma de intoxicação é a crônica, a mais preocupante, pois não tem manifestação imediata e é resultante do acúmulo gradual no organismo, sendo irreversível.

Em casos de intoxicação aguda por organoclorados, após duas horas, aparecem sintomas neurológicos de inibição, hiperexcitabilidade, parestesia na língua, nos lábios e nos membros inferiores, desassossego, desorientação, fotofobia, escotomas, cefaléia persistente (que não cede aos analgésicos comuns), fraqueza, vertigem, alterações do equilíbrio, tremores, ataxia, convulsões tônico-crônicas, depressão central severa, coma e morte (FLORES et al, 2004).

Como manifestações crônicas, OPAS (1997) destacam-se as neuropatias periféricas, inclusive com paralisias, discrasias sanguíneas diversas, inclusive aplasia medular, lesões hepáticas com alterações das transaminases e da fosfatase alcalina, lesões renais, arritmias cardíacas e dermatoses como a cloroacne.

3.3 A contaminação humana e os estudos realizados sobre a saúde da população exposta

Cabe recordar que mesmo contra a vontade de Levy Miranda, conviveram na Cidade dos Meninos, desde 1950, os educandários da FACR e a Fábrica de Inseticidas, até 1962 aproximadamente, época do fechamento da fábrica, desativação e transferência do Instituto de Malariologia.

A contaminação humana da Cidade dos Meninos foi detectada, inicialmente, através de exames clínico-laboratoriais realizados pela FIOCRUZ em sete famílias (31 indivíduos), residentes em um raio de até 100 m das ruínas da fábrica, no ano de 1991, após a denúncia do problema da contaminação na imprensa, em 1989 (CESTEH/FIOCRUZ, 1990, 1993). Com isso, a Procuradoria Geral de Justiça do Rio de Janeiro instaurou inquérito civil para apurar os danos à saúde e ao meio ambiente, causados pelo HCH. Com isso, foi reconhecida a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo abandono do produto na área, e ainda, solicitado a este Ministério que adotasse medidas urgentes para diminuir a exposição da população e do ambiente ao HCH (OLIVEIRA, 2008). Também foram realizadas análises no sangue dos alunos internos da FACR através do CESTEHE/Fiocruz, que encaminhou ao Ministério da Saúde o resultado de pesquisa realizada em amostra de 186 internos em 1992, que apresentou 24,2% de resultados positivos quanto à presença de HCH no sangue dessas crianças (BRASIL, 2004).

Em julho de 1993, a Associação de Moradores da Cidade dos Meninos enviou ao Ministério da Saúde uma proposta para que a área foco principal de contaminação fosse

cercada. Foi indicada a Fundação Nacional de Saúde como órgão responsável pela coordenação da construção da cerca de isolamento, em conjunto com a Associação de Moradores (BRASIL, 2004; ERMEL, 1997). Ainda em agosto do mesmo ano, com base em parecer de especialista (não especificado), o Juizado de Menores da Comarca de Duque de Caxias expediu mandado judicial determinando que a área da Cidade dos Meninos fosse interditada e se iniciasse o processo de desativação das atividades educacionais no local. A propósito desse mandado, o diretor-geral da unidade Cidade dos Meninos, da Legião Brasileira de Assistência, expôs as dificuldades para seu cumprimento:

[...] o diretor da Cidade dos Meninos, pergunta: 'Que abrigo vai receber crianças contaminadas? Se elas saírem daqui serão espalhadas, e não terão o necessário acompanhamento médico', alegou. Segundo a juíza, não foi estabelecido prazo para a retirada das 460 crianças internadas no local. Por enquanto, apenas as aulas nas Escolas Estadual Cidade dos Meninos (426 alunos, e mais 15 do anexo que atende a excepcionais) e na Municipal Sara Kubitchek (692) estão suspensas. Ela tomou a decisão [...] quando recebeu o laudo da FIOCRUZ atestando que 58 meninos estão contaminados pelo pó-de-broca[...] (OLIVEIRA, 2008; JORNAL DO BRASIL, 10/08/1993).

Como já foi mencionado antes, no final de 1995, o Ministério da Previdência e Assistência Social, gestor da área à época, considerou extintos todos os convênios assinados pela Legião Brasileira de Assistência e, em 1.º de janeiro de 1996, concluiu-se, então, a transferência de cerca de 650 crianças e adolescentes para outras instituições - como a Renascer (desativada em data desconhecida), no bairro São Bento em Duque de Caxias-RJ (relato de ex-funcionário L, 2014, 2015), o remanejamento do pessoal administrativo (funcionários ativos) para outros órgãos federais, principalmente o Instituto Nacional de Seguro Social-INSS (de acordo com relato de ex-funcionário R, 2013, 2015), e o processo de desativação da Unidade Cidade dos Meninos - Darcy Vargas, restando no local apenas as famílias que ali residiam (BRASIL, 2004).

Não tendo mais como permanecer com os alunos e manter os suprimentos alimentícios as atividades foram encerradas. Alguns poucos ex-alunos que formaram famílias ou que não tinham para onde ir, devido à idade, mesmo porque outras instituições não os receberiam, também permaneceram no local. E, segundo relatos de ex-funcionários L (2015) e R (2013, 2015), outros foram para a rua ou para casas de parentes.

A população residente conviveu, direta ou indiretamente, com o material da fábrica, desconhecendo seu risco e sem nenhuma espécie de controle durante muitos anos. Os moradores antigos ainda lembram que, o que tinha na fábrica foi mantido lá. Nenhuma placa de sinalização indicando os produtos deixados ali, nem tampouco os cuidados necessários para

sua manipulação foram deixados no local. As crianças sempre usaram o local abandonado para brincar, por mais que suas mães recomendassem o contrário (OLIVEIRA, 2008).

O Ministério da Saúde e a Fiocruz, entre 2003 e 2004, por meio de um convênio, realizou uma pesquisa para dosar os níveis de HCH no sangue da população residente na Cidade dos Meninos. Os resultados desta pesquisa revelaram que 97,3% da população pesquisada apresentaram alguns dos resíduos dos contaminantes de interesse analisados e que os níveis de contaminação por esses resíduos organoclorados estavam acima dos valores de referências internacionais permitidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO de 21/11/2005 – Figura 5). Porém, em 2009, foi realizada nova coleta das amostras de sangue dos moradores que tiveram suas amostras invalidadas em 2003, devido a problemas de conservação, por falta de energia elétrica e duplicidade dos nomes nos resultados, portanto estes não receberam seus resultados no ano de 2005 (FERNANDES, 2011).

Em 2005, o INCA realizou um estudo clínico e laboratorial na população desta área, com a finalidade de elaborar protocolos para acompanhamento dessa população no que tangesse às principais patologias encontradas, dando continuidade ao acompanhamento dessas pessoas (BRAGA, 2012; Relatório INCA, 2009; OLIVEIRA, 2008).

Figura 5: Reportagem Contaminação Atinge Moradores do RJ



Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 21/11/2005.

Em relação a localização do grupo de ex-internos da FACR, de acordo com o Relatório Anual FFM/USP (2012), uma pesquisa iniciada em meados de 2010 e concluída em 2012, pelo Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), através de um convênio firmado com o Ministério da Saúde. Esse projeto trata da identificação dos ex-internos do Abrigo Cristo Redentor, no período de 1950 até 1996, com o intuito de desenvolver e aplicar uma estratégia de busca ativa dos ex-internos do Abrigo Cristo Redentor, seu produto final foi um banco de dados, com a identificação e provável localização dos mesmos. Em uma provável segunda etapa do projeto, os indivíduos, sobre os quais foram obtidas informações de localização, deverão ser contatados e convidados a participar do cadastramento para monitoramento da saúde.

Segundo Silva (2007), a comunidade, alheia ao seu verdadeiro estado de saúde e em meio a um clima de incertezas sobre o risco a que está submetida, ainda tem que conviver com o preconceito que sofrem fora do bairro, devido ao problema de contaminação no local. Além disso, o bairro encontra-se isolado: há uma guarita na entrada (Pórtico), de forma que guardas do Ministério da Saúde fazem o controle de todos que entram ou saem da localidade, inclusive o acesso de caminhões de entregas de mercadorias; as escolas estão fechadas (desde 1996), bem como a Igreja; o Grêmio Recreativo da Cidade dos Meninos também já não funciona. Da mesma forma, há recomendações para que não sejam consumidos alimentos de origem animal ou vegetal na região.

Importante destacar que, de forma resumida, no Apêndice A, estão listados cronologicamente, os estudos em saúde realizados com a população de Cidade dos Meninos no período de 1990 a 2014. E no Anexo A, Guimarães (2011), apresenta de forma complementar, os contaminantes de interesse encontrados em Cidade dos Meninos de acordo com características gerais, ação tóxica, atividade carcinogênica e metabolismo de eliminação, assim, auxilia na correlação dos dados fornecidos.

3.4 Características do local

A área denominada “Cidade dos Meninos”, localiza-se entre o 2º e 4º Distritos no município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, e compreende um terreno de cerca de 19.217.070,88 m² (BRASIL, 2004), cortado por uma estrada de terra intitulada Avenida Darcy Vargas (antiga estrada da Camboaba), com extensão de aproximadamente 4,5 km, a partir da guarita de entrada até a bifurcação com a Igreja Católica de Nossa Senhora da

Conceição (matriz) e a igreja inaugurada em 2011. A área está situada entre o Km 12 da Avenida Presidente Kennedy⁹, os rios Iguaçu e Capivari, e o canal do Pilar (Nota Técnica Cidade dos Meninos, 2005) e cortada no seu eixo superior pela obra do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

A Avenida Darcy Vargas é cortada por duas faixas de servidões da Petrobras e pelas servidões de redes de transmissão de energia elétrica de Centrais Elétricas de Furnas e da empresa canadense Light & Power Company Limited (BRASIL, 2004, p. 50).

Embora abastecida com água da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) – oriunda da Represa de Xerém, segundo relatos de moradores, a rede de abastecimento é muito antiga, ainda da época da Fundação Abrigo Cristo Redentor (FACR), com muitos problemas de rompimento da tubulação em vários pontos e constantes intermitências no fornecimento de água. Em consequência disso, alguns moradores buscaram outras fontes para obtenção de água, e foram observados pelo menos 35 poços de captação freática na Cidade dos Meninos (BRASIL, 2004).

A rede elétrica da Cidade dos Meninos que era bastante antiga e remontava ao início das atividades da Fundação Abrigo Cristo Redentor, foi substituída parcialmente em 2003, não chegando a ser concluído o projeto da Light. Foi a partir das instalações dos postes de energia elétrica que a população teve acesso a telefonia residencial, assim foi possível a distribuição dos fios até as residências. A iluminação pública na via principal foi instalada em 2008 (Fernandes, 2011 p. 165), é precária e até mesmo em alguns pontos inexistente. Não há prestação de serviço regular de entrega de correspondências pelos Correios, pois alegam que é área de risco, sendo este serviço prestado por um morador e pago pela comunidade.

A maior parte do esgotamento sanitário é feita por meio de fossas sépticas, existindo também no local a presença de valas de esgotamento a céu aberto. (BRASIL, 2004 p. 50; NOGUEIRA, 2008). Não há serviço de limpeza pública no local, porém a coleta de lixo chegou a ocorrer esporadicamente nos cinco últimos anos. Assim sendo, as famílias juntam o lixo doméstico em área do seu terreno e ateiam fogo. A coleta do lixo hospitalar do Posto Médico e do lixo domiciliar também não são frequentes.

As residências se distribuem de modo irregular pela área, sendo a maior concentração de casas na Vila Malária e as que estavam nas proximidades do Foco Principal foram demolidas.

⁹ LEI Nº 6036, DE 09 DE SETEMBRO DE 2011, Art. 1º, XXI - Avenida “Governador Leonel de Moura Brizola” a Rodovia RJ-101, atual Avenida Presidente Kennedy, que liga o Centro de Duque de Caxias ao bairro Lote XV, em Belford Roxo. - Lei nº 5148 de 10 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/362c5154d8b82196832578ea006e1f23?OpenDocument&ExpandSection=-5#_Section5> Acesso em: 15 mar. 2015

As construções são de alvenaria sendo que algumas casas não apresentam reboco externo e os telhados são de telhas de amianto e de barro. Os tamanhos das casas são variados, pois algumas são originárias de construções que serviam a outros objetivos, tais como: refeitórios, laboratórios, enfermarias entre outros (BRASIL, 2002).

Com a desativação da Fundação Abrigo Cristo Redentor em 1995, as escolas que atendiam aos alunos internos e à comunidade, como a Escola Municipal Sara Kubitschek e a Escola Estadual Cidade dos Meninos (ensino fundamental do 1º e do 2º seguimento respectivamente), também foram fechadas e a comunidade permanece sem escola até a presente data.

Na entrada da Cidade dos Meninos há um pórtico (Figura 6), neste local permanecem dia e noite, em todos os dias da semana, vigilantes patrimoniais que controlam a entrada de pessoas e veículos. Nesta área, fica o ponto de ônibus, onde todos aguardam, por vezes até por uma hora, a chegada do mesmo. Neste caso, os moradores são constantemente expostos às poeiras contaminadas pela proximidade dos resíduos dos focos secundários e esta deve ser considerada uma fonte de exposição, sobre tudo para as mulheres e crianças que saem para ir até às escolas.

Figura 6: Pórtico da Cidade dos Meninos



Fonte: Página do Facebook da AMACM, 2014.

Ao atravessar o Pórtico¹⁰, logo a primeira rua à direita está o Monte de Orações (Figura 7), que recebe visitas, em sua maioria de evangélicos, todos os dias e aos fins de semana caravanas vêm de longe para realizarem vigílias. Em seguida, cerca de 500m existe a entrada para a área da antiga olaria.

Figura 7: Monte de Orações



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015)

Apenas uma linha de ônibus (Fundação Cristo Redentor), percorre a Av. Darcy Vargas indo do Posto de Saúde, na Cidade dos Meninos, até o centro de Duque de Caxias (Rodoviária Plinio Casado) com partidas de hora em hora e com horários irregulares aos finais de semana. Porém na falta do ônibus os moradores têm que fazer o percurso a pé ou de bicicleta, até mesmo nos períodos chuvosos, quando a precariedade das condições da estrada não permite a circulação do transporte coletivo e de outros veículos.

Seguindo em frente, pela avenida Darcy Vargas por aproximadamente 2 Km, a direita encontraremos a Vila Malária e mais 1 Km adiante, a esquerda, localiza-se a área cercada do foco principal de contaminação, local onde funcionou a fábrica de inseticidas do Instituto de Malariologia e algumas casas que foram demolidas quando aumentaram a área de maior concentração de contaminação, lá onde existem placas, desgastadas pelo tempo, alertando para o perigo que está camuflado por trás da vegetação (Figura 08).

¹⁰ O Pórtico (Portal da entrada) e o complexo da Cidade dos Meninos, fazem parte do Patrimônio Material da cidade de Duque de Caxias. Ata da Reunião do Conselho Municipal de Duque de Caxias – RJ. 03 out. 2006

Figura 08: Placa de Perigo - Área Contaminada



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015)

Mais adiante encontramos a área do complexo escolar, o prédio da Administração onde funcionou o Instituto Provedora Margarida Araújo, o Jardim de infância (que tornou-se residência), a granja, o almoxarifado e o Instituto Nossa Senhora da Paz, do lado esquerdo. Do lado direito encontramos a rua Z de acesso a estátua de D. Darcy Vargas com a menina e o menino (Pequeno Jornaleiro) (Figura 09), o Instituto Dom Bosco e o Colégio Estadual Cidade dos Meninos.

Seguindo a mesma rua passamos pelo prédio onde funcionava o Centro Profissionalizante e a marcenaria, o Instituto Profissional Getúlio Vargas, a Escola Municipal Sara Kubitschek e um prédio anexo que atendia crianças com necessidades especiais. Todos os prédios encontram-se ocupados como residências, exceto onde funciona a Administração da Cidade dos Meninos (Apêndice B – Complexo Escolar da Cidade dos Meninos). O Grêmio Recreativo da Cidade dos Meninos, construído pelos funcionários da FACR, está servindo de moradia e também carece de manutenção.

Para o lazer dos moradores e visitantes, existem algumas áreas particulares com piscina e campo de futebol.

Figura 09: Estátua de Dona Darcy Vargas



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2007

Há também um Posto Médico (Figura 10) com equipe composta por um médico clínico, enfermeira, técnica de enfermagem, dentista e agentes comunitários de saúde, com atendimento ambulatorial de demanda espontânea para as famílias, funcionando com Estratégia Saúde da Família (ESF), com os serviços de saúde bucal, atenção ao pré-natal, parto e nascimento, serviço de controle de tabagismo segundo as informações do CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (BRASIL, 2013). Cabe informar que, no momento, não tem atendimento dentário devido o equipamento estar danificado (relato de morador A, 2015).

Ressalta-se que não foram encontrados/disponibilizados dados estatísticos de morbimortalidade, que se refere ao índice de pessoas mortas em decorrência de uma doença específica dentro de determinado grupo populacional, no caso, de Cidade dos Meninos. Não foi observada nenhuma atividade, ao ar livre, voltada para a promoção e prevenção em saúde.

Figura 10: Posto Médico - Estratégia Saúde da Família



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015)

Considerando o levantamento de estudos em saúde, percebe-se que com poucos recursos, o posto médico local não atende plenamente aos anseios da comunidade exposta a contaminação, visto que muitas vezes tem que buscar atendimento da rede pública, fora de Cidade dos Meninos, nos postos de Saúde do Pilar, Antonio Granja (no Parque Fluminense), no Hospital Estadual Adão Pereira Nunes (em Jardim Primavera), Hospital Municipal Dr. Moacyr Rodrigues do Carmo, no Parque Beira Mar e Hospital Infantil Ismélia da Silveira, no centro de Duque de Caxias.

Além da igreja católica de Nossa Senhora da Conceição (matriz) e seu prédio anexo (Figura 11), existem outras três do segmento evangélico, como também duas instituições do segmento espírita (relato de morador N, 2015).

Ainda que a Cidade dos Meninos seja classificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como área urbana, na realidade possui características de zona rural (NOGUEIRA, 2008). E segundo o Censo de 2010 do mesmo Instituto, o bairro possui uma população estimada de 2403 habitantes (IBGE, 2010).

Para aquisição de alimentos a população tem que sair da comunidade para bairros próximos ou centro de Duque de Caxias para fazer suas compras, pois o comércio existente em Cidade dos Meninos resume-se em uma pequena padaria, barracas com venda de bebidas, lanches e poucos gêneros alimentícios.

Figura 11: Igreja de N. Sra. da Conceição (matriz interdita) e igreja (anexo)



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015)

De frente para a Igreja Católica, a rua ao lado direito seguindo até o final encontraremos o espaço do Grêmio Recreativo da Cidade dos Meninos, construído pelos funcionários destinado a pratica de esportes, possuía campo gramado, quadra e salão onde eram realizados os bailes, festividades como dia das mães, dia das crianças e também reuniões da associação de moradores, atualmente encontra-se em péssimo estado de conservação, pois a comunidade não possui recursos para reforma do espaço. Após fechamento da FACR também foi usado como moradia para ex-aluno (R, 2015), Figura 12.

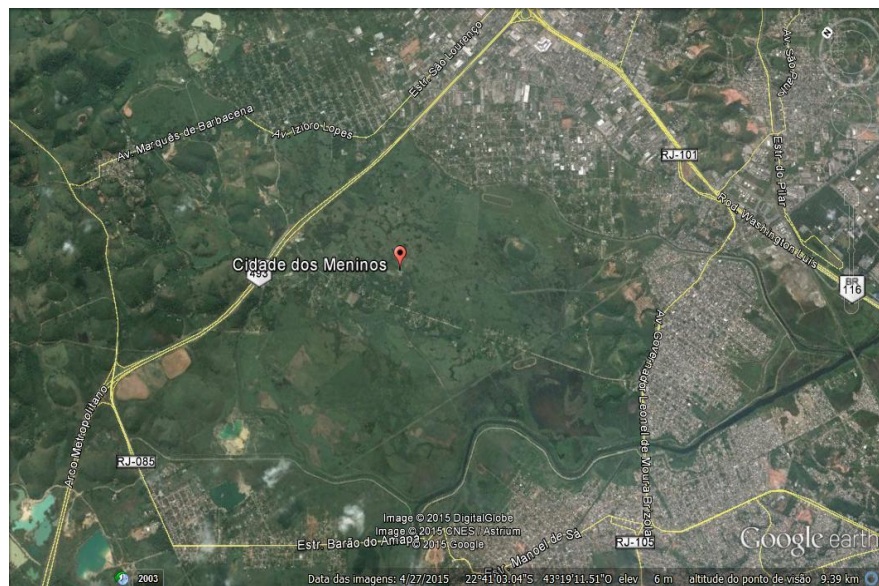
Figura 12: Grêmio Recreativo da Cidade dos Meninos



Fonte: Arquivo pessoal autora, 2003

Seguindo a rua a esquerda da Igreja Católica, mais adiante encontramos próximo a Igreja Evangélica e o Rio Capivari, o Arco Metropolitano (Figura 13), inaugurado em 2014, definido pelo poder público como um importante vetor de crescimento não só para Duque de Caxias, mas para toda a região. Faz a ligação entre o porto de Itaguaí e a BR 101 em Itaboraí onde estará situado o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) (TENREIRO et al, 2015, p. 83).

Figura 13: Arco Metropolitano cortando eixo superior de CM



Fonte: Arco Metropolitano - Google Maps, 2015.

3.5 Síntese dos principais conflitos da Cidade dos Meninos

3.5.1 Entre a FACR e o Ministério da Saúde

Alguns conflitos iniciaram na década de 1960, como demonstra Oliveira (2008 p. 398), no conflito entre Levy Miranda da FACR que insiste com o Ministro da Saúde para a devolução dos pavilhões e a desocupação das áreas utilizadas pelo SPP na Cidade dos Meninos e a preocupação pela existência da fábrica de inseticidas com respeito às crianças da Fundação e da vizinhança:

Depois de ter montado o Instituto, resolveu o Diretor do SNM, sem consentimento nosso, instalar em terreno da Cidade dos Meninos, contíguo aos pavilhões cedidos, uma fábrica de inseticida BHC, sob todos os pontos de vista desaconselhável naquele lugar, devido à proximidade de grande número de crianças que vivem na vizinhança e por ali transitam (...) (FACR, Ofício No. 614/60 de 06/09/1960 apud OLIVEIRA, 2008).

Outro motivo que evidenciou os conflitos na década de 1960, foi a presença de invasores, conforme a reportagem abaixo, Figura 14.

Figura 14: Camponeses ocupam Cidade dos Meninos

“Queremos permanecer na terra que ocupamos com sacrifício”

DO CEARÁ RIO AS RIAÇÕES

— Afirmando que o Exército pelo presidente da República anulou o Congresso Nacional, do governo com a SUPRA, do Ceará enviou o seguinte telegrama: —

... e ministros militares para garantir a execução do decreto anti-desapropriação de terras, vem pelo presente protestar contra a resolução do presidente da República no sentido de envolver as gloriosas Forças Armadas em uma tentativa para anular o Congresso Nacional, perturbando, portanto, a vida constitucional da República. As entidades subscritas reafirmam seu repúdio à consumação de tais medidas e fronteiras de suas propriedades com as de outros de grandes sacrifícios.

Esperamos de parte do estado de máxima uma reação a altura dos acontecimentos, demonstrando ao poder público a coerência de nossos anseios no respeito absoluto à Constituição do país. Cordialmente, pelo Poderado das Associações do Comércio e Indústria do Ceará, Francisco Cavalcanti Contim; pelo P. de Comércio do Ceará, José Rufino Torres Melo; pelo União dos Agricultores do Ceará, José Afonso Sanchez; pelo Sindicato dos Lojistas, Giovanni Gomes; pelo Centro das Indústrias, Theodoro Paiva; pelo Federação do Comércio Atacadista, Otávio Silva; pelo União das Cooperativas do Ceará, Wilson Gomes Cavallari; pelo Associação dos Mercadores, Abílio Vieira de Melo; pelo Sindicato dos Estudantes, Benedito de C. de C. e J. Xavier Pinheiro; pelo Centro dos Retalhistas, Odorico Patrício.”

desapropriar as terras da fazenda invadida e entregá-las aos camponeses, se realmente querem cultivá-las”. Sindicato Rural do Ceará, Sindicato Rural de...

os camponeses se dizem solidários com o seu movimento e dispõem a ajudá-los no que for possível, pois querem permanecer na terra que ocupamos com...

De armas nas mãos os camponeses que ocuparam a fazenda da Cidade dos Meninos, em Coxim.

... sacrifício e não somos deixar sem mais nem menos”. O governo não disse um dos seus líderes ao DIÁRIO DA NOITE — que através um meio de resolver esse problema; se não quer que continuemos nas terras da Cidade dos Meninos, que nos dá outros para plantar”. Na choupana onde se instalaram, grupos de camponeses se revezaram na sentinela, enquanto outros cuidam da demarcação das terras já divididas e iniciam os trabalhos de capinação e levantamento dos lotes para plantio. Não escondem as suas intenções de resistir a qualquer tentativa de fazenda com um acordo com o sindicato dos jornais mostrando as armas que usaram e de que dispõem para se defender, entre as quais alguns revólveres “38”, seis espingardas de cartucho e um clavinete de carregar pela boca.

QUER TER BOA LETRA ?
Matricule-se na Escola de CALIGRAFIA DE FRANCO
Fundada em 1915
Abertos para correção da posição. Alas também por correspondência.
RUA GENERAL OSÓRIO, 724
Tel. 34-373 São Paulo
(Próximo Av. S. João)

EM FEVER TUDO NAS F. TECID. PR

Fonte: JORNAL DIÁRIO DA NOITE, 18/02/1964 p. 2

“Queremos permanecer na terra que ocupamos com sacrifício”

Cerca de 1000 camponeses do Sindicato Rural de Duque de Caxias aguardam na Cidade dos Meninos – propriedade da FACR – que a SUPRA oficialize a divisão em 10 hectares para cada um, da fazenda que invadiram durante o Carnaval e se dizem dispostos a defender com as armas de que dispõem: foices, enxadas, revólveres e espingardas de cartucho. (...) Para o administrador da Fazenda, Sr. Geraldo Rabelo: “os camponeses devem ser expulsos das terras que pertencem aos meninos da Fundação” (JORNAL DIÁRIO DA NOITE, 18/02/1964, p. 2).

Esses “camponeses que há mais de uma semana dominavam a Cidade dos Meninos, retiraram-se pacificamente na tarde de ontem da propriedade invadida” (JORNAL DO BRASIL, 22/2/1964, p.3). Outros jornais da época relataram que os policiais estavam armados com granadas, metralhadoras, mosquetões, prontos para entrarem em ação (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, RJ – 22/02/1964). Vários barracos foram derrubados. Os moradores

ficaram amedrontados, e houve a reintegração de posse em favor do Abrigo Cristo Redentor (Figura 15).

Figura 15: Lei e Ordem. O cartaz é para alfabetizar e metralhadora para atirar



Fonte: CORREIO DA MANHÃ, 22/02/1964

3.5.2 A Expulsão de famílias e a formação da Associação de Moradores

Para morar em CM as famílias teriam que ter vínculo empregatício com a FACR ou MS. Como resposta às 40 ordens de despejo recebidas em 1985 da FACR, famílias residentes que perderam ou não tinham vínculo com a instituição, os moradores fundaram em 08 de agosto de 1987, a Associação de Moradores da Fundação Abrigo do Cristo Redentor – Cidade dos Meninos, com objetivo prioritário de atuar na questão do conflito fundiário, tranquilizar a população e lutar pelos seus direitos (Ata de criação da Associação, de 08/08/1987, Livro Ata nº 01 p.01; OLIVEIRA, 2008, p.21).

A Associação chegou a citar em Assembleia Geral do dia 06 de maio de 1990, o conflito com a FACR: “Até aqui é público e notório o esvaziamento de nossas assembleias devido ao acirramento do conflito com a direção da FACR, a truculência do diretor em não permitir que os moradores se auto organizem, fazendo verdadeiro terrorismo com os servidores sob sua

direção[...]”. Posteriormente, a Associação passou a denominar-se Associação de Moradores e Amigos da Cidade dos Meninos (AMACM), em Assembleia Extraordinária realizada em 17 de junho de 1992 (Livro Ata nº 01, pp 16 - 21 verso), para aprovação do novo Estatuto e posse de nova Diretoria, com o objetivo de lutarem por direitos de moradia e reivindicar assistência médica adequada para todos os moradores.

Logo após a sua criação, iniciou-se o processo de denúncias de contaminação via imprensa e, a AMACM aproveitou esse fato para também incorporá-lo em suas queixas. Porém, uma das primeiras medidas foi a determinação, via ordem judiciária, do encerramento das atividades educacionais, esse “efeito” causou um grande descontentamento na população local e ajudando a promover um princípio de cisão entre os membros da AMACM (ANJOS, 2012).

Posteriormente, em 2002, iniciou-se uma série de desentendimentos entre a administração da Cidade dos Meninos e seus habitantes, face principalmente à falta de respeito com que o administrador estava tratando a Associação e a comunidade, tomando medidas desnecessárias, inoportunas e descabidas, como por exemplo, a proibição da entrada de caminhões para a entrega de móveis e utensílios domésticos. A situação se agrava com as sucessivas promessas de melhorias da estrada e da energia elétrica, sem que as mesmas tenham sido cumpridas (Relatório AMACM enviado a Ministra do Meio Ambiente, 2002). Fato este que levou à manifestação pela retirada da FUNASA e do “pó de broca” e pedia a saneamento básico, serviço dos Correios e respeito aos direitos dos cidadãos (Figura 16).

Tal fato remete a Amoroso (2012), que ressalta que não se deve ter a impressão que a construção da memória do movimento associativo de favelas, que floresce nos anos de 1980, e segue ao longo dos anos de 1990 e 2000, é feita de forma apolítica. Muito pelo contrário, tal ato permeia a questão do direito à permanência na cidade de forma constante, sublinhando o esforço e risco das entidades associativas em garantir não apenas a permanência, mas o acesso a todo um universo de direitos.

Figura 16: Manifestação pela retirada da FUNASA e do pó de broca



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 01/09/2002

3.5.3 Fechamento da LBA (Antiga FACR) e a remoção de alunos e funcionários

Nas considerações de Brasil (2004 a), novos convênios teriam contribuído para romper o equilíbrio da disciplina educacional nas unidades da Fundação Abrigo Cristo Redentor. Em 1977, depois de uma ação depredatória insuflada por adolescentes revoltados contra a possível remoção para a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem Estar do Menor), ocorreu a desativação de um dos institutos. No ano seguinte, cerca de 560 menores foram transferidos da Cidade dos Meninos para outras unidades da fundação. Contudo, no ano de 1979, foi firmado um acordo com a FUNABEM, FEEM (Fundação Estadual do Menor, Juizado de Menores do Rio de Janeiro e de Niterói, com a LBA (Legião Brasileira de Assistência), para educação dos menores e com o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), para prestação de serviços médicos. A população do abrigo passou de 400 para 1300 crianças. Relatos de antigos funcionários apontaram a dificuldade de se prestar assistência a um número tão grande de crianças e destacaram o seu descontentamento, na época, de passarem a assistir menores infratores (BRASIL, 2004 a, p. 14-15). Assim, o surgimento de maiores recursos por meio de acordos com várias instituições fez aumentar consideravelmente o volume de atendimentos prestados pela Fundação, mas nesse processo, porém, ela acabou perdendo o controle da instituição e sua própria autonomia.

Em 1987, inúmeros conflitos administrativos culminaram na incorporação da Fundação Abrigo Cristo Redentor e todas suas unidades pela Legião Brasileira de Assistência (BRASIL, 2004, p. 18).

Segundo Herculano (2002), precisamos também sublinhar que as crianças foram retiradas do complexo educacional da Cidade dos Meninos não por conta da contaminação, mas por causa do Estatuto da Criança, uma legislação bastante polêmica que, buscando deixar de tratar as crianças como presos, por vezes submetidas a abusos daquele que as guardam, esvaziou instituições, deixando prédios amplos e confortáveis abandonados e em ruínas e as crianças nas ruas.

Em 1990 o então Presidente da República Fernando Collor de Melo sancionou o referido Estatuto que, entre outras determinações proíbe a prática de internatos para menores – salvo se estivessem em situação de conflito com a lei e promoveu a desinternação gradativa. Assim, tornou-se claro para os moradores da Cidade dos Meninos que tal medida possuía uma outra inspiração: nesse período a direção da LBA estava a cargo da então Primeira Dama Rosane Collor que tinha a pretensão de implantar nesse referido espaço o projeto social modelo intitulado “Cidade Minha Gente”. Assim, destaca-se mais uma vez a prática da retirada do contingente populacional “não desejado”, tendo em vista uma nova configuração de projeto político para esse espaço (HERCULANO, 2001; ANJOS, 2012).

No final de 1995, o Ministério da Previdência e Assistência Social, gestor da área à época, considerou extintos todos os convênios assinados pela Legião Brasileira de Assistência e, em 1.º de janeiro de 1996 foi concluída, então, a transferência de cerca de 650 crianças, o remanejamento do pessoal em sua maioria para o INSS (Relato de morador R, 2015) e o processo de desativação da unidade Cidade dos Meninos - Darcy Vargas, restando no local apenas alguns funcionários para os serviços de limpeza e manutenção, a empresa de vigilância patrimonial e as famílias que ali residiam (BRASIL, 2004). Também permaneceram morando no local, alguns ex-alunos que não tinham para onde ir.

3.5.4 A retirada de 14 famílias e a demolição dos imóveis

Em 2000, iniciaram as negociações entre as autoridades e os moradores de dez residências próximas ao foco principal de contaminação, visando o realojamento em outra área, uma vez que a decisão foi a construção de novas moradias na CM (FERNANDES, 2011 p.150).

Mas em 2001, estas dez famílias foram removidas, já não existia mais as promessas de construções de novas casas dentro terreno da Cidade dos Meninos, mesmo tendo sido apresentadas as plantas de casas para que os moradores escolhessem, de acordo com suas necessidades, porém estas nunca foram construídas e os moradores foram transferidos para casas alugadas provisoriamente pela prefeitura de Duque de Caxias com repasse do Governo Federal. As famílias relatavam que os alugueis eram pagos com constante atraso, o que causava constrangimentos e inclusive, ameaçadas de despejo. Outras quatro famílias também foram removidas por estarem próximas a focos secundários de contaminação, mas não tiveram o mesmo tratamento, foram levadas para morar nas escolas da FACR, que estavam interditadas, em condições precárias. Realizadas as mudanças, poucos dias depois, os imóveis foram demolidos (Relato de morador R, 2013), conforme Figura 17.

Figura 17: Demolição de imóveis dentro da área cercada do foco principal



Fonte: BRASIL, 2004

Segundo Brasil (2004), com a descoberta de novos focos de contaminação pela CETESB, foi decidido que não se deveria construir novas casas dentro de CM. A justificativa para esta decisão era que haveria remoção para toda a população, pelo potencial risco que toda área apresenta.

3.5.5 A Avenida Darcy Vargas

Estrada da Camboaba recebeu o nome de Avenida Darcy Vargas¹¹, em homenagem a primeira dama D. Darcy Vargas, mas os problemas relatados são antigos, segundo diversos moradores, quando chove é muita lama e quando faz sol é muita poeira (Figura 18). Cabe ressaltar que ao longo da estrada foram encontrados focos secundários de contaminação (BRASIL, 2002), a população permanece diretamente exposta, já que esta é a única via de acesso à Cidade dos Meninos por onde circulam os ônibus, de hora em hora durante a semana e aos fins de semana em horários alternados. Até o momento, mesmo cortando a Cidade dos Meninos, ainda não há acesso ligando a Av. Darcy Vargas, por via asfaltada, ao Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

Figura 18: Ônibus atolado na estrada



Fonte: Arquivo Dr. Maurício Guimarães, 2013

Devido à contaminação, as promessas eleitoreiras de asfaltamento da estrada ficaram ainda mais distantes de serem cumpridas, pois segundo o Ministério da Saúde, não é permitido

¹¹ Lei 1541 de 11 de setembro de 2000, transforma em Logradouro Público a via principal e ruas secundárias existentes na Unidade Cidade dos Meninos Darcy Vargas, receberá a via principal a denominação de Avenida Darcy Vargas. Disponível em: <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Leis/Leis%20Municipais/leis%20dc/2000/09%20SET/1541%20-%20Transforma%20em%20logradouro%20P%C3%BAblico%20estrada%20Darcy%20Vargas.pdf> >Acesso em: abr. 2014

asfaltar enquanto não forem removidos todos os focos de contaminação, visto que “não pode jogar sujeira debaixo do tapete”, relato de moradores N, R e outros (2014), ao se referirem aos argumentos utilizados pelos representantes do MS. Assim, ficando assim os moradores ficam a mercê da disponibilidade de maquinários da Prefeitura de Duque de Caxias, que não se intitula responsável pela manutenção, pois a área é federal. Mas como a estrada tem mais de 4 km de extensão e a demora no atendimento as necessidades de manutenção, isto faz com que os moradores se reúnam para arrecadar recursos próprios para recuperar os pontos mais críticos e desta forma garantir o direito de ir e vir, assegurado pela CF/88 em seu artigo art. 5º Inciso XV e esquecido pelo poder público.

3.5.6 Atores envolvidos e ações adotadas na Cidade dos Meninos

Os primeiros atores sociais envolvidos no processo foram: Ministério Público Federal, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (atual INEA), Legião Brasileira de Assistência, Fundação Oswaldo Cruz, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, Defesa Civil, PETROBRAS, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Associação de Moradores e Amigos da Cidade dos Meninos (participação limitada). Posteriormente fez parte, o Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) e o Tribunal de Contas da União TCU.

Mais recentemente, observou-se os seguintes atores: Fundação Oswaldo Cruz, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), PETROBRAS, Associação de Moradores e Amigos da Cidade dos Meninos, Ministério Público Federal, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Prefeitura Municipal de Duque de Caxias.

Em 1989, instaurou-se o **Inquérito Civil No. E-15/6.129/89** e o **Processo No. E-24/01.0547/89** com o objetivo de apurar danos causados à saúde dos moradores, ao meio ambiente e apurar os responsáveis. Através da Promotoria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é instaurado novo **Inquérito Civil No. E-15/1169/90**, com o objetivo de exigir do Ministério da Saúde as providências necessárias para a solução do problema em questão. Em 1991, após a cobrança pela AMACR junto à imprensa, às entidades filantrópicas e às organizações não governamentais (ONGs), é instaurada a **Ação Civil Pública No. 91.33301.8**,

sendo o autor o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e a ré, a União Federal. [**grifo nosso**]

Segundo Oliveira (2008), em 1992, três grupos de moradores da Cidade dos Meninos acionaram judicialmente a União Federal, exigindo indenização consistente no pagamento de pensões mensais vencidas e vincendas desde a data do evento; custeio dos tratamentos médicos; reparação de danos morais; verba para custeio de novas moradias para os autores da ação e suas famílias e retirada integral do produto tóxico. Essas **três ações civis n° 92.0029874-5, n° 92.0029877-0 e n° 92.0000631-0** [**grifo nosso**], estão tramitando há 23 anos na Justiça Federal, sendo que duas estão ainda em fase de recurso e uma chegou na fase final, visto que os autores enfrentaram dificuldades na comprovação donexo causal.

Em agosto de 1993, Maria Luiza Miguel, juíza da Infância e Adolescência da Comarca de Duque de Caxias determinou que a área da Cidade dos Meninos fosse interditada. Ainda em 1993, um documento perante o Ministério Público Federal, intitulado **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta e de Obrigações (TAC)** foi celebrado. Na primeira cláusula contida no TAC, assume o Ministério da Saúde a responsabilidade pela completa e permanente descontaminação da área, bem como pela assistência à população afetada pela contaminação pelo HCH proveniente da extinta fábrica, arcando com a integralidade dos recursos necessários à implementação das medidas propostas pelos órgãos técnicos (MPF/TAC, 1993; MS, 2002; OLIVEIRA, 2008). [**grifo nosso**]

A assinatura de um TAC não compreende todas as medidas necessárias para a reparação do meio ambiente, visto que o órgão público que toma o TAC junto ao compromissário, agente causador do dano, deve realizar fiscalizações periódicas quanto ao desenvolvimento das cláusulas acordadas no termo, se assegurando de que tal agente cumpra o afastamento dos riscos ao meio ambiente, afim de que seja o TAC um acordo eficaz. O compromissário também é responsável por prevenir que outros danos ocorram além de reparar os já existentes quando da assinatura do termo, focando na remoção do ilícito.

No caso do TAC da Cidade dos Meninos, o Ministério Público, tomador do termo e o Ministério da Saúde, compromissário, deixaram de cumprir com seus respectivos deveres junto a população da Cidade dos Meninos, e até a presente data, não houve nem a aplicação da pena estipulada no termo, bem como não houve a reparação do dano, ocorrendo um descaso com a área contaminada e todos que nela residem.

A ação n.º 94.00128967, teve como objeto o requerimento de interdição do Centro de Promoção Social Abrigo Cristo Redentor – Unidade Cidade dos Meninos – e o afastamento das crianças e adolescentes; a realização de exames médicos para a apuração do grau de

contaminação de cada menor e conseqüente financiamento do tratamento desse público que necessitava de acompanhamento médico; verba indenizatória devida a cada criança e adolescente; e a manutenção dos menores em local afastado e seguro, na hipótese de permanência da contaminação local. Essa ação possui vinte decisões, sendo a última proferida em 16/12/2009, mas não possui sentença com julgamento de mérito.

Onze anos depois do TAC, em março de 2004, o **Projeto de Lei Nº 3.034/2004** foi proposto pelo Poder Executivo à Câmara dos Deputados, com objetivo principal de autorizar a União a indenizar os moradores da região afetada, cada família receberia no mínimo uma indenização de R\$50.000,00 e ficaria condicionada a desocupar os imóveis e a assinatura do termo de transação no qual renunciariam a qualquer direito ou ação relativos a exposição e ao risco ambiental (BRASIL, 2004) [**grifo nosso**]. Contudo a proposta do governo encontrou resistência por parte dos moradores que se recusaram a condicionante de ter que deixar suas casas, uma vez que os valores venais de imóveis na região ultrapassavam o valor proposto para indenização.

Foram realizadas duas propostas de emendas (01/05 e 01/07) para aumentar o valor da referida indenização de R\$ 50.000,00 para R\$100.000,00 e depois para R\$ 150.000,00, a serem apreciadas pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. A última movimentação do Projeto de Lei 3034/2004, que deveria correr em caráter de urgência, como quando foi proposto em 2004, que ainda está na Comissão de Finança e Tributação desde 2009, teve alteração no nome do relator em 28/05/2015, para o Dep. Enio Verri (PT-PR) e segue aguardando parecer.

Em junho de 2006, um **Termo de Compromisso** é celebrado entre a União Federal, o governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Este documento consiste no acompanhamento permanente da saúde da população exposta e na alienação do imóvel condicionado à remediação ambiental e indenização da população exposta (OLIVEIRA, 2008) [**grifo nosso**].

Ainda com o propósito de retirada da população, em 2007 foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com o projeto de construir casas no valor de 27 mil reais para quem mora junto a rios e áreas contaminadas. De acordo com o folheto do PAC distribuído pela cidade de Duque de Caxias em 2007, as 1350 famílias de Cidade dos Meninos, que hoje vivem em barracos, vão receber suas casas sem pagar nada. Além disso, serão realizadas obras de infraestrutura, iluminação, saneamento, drenagem, asfalto, estação de tratamento de esgoto e construção de duas creches (Anexo B). Assim, de acordo com o Mapa de Injustiça Ambiental (2013), o Governo Federal destinou RS 27 milhões de Reais para obras do PAC Sarapuy/

Cidade dos Meninos. O local ainda estava a ser definido entre área não contaminada de Cidade dos Meninos ou no bairro Sarapuy. Em seguida, o grupo de trabalho definiria um novo uso para o terreno, para evitar sua favelização, pois com a área descontaminada deverá adquirir assim um maior valor, com o Arco Metropolitano.

A última ação civil pública n.º 97.104992-6 que teve como objeto o cumprimento integral das obrigações assumidas no TAC, bem como a abstenção da União Federal de ceder ou transferir a qualquer título a área de sua propriedade até sua total descontaminação. Mas em Acórdão de 20/03/2014, a Exma. Juíza Carmen Silvia Lima de Arruda da Terceira Seção Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região decide pela possibilidade e necessidade da alienação com transferência das obrigações contidas no TAC a terceiro interessado, como cita a baixo:

EMBARGOS INFRINGENTES. DIREITO AMBIENTAL. “CIDADE DOS MENINOS”. CONTAMINAÇÃO QUÍMICA PELA SUBSTÂNCIA HCH (HEXACLOROCICLOHEXANO). CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DA ÁREA. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. OBRIGAÇÃO *PROPTER REM*. IMPROVIMENTO.

1. Trata-se de Embargos Infringentes interpostos pelo Ministério Público Federal em face de acórdão prolatado pela Sétima Turma Especializada deste Eg. Tribunal que, por maioria, deu parcial provimento ao recurso da União Federal e à remessa necessária, e negou provimento ao recurso do MPF, reformando a sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública, ajuizada pelo órgão ministerial, com vistas a impedir a União de ceder ou transferir a área denominada "*Cidade dos Meninos*", no Município de Duque de Caxias, até sua total descontaminação.

2. O fato de ter a Administração Pública dado causa à contaminação não é impeditivo à alienação da área, desde que o futuro adquirente se responsabilize pela descontaminação da área. Para o Direito Ambiental, não importa tanto o causador do dano, mas sim a efetiva recuperação e preservação do meio ambiente, razão pela qual a obrigação de recomposição ambiental tem natureza *propter rem*. Precedentes do Eg. STJ.

3. Não há, no TAC firmado pela União, qualquer cláusula impeditiva de transferência do imóvel, ou mesmo cláusula que institua obrigação personalíssima.

4. O Enunciado n.º 53 do CONMAN do Rio Grande do Sul dispõe a necessidade de averbação do TAC ao registro do imóvel, o que significa que as obrigações nele constantes não são *intuitu personae*, podendo ser transferidas a terceiros. No mesmo sentido, a disposição do art. 18, §§ 2º e 3º do Novo Código Florestal (Lei n.º 12.651/12), segundo o qual a transferência da posse do imóvel rural implicará a sub-rogação das obrigações assumidas no Termo de Compromisso de Reserva Legal pelo novo possuidor.

5. Conclusão pela possibilidade e necessidade da alienação. Os bens a serem priorizados, no presente caso, são a dignidade da pessoa humana e a preservação do meio ambiente. A tutela rápida e efetiva destes somente será alcançada com o deslocamento das obrigações contidas no TAC a terceiro interessado, mormente em face da não disponibilização de recursos pela União para concretizar as medidas que foram assumidas no ajuste.

6. Embargos infringentes improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Seção Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, negar provimento aos embargos infringentes, nos termos do voto da Relatora.

Dentre as ações movidas na Justiça Federal do Rio de Janeiro, analisadas por Silva e Rohlfs (2010), os pedidos de maior destaque e que são objetos da maioria delas, são aqueles que solicitam tratamento médico-hospitalar e/ou fornecimento de medicamentos, quanto tipo, as ações são por dano moral e/ou material e também uma que trata sobre reintegração de posse e manutenção de posse (Quadro 1).

Quadro 1: Ações judiciais de moradores de Cidade dos Meninos

Nº DO PROCESSO	AUTUADO EM	TIPO DA AÇÃO	JULGADO EM 1ª INSTÂNCIA
0015630-20.2006.4.02.5101	14/08/2006	Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo	PROCEDENTE O PEDIDO DO AUTOR EM PARTE
0014312-02.2006.4.02.5101	28/07/2006	Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo	PROCESSO EM ANDAMENTO
0016277-15.2006.4.02.5101	23/08/2006	Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo	PROCESSO EM ANDAMENTO
0017277-50.2006.4.02.5101	05/09/2006	Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo	PROCEDENTE O PEDIDO DO AUTOR EM PARTE
0017282-72.2006.4.02.5101	05/09/2006	Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo	VISUALIZAÇÃO NÃO AUTORIZADA
0017272-28.2006.4.02.5101	05/09/2006	Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo	IMPROCEDENTE O PEDIDO DO AUTOR
0018219-82.2006.4.02.5101	22/09/2006	Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo	IMPROCEDENTE O PEDIDO DO AUTOR
0016279-82.2006.4.02.5101	23/08/2006	Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo	IMPROCEDENTE O PEDIDO DO AUTOR
0016782-69.2007.4.02.5101	04/07/2007	Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo	PROCESSO EM ANDAMENTO
0016784-39.2007.4.02.5101	04/07/2007	Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo	PROCESSO EM ANDAMENTO
0020941-55.2007.4.02.5101	15/08/2007	Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo	VISUALIZAÇÃO NÃO AUTORIZADA
0028697-81.2008.4.02.5101	08/07/2008	Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo, Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo	IMPROCEDENTE O PEDIDO DO AUTOR
0001382-78.2008.4.02.5101	20/02/2008	Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo	PROCESSO EM ANDAMENTO
0004196-29.2009.4.02.5101	18/02/2009	Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo, Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo	IMPROCEDENTE O PEDIDO DO AUTOR
2008.51.01.028170-5	02/04/2015	Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo	PROCESSO EM ANDAMENTO
0031266-89.2007.4.02.5101	18/05/2015	Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo	PROCESSO EM ANDAMENTO

Fonte: Adaptado de SILVA e ROHLFS, 2010; autora, 2015

De acordo com as sentenças proferidas, enquanto o dano material importa em lesão de bem patrimonial, o dano moral é lesão de bem integrante da personalidade, tal como a honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação à vítima.

Em análise aos processos apresentados no quadro acima, até o ano de 2015, pode-se observar procedimentos e decisões diferentes em cada um, isso se deve ao princípio do devido processo legal e do livre convencimento motivado do juízo. Assim, de acordo com o princípio do devido processo legal, todos têm direito a receber dos tribunais nacionais competentes o remédio eficaz para a solução de seus litígios. Assim dispõe o artigo 5º, §1º da Constituição Federal Brasileira de 1988:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LIV _ ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

§ 1º: As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

Já o livre convencimento motivado do magistrado, por sua vez, traz a ideia de que o Juiz, a partir da instrução do processo, ou seja, da direção das provas, dos documentos apresentados, do auxílio do Ministério Público e outros Órgãos que fizer parte na lide como parte ou for chamado como auxiliar, traça sua convicção e ao prolatar o ato processual, a motiva (dita os meios de ter chegado aquela conclusão).

De acordo com THEODORO JUNIOR (2009, p.415)¹²:

Sem a rigidez da prova legal, em que o valor de cada prova é previamente fixado na lei, o juiz, atendo-se apenas às provas do processo, formará seu convencimento com liberdade e segundo a consciência formada. Embora seja livre o exame das provas, não há arbitrariedade, porque a conclusão deve ligar-se logicamente à apreciação jurídica daquilo que restou demonstrado nos autos. E o juiz não pode fugir dos meios científicos que regulam as provas e sua produção, nem tampouco às regras da lógica e da experiência.

Por esta razão, percebe-se duas linhas diferentes de pensamentos entre os magistrados:

- 1) Uma entende que os moradores de Cidade dos Meninos possuem direito a danos morais e outras assistenciais, como do auxílio a saúde por exemplo, por apresentarem no processo a contaminação no sangue através dos exames e residirem em local contaminado.

¹² THEODORO JR. Humberto. **Curso de Direito Processual Civil – Teoria Geral do Processo Civil e do Processo de Conhecimento**, 50ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

- 2) Outra entende que por não estarem comprovados no processo, de forma direta, os danos à saúde e à moral, os requerimentos feitos pelos Autores devem ser negados, o que acarreta na perda da ação judicial.

Além disso, cabe esclarecer que há possibilidade de recurso aos Tribunais Superiores da sentença proferida pelo juízo de primeiro grau, tanto os processos em que os autores que venceram (neste caso o recurso é da União), quanto para os Autores que perderam (neste caso o recurso é do próprio Autor), o que afirma ou determina a continuidade processual. Entretanto, com exceção aos processos em que ocorreu o trânsito em julgado das sentenças, ou seja, o momento processual que a sentença do magistrado é prolatada e não cabe mais recurso.

Existe uma demora excessiva no julgamento definitivo dos pedidos. Essa morosidade pode trazer alguns problemas aos autores, já que grande parte dos pedidos são relativos à solicitação de atendimento médico e à distribuição de medicamentos e sem a assistência adequada da população exposta pode-se ter, no futuro, doenças de evolução crônica e demais efeitos que não são completamente conhecidos, pois o adoecimento é definido por características individuais. Além disso, a população permanece exposta ao HCH (SILVA; ROHLFS, 2010 p. 9).

3.5.7 Educação Ambiental – como se “proteger” da contaminação

Segundo a Lei 9.795, de 27 de abril de 1999¹³, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Em seu Artigo 3º, inciso VI- à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

A FEEMA propôs um projeto de Educação Ambiental para o auxílio à população na busca de soluções para os problemas, mas o MS não aprovou o financiamento do projeto (FEEMA, 1993 apud FERNANDES, 2011 p.170).

¹³ Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1999/lei-9795-27abril-1999-373224-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: jun.2014

Somente em janeiro de 2000, foi elaborado material educativo (Anexo C), com a participação do Ministério da Saúde, Feema, Fiocruz, Organização Pan-Americana da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro. Este material foi discutido e validado em reuniões realizadas, em março, na Cidade dos Meninos, com moradores, seguindo metodologia de comunicação de risco e após aprovado nessas reuniões, o material¹⁴ foi utilizado pelos agentes comunitários de saúde no trabalho que realizam para promover a conscientização da população acerca da importância da adesão dos moradores às medidas que visavam a redução ou até eliminação de rotas de exposição aos resíduos químicos presentes na área (BRASIL, 2004), não consumindo água, animais, plantas e derivados da área contaminada, evitando a presença de animais na área foco e não permitindo que crianças brinquem na área foco. Em caso de o morador sentir-se adoentado a orientação era para procurar o posto de saúde ao lado da igreja, onde seria atendido pela equipe do Programa Saúde da Família.

3.6 Procrastinação

A poluição química na Cidade dos Meninos começou em 1950 quando o Ministério da Saúde instalou no local uma unidade de produção de pesticidas para combate a vetores de doenças endêmicas, criando depósitos de rejeitos ao ar livre no terreno em torno da edificação. Mas foi em 1961 que a situação se agravou devido ao fechamento da fábrica, sem que houvesse mínimos cuidados de segurança para impedir a disseminação no ambiente dos estoques remanescentes de matérias-primas e produtos, bem como dos rejeitos industriais que foram descartados. Contudo, quando o caso veio à tona, em 1989, o Governo começou a atuar de forma casuística, sem elaborar um plano de ação para o encaminhamento e implementação de medidas saneadoras para evitar danos à população e ao meio ambiente. As decisões e ações foram sendo tomadas espaçadamente ao longo dos anos, motivadas por algumas ações judiciais impetradas por moradores e pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual e denúncias feitas através de canais de comunicação de massa, que mobilizam temporariamente a opinião pública (SOUZA, 2003, p.99).

Muito se investiu no sentido do diagnóstico de contaminação do meio ambiente e habitantes locais, porém, aproximadamente de 23 anos após, pouco se fez na prática, para evitar a continuidade da exposição aos contaminantes.

¹⁴ Folder - panfleto da campanha de educação ambiental em Cidade dos Meninos, elaborado entre janeiro e março de 2000.

Já houve muitos estudos sobre o problema, cujos resultados demonstraram existir elevados níveis de contaminação do solo, água, vegetais, leite (humano e de vaca) e sangue de moradores, apontando para a necessidade de intervenção. Inúmeras reuniões aconteceram para discutir as providências cabíveis. Contudo, decorrido mais de uma década, a população da Cidade dos Meninos continua sendo exposta aos riscos das substâncias tóxicas que foram irresponsavelmente abandonadas na região, longe de uma solução definitiva e de curto prazo.

Segundo Fernandes (2011, p. 197), a demora na solução do caso é também devida ao fato do MS ser, ao mesmo tempo, o responsável pela contaminação e pelas ações para a solução do problema. O MS através da CGVAM, é ao mesmo tempo o gerador da necessidade das ações, por ser poluidor, e o responsável por sancionar o não cumprimento das mesmas, decorrendo daí a sua inação nos dois aspectos. Outro fato importante é a descontinuidade das ações e estudos desde a assinatura do TAC de 1993 por falta de repasse de recurso pelo MS para as instituições signatárias cumprirem os objetivos estabelecidos e a burocracia na utilização dos recursos.

3.7 Os sentimentos sociais

Sentimentos são os estados de ânimo e experiências internas que afetam as pessoas diante de um determinado acontecimento, seja atual ou revivido por meio de lembranças¹⁵.

Segundo Oliveira (2008), pela primeira vez, a situação da Cidade dos Meninos é divulgada em telejornal da Rede Globo, de âmbito nacional o JORNAL NACIONAL, de 19/02/2002. Na reportagem faz-se um histórico da situação, ressalta-se a recomendação da retirada de seis mil moradores, da interrupção das atividades agropecuárias locais destacando-se a incineração como ação recomendada para o tratamento dos resíduos, medidas paliativas para a proteção da população como placas indicativas de perigo e cerca para isolamento da área foco. Divulga-se que o Ministério da Saúde apresentaria naquele dia o resultado dos estudos aos moradores, além do cadastramento dos mesmos para sua retirada em seis meses. Os moradores também foram entrevistados, expressaram o seu descontento em relação à situação ou simplesmente relatam suas atividades inclusive a venda de pesticidas até a deflagração do problema pela imprensa.

¹⁵ Conceito de sentimentos. Via conceitos.com. Disponível em: <<https://conceitos.com/sentimentos/>>. Acesso em: jun. 2015.

*[...]Repórter: [...] o depósito do pó-de-broca foi apenas cercado, e placas indicam o perigo. [...] A contaminação é bem maior e mais extensa do que se imaginava. É o que diz um estudo encomendado pelo Ministério da Saúde, que vai ser apresentado agora à noite aos moradores. [...] **Famílias de antigos funcionários do extinto Instituto da Malária vivem aqui e ninguém quer sair.**[...]*

Repórter: Este homem morava ao lado do depósito. Exames feitos pela Fundação Oswaldo Cruz mostram que a família dele é a mais contaminada. Hoje, ele e a mulher têm câncer e a filha não pode mais engravidar.

Morador: Eles desgraçaram a minha vida e a da minha família e dá uma revolta tão grande que eu não sei nem explicar.

*Apresentadora: O Ministério da Saúde informou que está fazendo um estudo técnico para descontaminar a área, que pode levar dois anos. Os moradores estão sendo cadastrados e **o prazo para a retirada é de seis meses** (JORNAL NACIONAL, 19/02/2002 apud OLIVEIRA 2008) [grifo nosso].*

Em Assembleia realizada entre representantes do Ministério da Saúde e a comunidade em 19/02/2002, as contradições nas informações quanto a retirada da população gerou grande revolta e insatisfação, como pode-se observar

[...] Não estamos enxotando ninguém daqui, mas ninguém vai mudar esta situação, porque alguns alimentos que vocês consomem tem um produto chamado dioxina que é altamente cancerígeno. O Pastor [...] diz que a palavra da Dra. [...] nos traz esperança, diz que esta área pode ser habitada se não houver atividade rural e que a área não está toda contaminada, e que o problema era que as pessoas se alimentam e bebem água do local porque não tínhamos este esclarecimento. A Sra. [...] representante do MUB, diz que havia passado uma reportagem sobre o pó-de-broca e que o MS nos dava seis meses para a evacuação da área. Em seguida a reunião foi interrompida devido a reportagem que estava passando na TV Globo, contradizendo o que havia sido dito até então na reunião. Em virtude da insatisfação e revolta da população e a retirada dos componentes da mesa a reunião foi encerrada (ATA 19/02/2002)

Quando os moradores souberam que teriam que sair de Cidade dos Meninos ficaram com baixa estima, ninguém queria cuidar das casas nem dos quintais (Relato de morador N, 2015).

Durante as visitas de campo da equipe do Ministério da Saúde (BRASIL, 2004 a), para aplicação do instrumento de investigação de saúde, coleta de amostras de alimentos, participação de reuniões com técnicos e representantes da Associação de moradores, reunião junto com a população e representantes Institucionais da Prefeitura de Duque de Caxias e ainda em entrevistas previamente agendadas com antigos funcionários da área, serviram de subsídios para a elaboração de uma relação de preocupações dos moradores, sendo possível perceber que, de modo geral, esta população já foi bastante sensibilizada por trabalhos anteriores, criando-se com isto, situações que ora facilitaram, ora criaram obstáculos a execução desse trabalho:

Dentre as dificuldades pode-se apontar:

- a) Resistência em informar.
- “...mais uma pesquisa?...”

“ Eu já dei uma entrevista , vou ter que falar de novo...”

b) Descrença

“ esse trabalho não vai adiantar nada... já vieram aqui não sei quantas vezes e não fazem nada...”

c) Insegurança

“ ...eu moro aqui há mais de 40 anos e se isto aqui estiver que sair daqui não tenho para onde ir...”

“... tem gente aqui que não nem onde cair morta. Eu tenho para onde ir.”

d) Negação do problema

“... eu vivo aqui há mais de quarenta anos e tenho uma saúde de ferro...”

e) Medo

“ ...É melhor nem perguntar sobre o que se faz lá...

“ ..Não diz que fui eu que falei isso não!”

Dentre as facilidades pode-se apontar:

a) Receptividade

“... Passa na minha casa para tomar um café...”

b) Colaboração

“... Passa aqui que eu vou com vocês...”

“...você podem consultar dados...”

c) Participação

“... você pode contar com o pessoal...”

Outro aspecto levantado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2004 a), diz respeito a ocorrência de casos de doenças na área. Foi possível perceber, que salvo algumas exceções, os moradores já foram tão sensibilizados que hoje já têm informações, que lhes permite reconhecer alguns problemas de saúde que podem estar associados à exposição aos contaminantes químicos da área. A maioria da população nega a ocorrência de casos em suas famílias, embora outros apontem casos de doença tais com: mola hidatiforme¹⁶, abortos espontâneos, câncer em geral e em especial hepático e sinais e sintomas relativos ao sistema nervoso. Uma relação das preocupações que foram evidenciadas durante o estudo do MS na forma de questionamentos, a seguir:

*“Nós podemos comer as frutas aqui da área?
É verdade que as galinhas e os ovos estão contaminados?
A água dos poços está contaminada?
A gente pode ter câncer?
Se este local estiver contaminado, para onde nós vamos?
É verdade que o Governo vai dar casa para as pessoas que moram aqui?
Vão me dar uma casa igual a que tenho hoje?”*

¹⁶ Uma mola hidatiforme é uma massa tumoral formada por tecido da placenta ou das membranas. Disponível em: <<http://www.manualmerck.net/?id=265&cn=1714>> Acesso em: jun.2015

*Este pó pode causar aborto?
 Aqui tem muitas crianças nervosas, isto é por causa do pó?
 Como isto pode estar contaminada, se eu moro aqui há tantos anos e nunca fiquei doente?
 Vocês querem lotear essa área?
 Porque só agora vocês vão mexer com a gente?
 Porque até hoje não deram meu resultado de exame de sangue?
 Para que serve tanta pesquisa se até hoje ninguém fez nada?
 A carne e o leite estão contaminados?
 Por que eu trabalhei toda a minha vida na fábrica e não tenho doença?”*
 (BRASIL, 2004 a p. 46)

A análise destas manifestações indica que existem alguns focos para as preocupações, quais sejam: a qualidade dos alimentos para consumo, a ocupação do espaço geográfico e o receio de não ter onde morar, o motivo para desenvolver ou não a doença e pouca crença nos estudos já realizados.

Relato do ex-morador M, que demonstra saudades da infância, do convívio com os vizinhos, o desconhecimento e a preocupação de ter brincado em local contaminado,

“Cheguei na Cidade dos Meninos em 1967, com um ano de idade. Meu pai era servidor do Ministério da Saúde. Minha infância foi muito boa, com vizinhos maravilhosos, onde curti muito jogar bola, tomar banho de rio, andar de bicicleta, jogar bola de gude e outros. O grande problema foi quando descobrimos que morávamos ao lado de uma antiga fábrica de BHC abandonada pelo Ministério da Saúde e como não tínhamos conhecimento brincávamos no meio dos venenos”
 (Relato de M. ex-morador - através do messenger do Facebook em set. 2015).

3.7.1 A remoção das famílias e o sentimento de pertencimento

Mesmo contra a vontade dos moradores, em junho de 2001, foram removidas as dez famílias da área contaminada próximo da fábrica para casas alugadas com recursos do Ministério da Saúde repassados a prefeitura de Duque de Caxias. Essas famílias, em reunião presenciada pela autora desta dissertação, escolheram as plantas das casas e tiveram a promessa de terem novas casas construídas na Cidade dos Meninos em local não contaminado, situado entre os Institutos Provedora Margarida Araújo e N. Sra. da Paz (relatos de moradores R e N, 2014). Outras quatro famílias não tiveram o mesmo tratamento, foram alocadas para dentro das escolas desativadas.

[...]Com a mudança das 10 famílias que moram ao lado do depósito, a Secretária de Ação Social está aguardando que o Ministério da Saúde libere verba para construção das novas casas destinadas a abrigar essas famílias. **A remoção dessas famílias foi necessária para que os técnicos pudessem trabalhar com segurança no estudo da área contaminada. As novas casas serão construídas em um ponto afastado do depósito de HCH,** segundo recomendação dos técnicos da CETESB. (O MUNICIPAL, 06 a 13/07/2001).[grifo nosso]

Conforme reportagem do Jornal Extra (2011), estas famílias, não receberam novas casas como prometido e ainda passaram por diversas situações de constrangimentos devido ao atraso no pagamento dos alugueis por parte da Prefeitura, nos últimos doze anos de espera, conforme reportagem:

[...] Desde janeiro de 2009, a prefeitura teria parado de pagar os proprietários que alugaram imóveis para as dez famílias oriundas da Cidade dos Meninos. Embora o contrato tenha sido firmado entre prefeitura e os donos dos imóveis, algumas **famílias sofrem constrangimentos pelo atraso do pagamento**. [...] (JORNAL EXTRA de 08/09/2011) [grifo nosso]

Esclarece a pesquisadora Dra. Marize Cunha na reportagem do Jornal do Brasil (2013), sobre aos resultados preliminares de seus estudos que apontam para um quadro grave e comum, nas três comunidades da pesquisa, relacionado ao processo de desapropriação dos moradores que residem nas localidades por onde as obras do PAC passariam:

O impacto que essas remoções causam na saúde dos moradores é enorme. Tivemos uma noção desse fato quando entrevistamos moradores e agente de saúde no Complexo do Alemão e Manguinhos. Nos relataram diagnósticos de pessoas que sofreram AVC [Acidente Vascular Cerebral], depressão, hipertensão e até suicídio após passarem pelo drama das desapropriações. Não temos acesso aos dados oficiais, mas com estes relatos já podemos traçar uma relação direta das obras com a saúde das pessoas (JORNAL DO BRASIL, 2013).

Cunha avaliando as desapropriações no conjunto do Alemão, citou outro aspecto que leva ao adoecimento: o rompimento dos laços familiares,

Muitas famílias são separadas pelo processo de desocupação e são levadas pelo governo para locais bem distantes, tendo a sua rotina completamente modificada e com graves transtornos nos relacionamentos sociais. Isso também é causa de sofrimento e doenças (JORNAL DO BRASIL, 2013).

Sob este aspecto, o mesmo foi observado no caso Cidade dos Meninos, onde o relato de A (2015), diz: “tenho parentes que são de mais idade e ficam nervosos quando falam que temos que sair de CM por causa do pó de broca, e vão jogar [a gente] no Minha Casa Minha Vida, estamos desesperados porque não sabemos o que vai acontecer com a gente”.

Um outro relato comovente, da moradora C (2015), que vai de encontro aos resultados de Dra. Marize Cunha (Jornal do Brasil, 2013), fala de um morador que foi removido para imóvel alugado fora de Cidade dos Meninos e teve a casa demolida,

“O sr. D. parecia muito triste, vinha lá de fora de bicicleta, ficava sentado na beira da estrada em frente [a casa] onde morou durante muitos anos. Lembro que ele pediu pra não sair daqui, pediu pra morar em outra casa, mas não deixaram ele ficar. Tempos depois ele adoeceu e morreu” (Relato de moradora C, 2015).

Das dez famílias que foram removidas, algumas foram contactadas, mas preferiram não comentar nada sobre o assunto.

Aproximadamente cinco famílias que residiam próximas a faixa de servidão, onde passam os dutos da Petrobras, também foram removidas conforme os apontamentos de Fernandes (2011, p. 153), em 2008, onde cita que a Petrobras demoliu casas em CM e indenizou moradores, pelas benfeitorias, devido a ampliação da faixa de servidão para obra do gasoduto Japeri-Reduc. Mesmo sem autorização da União, o MPF interveio e ordenou que a obra parasse e fosse efetuadas análises nos resíduos de demolição das casas, que concluiu que eram tóxicos e a obra prosseguiu sob condições impostas pelo MPF. Contudo, o destino do material é desconhecido.

Com objetivo de atualizar os dados para futura remoção da população, no início de 2009, a prefeitura de Duque de Caxias, em conjunto com a AMACM, recadastrou a população, identificando 750 famílias residentes na área (FERNANDES, 2011 p.153).

Aproximadamente 42 famílias que moravam próximas ao Rio Capivari que se sentiram prejudicadas com a obra do Arco Metropolitano e outras que se interessaram, em julho de 2014 receberam imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida e se mudaram (relato de morador N, 2014).

3.8 Situação atual do conflito e a possibilidade do fim do isolamento geográfico

O bairro ainda se encontra isolado, comum uma guarita na entrada, de forma que a vigilância faz o controle de todos que entram ou saem da localidade, inclusive o acesso de caminhões de entregas de mercadorias; as escolas estão fechadas desde 1996; a Igreja Católica está interdita pela Defesa Civil devido ao teto que desabou; o Grêmio Recreativo da Cidade dos Meninos também não funciona, serve de residência e precisa de reparos. Há recomendações para que não sejam consumidos alimentos de origem animal ou vegetal na região.

Ao adentrar no bairro, é possível observar animais soltos (bovinos e equinos). Em algumas manhãs, também foi notada a presença de pessoas (estranhas a comunidade) caminhando com gaiolas munidas de alçapões nas mãos para captura de passarinhos.

Em 2013, momento de conflito viveram as pessoas de dentro da Cidade dos Meninos (Figura 19) quando representantes da prefeitura ordenaram a derrubada de casas do local e da ocupação próximo ao bairro Santa Isabel, no assentamento localizado a margem da Avenida Governador Leonel de Moura Brizola (antiga Avenida Presidente Kennedy), local conhecido como barreira

(Figura 20), o clima chegou a ficar tenso no final da manhã, com os moradores prometendo resistir à remoção. No entanto, a presidente da associação de moradores da ocupação [...] garantiu que a resistência seria pacífica e informou que o assentamento começou a ser construído em setembro de 2012 sobre uma área abandonada, que era usada como descarte de objetos roubados. A operação foi feita com apoio da Polícia Federal e da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Figura 19: Casa em construção derrubada em Cidade dos Meninos



Foto: Luiz Bulcão, G1 (09/05/2013)

Figura 20: Ocupação na área da barreira em Cidade Meninos - limite com bairro Santa Isabel



Fonte: AGÊNCIA BRASIL, 2013

A situação da ocupação da área próximo a Santa Isabel permanece até hoje, porém alguns moradores que tiveram as casas demolidas foram para o Programa Minha Casa Minha Vida, outros continuam no local.

Em março deste ano, o representante da AMACM sofreu um atentado contra sua vida¹⁷, foi hospitalizado e se recuperou. A polícia está investigando o caso. A situação ficou muito tensa por alguns meses e a população receosa em participar do processo eleitoral para nova diretoria da Associação, permanecendo o mesmo representante que sofreu o atentado.

Em agosto panfletos de vendas de terrenos de Cidade dos Meninos e adjacências foram distribuídos em bairros próximos, como Pilar e Figueira. Neste panfleto aparece a vista aérea do terreno indicando os lotes a serem vendidos, mas ninguém soube informar a origem (Anexo D).

Quanto à possibilidade do fim do isolamento, em data não divulgada, a Revista Viva uma Nova Caxias (PMDC, 2015) publicou projetos para o município e a Cidade dos Meninos é contemplada em dois deles, a saber:

¹⁷ Disponível em: < <http://videos.r7.com/policia-procura-suspeito-de-tentar-matar-lider-comunitario-da-cidade-dos-meninos-na-baixada-fluminense/idmedia/554bc0e80cf2d09eb618f4bd.html> > Acesso em: 07 mai. 2015

O primeiro refere-se à construção de uma **barragem na bacia do Iguaçu**, que abarca os Rios Capivari e Calombé. Enquanto o outro, anuncia a **despoluição (remediação)** da Cidade dos Meninos e aproximadamente seis décadas de ameaça à saúde vai chegar ao fim. Informa ainda, que o Governo Federal e a Prefeitura assinaram convênio que prevê o início das obras no primeiro semestre de 2015, contemplando residência digna e indenizações [**grifo nosso**].

Tenreiro et al (2015, p.150), em seu livro, destaca outro projeto, sem data para início das obras, é o projeto da **Transbaixada 2**, que conectará a Av. Presidente Kennedy ao Arco Metropolitano, passando pelo bairro Cidade dos Meninos; outra área que dificulta a conexão urbana municipal, pelo fato de existir grande contaminação do solo, riscos à saúde pública e isolamento geográfico dos antigos moradores da região, que ainda lutam pela descontaminação. Essa via expressa margeará a fronteira entre Duque de Caxias e o município de Belford Roxo, depois seguirá em direção do Arco Metropolitano, inaugurado pela Presidente Dilma em 06/07/2014), passando por Pilar e Amapá. Assim, conectará melhor tais comunidades com o restante do município e certamente será o fator de crescimento econômico e demográfico na região ao possibilitar ainda a ligação de todo esse trajeto à Estrada Rio D'Ouro (RJ-085), que chega até Xerém [**grifo nosso**].

Para o autor, a melhor solução para elevar os níveis de desenvolvimento humano das regiões menos conectadas ao centro é um forte programa de integração urbana, orientado pelo futuro Plano Diretor de Transporte Urbano, previsto desde 2006 e prometido pelo atual governo municipal, do Prefeito Alexandre Cardoso, para até o fim de 2015, com a demora de nove anos após o momento em que se concluiu que o mesmo seria feito.

É exatamente essa demora do poder público municipal em tomar as providências cabíveis, que alimenta o descontentamento e o risco de fragmentação territorial do município.

A falta de planos a longo prazo, que extrapolam o tempo de um ou mais governos (como o projeto Niemayer) é um grande problema a ser resolvido em Duque de Caxias. O que vem acontecendo, possivelmente desde a fundação do município é um **eterno “começar do zero”**. (...) na maior parte das vezes o que se vê é a não transmissão de todas as informações produzidas em cada mandato (TENREIRO et al, 2015 p. 169) [**grifo nosso**]

Segundo reportagem de 01/10/2015 do JORNAL O GLOBO, a Prefeitura de Duque de Caxias e o Ministério da Saúde, firmarão um acordo em novembro para recuperar a Cidade dos Meninos. O projeto apresentado em Seminário intitulado “O Grande Salto de Caxias”, que inclui a descontaminação do terreno, o reassentamento das famílias e o monitoramento da saúde dos moradores e o planejamento do uso futuro da região. [...] planeja ainda, usar esse terreno em área de habitações populares, áreas de lazer e infraestrutura industrial.

Segundo a reportagem do Jornal O DIA de 17/10/2015, o INEA já emitiu a Licença Prévia para o MS, responsável pela descontaminação da área, após a validação da qualidade do solo e água subterrânea será possível o estabelecimento do projeto executivo de reabilitação da localidade atingida.

3.8.1 O Arco Metropolitano

O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (AMRJ) é o maior empreendimento público rodoviário do estado fluminense. Lançado na década de 2000, com aproximadamente 141 km de extensão, dos quais 69 km se referem a rodovias existentes que passarão por obras de melhoramento. Na área de abrangência do Arco, existem 21 municípios, dos quais 8 são interceptados diretamente por seu traçado, a saber: Itaguaí, Seropédica, Japeri, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim e Itaboraí. Com isso, ocorrerá a interligação das cinco principais rodovias que atravessam a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ): a rodovia Washington Luís (BR-040), a rodovia Presidente Dutra (BR-116), a antiga estrada Rio-São Paulo (BR-465), a Rodovia Rio-Santos (BR-101 sul) e a Rodovia Rio-Vitória (BR-101 norte) (SOUZA, 2014, p.50).

O Arco foi idealizado pelo governo militar em 1974 no âmbito do plano rodoviário estadual, mas somente em 2006, com a decisão da Petrobras de instalar o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) no município de Itaboraí, o projeto do Arco ganhou uma nova dimensão econômica, e sendo incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal (SOUZA, 2014, p.51).

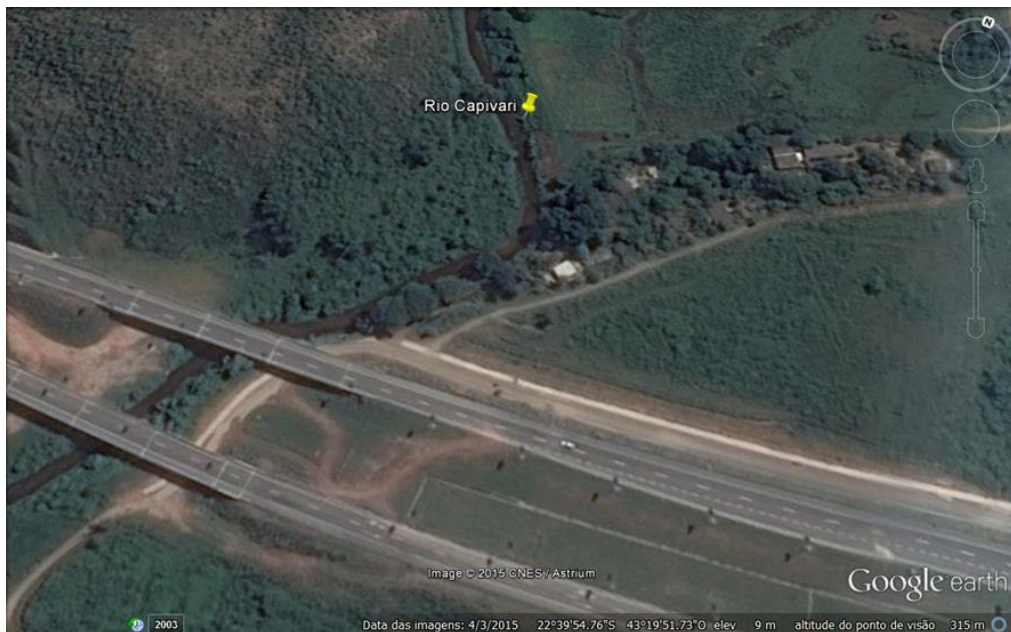
Em sua avaliação, a autora ressalta que a obra pode acarretar consequências negativas como: o aumento do déficit habitacional; pressões ainda maiores sobre a infraestrutura; piora dos índices de qualidade da educação e dos serviços de saúde pública e de acordo com o Plano de Desenvolvimento do Arco Metropolitano (PDAM), ainda cita que a provável “favelização” e o agravamento desses problemas sociais podem também aumentar os índices de violência urbana (SOUZA, 2014, p.54).

Diferentemente do PDAM, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do trecho “C” (RJ-109, entre as rodovias BR-040 (Rio – Juiz de Fora) e a BR-101/SUL) (FIRJAN, 2008), do AMRJ trata com um pouco mais de atenção as questões sociais e faz propostas para mitigar os impactos negativos que afetarão a população residente no entorno imediato do Arco. EIA propõe, entre outros, que sejam realizados: priorização de contratação de mão de obra local;

programa de comunicação e responsabilidade social (para servir de canal de comunicação com a população); implantação de soluções para mitigar o problema da fragmentação, como viadutos, passarelas e vias paralelas; programas de desapropriação e de reassentamento da população de baixa renda e programa de ordenamento territorial. (SOUZA, 2014, p.54).

O Arco Metropolitano, inaugurado em 2014, é um importante vetor de crescimento não só para Duque de Caxias, mas para toda a região. Faz a ligação entre o porto de Itaguaí e a BR 101 em Itaboraí onde estará situado o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) (TENREIRO et al, 2015, p. 83).

Figura 21: Arco Metropolitano sobre o Rio Capivari em Cidade dos Meninos



Fonte: GOOGLE MAPS, 2015.

No trecho acima, como mostra a figura 21, passando sobre ao Rio Capivari na Cidade dos Meninos, a sua obra causou uma serie de transtornos aos moradores ribeirinhos e outros que estavam próximos ao traçado, como desvio ao acesso as suas casas, interrupção do fornecimento de água e energia elétrica, assoreamento do rio o que veio a provocar enchentes, além do barulho constante, o que resultou na transferência de alguns moradores para o Programa de casas populares Minha Casa Minha Vida (relatos moradora N, 2015) e na fragmentação do bairro, de forma complementar, vide Apêndice C. No artigo de Souza (2014 a) e nos relatos de diversos moradores, citam que depois do início das obras do Arco, tornou-se mais frequência a invasão de animais nos quintais das casas, tais como micos, gambás, lagartos e até capivaras.

Como forma de mitigar o problema da fragmentação, em um outro trecho da obra foi construído acesso, por baixo da Rodovia, para o outro lado do terreno, chamado “passagem de gado”, que é feito a pé, pois é estreito para a passagem de carro, este fato gerou um descontentamento na comunidade (Figura 22).

Figura 22: “Passagem de gado” como acesso ao outro lado do terreno CM



Fonte: Arquivo pessoal da autora em 11/10/2010

Nas palavras de Jasson Mendes Carlos: “O Arco Metropolitano é então, uma prótese transformadora das dinâmicas locais e indutora de “ressignificação” aos lugares” (CARLOS, 2014, p. 82), onde observou-se mudanças tanto na paisagem natural quanto no cotidiano da população do entorno.

Nas entrevistas já realizadas ao longo da pesquisa da obra do Arco Metropolitano, alguns entrevistados argumentam que a definição do traçado se deu de acordo com o custo da obra e das desapropriações dos terrenos, havendo também uma hipótese de que a opção de traçado 01 foi rejeitada por inviabilizar a cobrança de pedágio aos veículos que circulassem entre o Arco e o Trecho da Dutra mais próximo ao Rio de Janeiro (SOUZA, 2014, p. 56)

No caso de Duque de Caxias, conforme Tenreiro et al. (2015, pp.84 e 85), contrariando expectativas o Arco Metropolitano não tem contribuído significativamente para desafogar o trânsito de entrada e saída do centro de Duque de Caxias, mas por outro lado, tem funcionado

como um corredor de crescimento e adensamento comercial e populacional para as áreas do 4º distrito (Xerém) e principalmente 3º distrito (Imbariê), permitindo que Duque de Caxias se consolide como principal polo logístico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

4 DISCUSSÃO SOBRE O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NA CIDADE DOS MENINOS

Para resolver um conflito de forma definitiva, as múltiplas causas que deram origem a ele teriam de ser eliminadas e as divergências existentes entre as partes solucionadas pacífica, voluntária e consensualmente. Além do mais, os processos de degradação do mundo natural necessitariam de ser cessados para que a solução fosse social e ambiental. Esses requerimentos, embora possíveis de se conseguir, raras vezes acontecem na prática. Desta forma, é mais realista falar em tratamento dos conflitos socioambientais em vez de sua resolução (LITTLE, 2001, p. 119).

Um dos pressupostos para que as estratégias voltadas para dirimir conflitos e problemas ambientais possam ser eficientes, conforme explicitado por Stotz (1992 apud Oliveira 2008), refere-se à capacitação técnica dos atores envolvidos e, conseqüentemente, na construção compartilhada do conhecimento. No entanto, observa-se a ausência de indícios referentes a ações direcionadas, por quaisquer dos atores sociais envolvidos que proporcionam esta capacitação necessária. Os poucos atores, representantes da população local, que possuem algum grau de capacitação, o obtiveram em função de suas próprias iniciativas em busca de informações (OLIVEIRA, 2008 p. 216).

Referente a escolha do local, Herculano (2004), teve o seguinte entendimento para justificar a instalação da fábrica na Cidade dos Meninos,

Sem querer defender as autoridades federais, podemos supor que seria lógico ter um Instituto de Malariologia situado na zona endêmica que era a Baixada Fluminense. Poderíamos também lembrar que, nos anos 50, a descoberta química dos pesticidas constituiu o que se chamou de Revolução Verde, a salvação da lavoura. Sua toxidez ainda não era conhecida. E, sendo então um único ministério, educação e saúde, pode ter parecido como a solução mais fácil que o Instituto de Malariologia fosse instalado em terras já do próprio ministério (HERCULANO, 2004, p. 298).

Em relação ao empréstimo, o uso e a devolução dos pavilhões, Levy Miranda já preocupado com os riscos e as perturbações à saúde de alguns moradores responde ao Diretor do SNM,

[...] insistir em que volte a nossa posse plena, parte dos imóveis que lhe cedemos [...]. Não podemos deixar de lembrar-lhe a expansão que V. Excia vem dando às instalações do Instituto de Malariologia, previstas no nosso acordo, como simples adaptações das construções já existentes, para laboratórios de pesquisa e de experimentação. Ao invés disso, entretanto, estão surgindo moradias para trabalhadores, fábricas de inseticidas e outras instalações que transcendem daquele compromisso e que vem causando perturbações à saúde de alguns moradores e ameaças à manutenção de nossos rebanhos (Ofício No. 1.589/52 de 14/11/1952 apud OLIVEIRA, 2008 p. 397)

O Diretor do SPP, Bijos, convence ao Diretor do D.N.E.Ru. a inoperância da administração nos abrigos da Fundação Abrigo do Cristo Redentor, promete melhorias na área da Cidade dos Meninos como um todo para justificar a não devolução dos oito pavilhões tomados emprestados à esta Fundação e ainda ressalta as medidas de assepsia adotadas:

Não há no nosso Serviço nenhuma falta de higiene e nem tão pouco constitui elementos de periculosidade ao ambiente. A fabricação do BHC ficou paralisada mais de dois anos e as emanações de cloro mesmo em período de fabricação, constituem elementos de assepsia da área aberta e jamais malefício na diluição. As estradas que dão acesso aos pavilhões estão cobertas de alfa BHC constituindo motivo de sua conservação e de extirpação de focos de mosquitos. (Ofício No. GD/21 de 12/03/1957 apud OLIVEIRA, 2008, p. 397)

Assim, o conflito, surgiu como consequência da discordância entre as decisões das autoridades federais (Instituto de Malariologia e Ministério da Saúde) e as demandas da comunidade local (funcionários da fábrica e seus familiares, internos e administradores da FACR). As discordâncias eram significativas no tangente às ações adotadas e vistas, como pertinentes para sanar os problemas relativos, como mencionado anteriormente, à cessão do espaço e exposição dos internos a produtos perigosos. Os registros documentais permitem, ainda, observar a expressão do provedor da FACR, que percebe como um risco a localização das instalações do complexo industrial para a segurança dos internos. Esta percepção é função da proximidade da Fábrica em relação às instalações dos educandários e residências (OLIVEIRA, 2008, p.212)

Quanto ao levantamento toxicológico do nível de contaminação da população de Cidade dos Meninos por organoclorados realizados pela Fiocruz em 1991, 2003-2004, 2010 e pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1997, os resultados indicavam valores elevados de α -HCH e β -HCH para indivíduos não expostos ocupacionalmente, e foram entregues com uma demora entre um e dois anos de espera. Este fato fez aumentar ainda mais a insatisfação e a desconfiança da população com relação às atitudes tomadas pelas instituições envolvidas no problema.

Segundo Oliveira (2008), em 1992, três grupos de moradores da Cidade dos Meninos que acionaram judicialmente a União Federal, exigindo indenização consistente no pagamento de pensões mensais vencidas e vincendas desde a data do evento; custeio dos tratamentos médicos; reparação de danos morais; verba para custeio de novas moradias para os autores da ação e suas famílias e retirada integral do produto tóxico.

Porém mesmo sendo réu confesso, a União se posiciona contestando os pedidos dos autores e buscando culpabilizar as vítimas:

A União **contesta**, nas fls. 128/132, suscitando, em preliminar, a impossibilidade jurídica do pedido, a inépcia da inicial, sua ilegitimidade passiva para a causa, sob o argumento de que a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente é o órgão próprio para a tarefa de remoção indicada pelos autores. Alega a ocorrência da **prescrição quinquenal**. No mérito, **sustenta inexistir dano comprovado e nexo causal**. Aponta que **os autores residem na área sem título próprio, o que configura culpa da vítima**. Por fim, argumenta que o pedido de vinculação de pensionamento ao salário mínimo viola o disposto no artigo 7º, IV, da Constituição da República de 1988. Pugna pela improcedência total dos pedidos. Acosta documentos, às fls. 133/140. (Processo nº 0029877-94.1992.4.02.5101 (92.0029877-0) JFRJ Fl.23 12/03/2012) [**grifo nosso**]

Contudo, dessas **três primeiras ações civis** que estão tramitando há 23 anos na Justiça Federal, duas ainda estão em fase de recurso e uma chegou na fase final, do pagamento de precatórios em 2014, porém alguns autores adoeceram e vieram a óbito, sem conquistar o direito ao recebimento das indenizações. [**grifo nosso**].

Nas palavras de Oliveira (2008, p.216), mesmo com a recomendação da ciência pós-normal, que determina a devida inclusão e reconhecimento real destes atores legítimos, resultariam em ações eficientes para a solução do problema, uma vez que esta solução foi construída compartilhadamente. A contrário senso, a não observância dos diversos atores legítimos nos documentos e processos relativos à Cidade dos Meninos, culminaram no agravamento da situação, no que se refere a complexidade da contaminação, em função da adoção de técnicas inadequadas, como ocorreu com a adição da cal, para a solução do problema da contaminação ambiental.

Como ações para interromper a exposição humana, foram tomadas as seguintes iniciativas:

- 1) O cercamento da área e sinalização de advertência;
- 2) A retirada de aproximadamente 40t de material tóxico;
- 3) O tratamento do foco principal com cal;
- 4) A retirada (parcial) do material contaminante do foco principal e focos secundários;
- 5) O encerramento da FACR e das outras escolas;
- 6) Elaboração de uma cartilha de educação ambiental;
- 7) A remoção de 14 famílias da proximidade da área da fábrica;

Algumas dessas ações culminaram em consequências graves, tais como:

- 1) A tentativa de remediação da área trouxe transtornos ainda maiores, como o surgimento de novos compostos mais perigosos e o aumento no volume do material contaminante;

- 2) Dispersão das crianças, pois até hoje não se tem conhecimento do cadastro de localização dos ex-alunos e nem do seu estado de saúde;
- 3) Falta de escolas em Cidade dos Meninos, algumas crianças na época, deixaram de estudar devido a distância a percorrer até a escola mais próxima e por não existir o benefício da passagem de ônibus para alunos das escolas públicas;
- 4) O abandono das 4 famílias nas escolas em péssimo estado de conservação, o que deu abertura para que outras ocupações ocorressem;
- 5) Sucessivos constrangimentos por parte das 10 famílias que foram para casas alugadas, em decorrência dos atrasos no pagamento dos aluguéis e sem o devido acompanhamento a saúde. E por fim, após 14 anos de espera sem solução, receberam de carta de desocupação dos imóveis (Anexo E).
- 6) Em relação a ação de Educação Ambiental empregada em Cidade dos Meninos, esta deveria ter contemplado um período maior de esclarecimentos e conscientização dos moradores da comunidade. Diante da necessidade, de uma nova forma de pensar as questões ambientais, verifica-se a constituição do que Leff (2010) sugere que o saber ambiental dê conta da complexidade ambiental. A “Educação Ambiental”, no entanto, fundamentou-se em mera entrega de folheto para a população e avisos de que estavam proibidos cultivo de plantas e criação de animais.

Para avaliar a contaminação humana, foram realizadas análises no sangue dos alunos internos da FACR através do CESTEH/Fiocruz, que encaminhou ao Ministério da Saúde o resultado de pesquisa realizada em amostra de 186 internos em 1992, que apresentou 24,2% de resultados positivos quanto à presença de HCH no sangue dessas crianças (BRASIL, 2004; CESTEH/FIOCRUZ, 1992).

A respeito disso relata ex-aluno H1 (2015),

“Que eu saiba ninguém além de você nos procurou pra nada. A gente fazia muitos exames lá dentro e depois éramos levados para fazer exames fora da CM. Só me lembro assim rápido de um relato que todos fizemos um exame de sangue na época do pó de broca que tinha lá, mas ninguém havia sido contaminado pelo mesmo” (Relato de H, ex-aluno da FACR, 2015).

Este relato demonstra que os ex-alunos não tinham conhecimento da possibilidade de o resultado ser positivo para a contaminação no sangue.

Ainda em relação ao acompanhamento a saúde dos moradores, a moradora A (2015), em seus comentários, informa que nem a Fiocruz nem o INCA fazem acompanhamento a saúde e que várias pessoas [mulheres] fizeram exame das mamas [projeto UFRJ], mas os resultados ainda não saíram, faz uns quatro meses de espera.

Dentre os aspectos negativos da localidade destaca-se que muitas das famílias [...] vive um sentimento de insegurança habitacional, devido as constantes notícias de desapropriação da área, em virtude da contaminação[...]; tem distribuição irregular de água tratada; contam com apenas uma unidade da saúde no bairro, para a qual as queixas de mau atendimento são frequentes; são assistidas por um serviço de transporte público precário, caracterizando uma das principais dificuldades de acesso aos serviços, dentre eles a escola. Estas condições, a maioria difícil de serem avaliadas, podem ter contribuído para o baixo rendimento cognitivo das crianças desta população (CAMPOS, 2014).

Em relação as ações movidas na Justiça Federal do Rio de Janeiro (SILVA ; ROHLFS, 2010), dizem que os pedidos de maior destaque e que são objeto da maioria delas, são aqueles que solicitam tratamento médico-hospitalar e/ou fornecimento de medicamentos, as ações por dano moral e/ou material e também uma que trata sobre reintegração de posse e manutenção de posse.

A última ação civil pública relacionada ao caso em tela é a n.º 97.104992-6 que teve como objeto o cumprimento integral das obrigações assumidas no TAC, bem como a abstenção da União Federal de ceder ou transferir a qualquer título a área de sua propriedade até sua total descontaminação (SILVA; ROHLFS, 2010). Nesse sentido, a Justiça sentenciou que a UNIÃO “deve ser condenada a cumprir o TAC de modo que o resultado ali previsto seja alcançado” conforme sentença proferida em 12/03/2012 (AÇÃO CIVIL PÚBLICA - nº 0104992-48.1997.4.02.5101 (97.0104992-6) - em 12/03/2012 fl. 13).

Em relação ao TAC, alguns motivos que justificam a descontinuidade das ações, foi a falta de repasse de recursos, diálogo e articulação entre as instituições envolvidas (FERNANDES, 2011, p. 196), e sobretudo a centralização do poder decisório nas mãos do MS, que contribuíram para que os problemas persistissem. Mas em março de 2014, a Conclusão do Acórdão foi pela possibilidade e necessidade da alienação da área, visto que os bens a serem priorizados, no presente caso, são a dignidade da pessoa humana e a preservação do meio ambiente. Segundo a Exma. Juíza Carmen Silvia Lima de Arruda, a tutela rápida e efetiva destes somente será alcançada com o deslocamento das obrigações contidas no TAC a terceiro interessado, acima de tudo, em face da não disponibilização de recursos pela União para concretizar as medidas que foram assumidas no ajuste.

Apesar da existência de três Ações Civis Públicas, aproximadamente 46 Ações Ordinárias, quatro Termos de Compromisso, incluindo o TAC (1993), dois Termos de Responsabilidade e do Projeto de Lei nº 3.034, a população continua exposta aos contaminantes enquanto aguarda a tramitação dos processos judiciais e do referido projeto de lei (SILVA e ROHLFS, 2010).

O Projeto de Lei Nº 3.034/2004 foi proposto pelo Poder Executivo à Câmara dos Deputados com objetivo principal de indenizar os moradores que deveria correr em caráter de urgência a partir do momento em que foi proposto em 2004, este ainda está na Comissão de Finança e Tributação desde 2009.

Em relação à pesquisa em saúde, no Quadro 2, o estudo de Campos (2014), sobre a exposição aos OC e o desenvolvimento cognitivo que conclui que os resultados são sugestivos de que a exposição crônica aos pesticidas OC interfere negativamente no desenvolvimento cognitivo das crianças e adolescentes residentes em Cidade dos Meninos.

No estudo realizado por Koifman et al (2006), na Cidade dos Meninos, os níveis plasmáticos de DDE foram bem mais elevados, mesmo entre crianças imigrantes de países em desenvolvimento. Estes resultados são sugestivos da ação pregressa da exposição aos pesticidas organoclorados em questão (DDE e beta-HCH), como possíveis moduladores de um processo indutor, ou acelerador, de estrogenização das mulheres mais expostas a estes agentes, traduzindo-se numa precocidade do início de sua vida reprodutiva. Por outro lado, Guimarães (2011), encontrou associação positiva a exposição aos OC e o atraso puberal na Cidade dos Meninos.

Em relação às alterações tireoidianas, os estudos revelaram alta prevalência de alterações nos hormônios secretados pela tireoide e a prevalência de 6,3% de hipotireoidismo e 1,38% de hipertireoidismo para a amostra estudada (BRAGA 2010, 2012).

Estudos realizados por Freire (2012, 2012a), concluem que a exposição em crianças produziu aumento significativo de T3 total e como as implicações clínicas são incertas, recomendam acompanhamento das crianças. Com relação à população adulta aponta associações positivas para exposição a alguns pesticidas nas mulheres e sugere que o monitoramento deve ser garantido a esta população.

Bahia (2012), conclui que o achado é coerente com os mecanismos toxicológicos dos organoclorados, que interferem no sistema endócrino ao realizar *feedback* negativo na síntese de hormônios esteroidais, especialmente o estrogênio, e, com isso, interferindo também no metabolismo lipídico. Ressalta, ainda, que os organoclorados são disruptores endócrinos,

associados com o desenvolvimento de síndrome metabólica (caracterizada pelo aumento da concentração de triacilglicerol e pela baixa concentração de HDL) e a diabetes mellitus tipo 2.

Uma informação particularmente importante para a situação da população estudada, qual seja, um grupo exposto cronicamente a baixas doses, é o fato de que as evidências atuais dizem que a exposição a POPs em doses baixas, semelhantes aos atuais níveis de exposição da população, aumentam o risco de diabetes, enquanto uma dose maior POPs não aumentam o risco (Lee, 2010), semelhante aos conhecidos efeitos de baixas doses de desreguladores endócrinos (WELSHONS, 2003; DASTON, 2003 apud BAHIA, 2012), fato este desconsiderado em algumas ações judiciais, uma vez que consideram os valores acima da “referencia”.

Muito embora percebidos, os sentimentos sociais, seja de pertencimento ao lugar ou de laços históricos (memórias) e familiares, estes não foram considerados. Mas devem ser observados numa ciência sensível, onde leva em consideração os saberes locais e a participação dos atingidos.

Cabe ressaltar que não é o fato da quantidade dos contaminantes no organismo que vai influenciar no risco e conseqüente danos à saúde, pois cada ser humano é único e suas características de susceptibilidade e vulnerabilidades a doenças dependem não só de uma qualidade de vida sadia, mas também da capacidade do seu organismo reagir as agressões do meio. Além disso, os contaminantes são transmitidos pelos alimentos, ar, água, solo e ainda através da transmissão intrauterina pela placenta e também pelo leite materno, podendo causar danos a longo prazo em gerações presentes e futuras. Tal fato vai de encontro a informação de que em média, em 7,2 anos ocorre a eliminação do HCH e seus isômeros (Quadro 3), ou seja, após cessada a exposição, o ser humano estaria com seu organismo livre da contaminação. Entretanto, muito além dessa informação, o fato de não ter vivido ou sequer de ter nascido a época do funcionamento da fábrica de inseticidas, não poupou a contaminação de crianças que nasceram décadas após o evento danoso, podendo considerar, como um dano reflexo.

Outro fato a ser observado é que o valor de referência dos resultados dos exames toxicológicos realizados a partir do sangue da população são os mesmos, tanto para adultos quanto para crianças, estas não estariam mais susceptíveis e vulneráveis a doenças, portanto não deveriam ter um outro padrão de referência de “normalidade”?

Algumas das causas de adoecimento e morte nos vários territórios nos mostram que o drama cotidiano dos moradores não é visível, nem para muitos pesquisadores, nem para os profissionais que atuam junto a esta população, e nem para os sistemas de informação. Não são

visíveis também muitas respostas que os moradores têm dado a esses dramas ignorados (CUNHA et al 2015).

Pode perceber que nas pesquisas a população foi usada na obtenção de informações para construção do conhecimento, com pouca ou nenhuma participação, em vários momentos foram deixados de fora dos momentos decisórios (OLIVEIRA, 2008 e FERNANDES, 2011), recebendo informações muitas vezes contraditórias e decisões tomadas unilateralmente e impostas pelo governo federal.

Dentre os atores envolvidos, AMACM é a única instituição que acompanha o problema de forma permanente (FERNANDES, 2011). É importante que a população busque assumir-se como sujeitos e não como simples objetos de pesquisa no conflito.

Situações como o controle de entrada de móveis e material para manutenção para as casas, a falta de políticas públicas, de escolas, de atendimento adequado a saúde, de manutenção na estrada, de fornecimento adequado de água e de energia elétrica, que deixam os moradores revoltados, como também o fato das invasões do entorno e dos animais soltos na comunidade, pois, existem uma série de restrições para os moradores locais.

A multiplicidade dos atores envolvidos e também a necessária pactuação com os demais entes envolvidos – município de Duque de Caxias e o Estado do Rio de Janeiro, o Ministério da Saúde fez incluir na Lei Orçamentária anual para 2015 o valor de R\$ 43,8 milhões de reais para dar início a remediação ambiental de Cidade dos Meninos (Anexo F). Mas, enquanto seu *status* ambiental é mantido inalterado, a Cidade dos Meninos passa a figurar como ferramenta de manobras políticas ou propagandísticas em momentos de crises de legitimidade política no Rio de Janeiro. Durante esses períodos em que se necessita da abertura de novos territórios dentro da metrópole, ela é “reativada” como espaço semiocupado frente à opinião pública. Um ponto tão controverso de Cidade dos Meninos é que ela é a materialização de um paradoxo: o de ter sido contaminada exatamente pela atuação do órgão encarregado de garantir a saúde da população brasileira (CARLOS, 2014, p. 231).

CONCLUSÃO

Na análise e abrangência do conflito, este se mostra de natureza política, econômica, social e ambiental, uma vez que desde a sua origem com D. Darcy Vargas que introduzia na política as questões dos projetos sociais, havendo influência da política em momentos decisórios, sendo a área pertencente ao Governo Federal e sendo utilizado como plataforma política em campanhas eleitorais; econômica visto que envolve muitos atores interessados, principalmente a Prefeitura de Duque de Caxias para o desenvolvimento da cidade e aproveitamento do espaço “vazio” e da mesma forma a Petrobras buscando a expansão de seus empreendimentos; social e ambiental, pelos impactos causados no ambiente com consequências para a população que deixou de receber ações de políticas públicas voltadas para melhoria da qualidade de vida, com argumentos de que a área é federal e devido a contaminação.

Marco inicial do conflito interno, num primeiro momento a questão social com o despejo de moradores em 1987, num segundo momento o conflito socio ambiental, que tornou-se público em 1988, quando a reportagem sobre a venda de “pó de broca” em feira livre, e consequentemente deu visibilidade a contaminação ambiental e humana em Cidade dos Meninos, os moradores reivindicam a remediação ambiental, a luta pelo reconhecimento de direitos a saúde a moradia e qualidade de vida para presente e futuras gerações.

A comunidade teve sua rotina interrompida e transformada com o fechamento do complexo escolar e a transferência dos alunos e funcionários. Convive ainda com a incerteza da relação entre o dano da contaminação e as doenças, como também, a incerteza da permanência na Cidade dos Meninos, que muitos moradores antigos ajudaram a fundar e carregam consigo o sentimento de pertencimento, o vínculo afetivo com o seu território.

Conclui-se que as medidas emergenciais serviram apenas como resposta às pressões da mídia e do clamor público gerado à época, pois a contaminação se perpetua ao longo do tempo, e as ações são descontínuas e ineficazes, um eterno “começar do zero”, configurando-se uma verdadeira injustiça ambiental.

No caso do conflito socioambiental em Cidade dos Meninos, destaca-se a questão fundiária como principal foco das atenções, tendo em vista a valorização da área por estar bem localizada de forma privilegiada no meio das principais rodovias (Rodovia Washington Luiz, Arco Metropolitano e Rodovia Presidente Dutra), com possibilidade de desenvolvimento econômico para o município, estando prevista a retirada dos moradores como argumento para a realização da remediação ambiental, uma vez que Cidade dos Meninos, permaneceu esquecida

e invisível durante décadas. Em contrapartida, a população que durante longos anos resistiu às pressões, identificando-se com o território, em sua maioria possuindo o desejo de permanência no local, mesmo sabendo da contaminação, aguardando o reconhecimento dos seus direitos, continua vulnerável, convivendo com os riscos e incertezas quanto aos efeitos da contaminação sobre saúde, na expectativa de moradia em um ambiente tranquilo e livre de contaminação.

De acordo com o conceito de vulnerabilidade, o caso de Cidade dos Meninos apresenta vulnerabilidade populacional (social), pois a população continua exposta a situações de risco, algumas famílias apresentam condições gerais de vida precárias, onde a inexistência de serviços de saúde adequados, a falta de escolas e serviços básicos de saneamento ainda estão presentes, e vulnerabilidade institucional uma vez que as várias instituições envolvidas não chegaram a uma solução definitiva após décadas de contaminação.

Se faz necessária a implantação de protocolos específicos de tratamento das pessoas expostas aos poluentes de forma contínua em área residencial, bem como de determinação e de implementação de técnicas de remediação ambiental mais eficazes, com monitoramento permanente do local, trabalhos de educação e conscientização ambiental da população sobre a contaminação, seus efeitos danosos, pois os estudos em saúde, revelaram níveis de contaminação acima do permitido, alterações significativas na saúde, e na maioria recomendam acompanhamento permanente da saúde da população atual e futura.

Os moradores demandam uma maior indenização pelos danos sofridos do que lhe é ofertado no PL 3034/2004, uma vez que existem dados suficientes para minimizar o conflito socioambiental, as complexidades e incertezas a que a população vem sendo imposta.

A forma como os problemas ambientais afetam diversificadamente diferentes grupos sociais e territórios, deixa claro que a poluição não é democrática, atingindo diretamente as classes menos favorecidas de maneira desigual e sub-humana, onde estabelecem valores para a vida numa lógica perversa, onde interesses diversos, político, econômico se sobrepõe aos direitos das populações atingidas pelo conflito ignorando fatores como a saúde e bem-estar da população. Assim, o foco central do conflito em Cidade dos Meninos gira no entorno da questão fundiária, dos interesses políticos e do desenvolvimento econômico a qualquer custo.

Para quem vê de fora, a Cidade dos Meninos é um “vazio urbano”, com características rurais, mas para quem vê de dentro, a Cidade dos Meninos é um território com formação histórica, memórias, sentimentos e cicatrizes, que sofre com o descompromisso de políticas públicas e uma administração voltada para a exclusão por parte, principalmente, do Governo Federal e Municipal.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H; CARVALHO, I. ; SCOTTO, G. Conflitos sócioambientais no Brasil (Vol. I). Rio de Janeiro: Ibase. 1995.
- ACSELRAD, Henri. “Justiça ambiental - ação coletiva e estratégias argumentativas”. In: _____, HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Org). Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: Relume Demará, 2004, p. 23-39.
- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais o caso do movimento de justiça ambiental. Estudos Avançados (USP.Impresso), v. 24, p. 103-120, 2010.
- ACPO. ASSOCIAÇÃO DE COMBATE AOS POLUENTES. Avaliação de Risco à Saúde Humana por Metais Pesados em Santo Amaro da Purificação. Disponível em: <www.acpo.org.br/saudeambiental/CGVAM/02_Avaliacao_de_Risco/05_santo_amaro_ba/parte29_conclusoes_e_recomendacoes.pdf>. Acesso em: jul.2014
- ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (Org.). Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Damará/Brasília: SEBRAE, 2004
- ALERJ. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO. LEI Nº 6036, DE 09 DE SETEMBRO DE 2011. Consolida as Leis que Dispõem Sobre Nomes Dados as Vias, Próprios e Logradouros Públicos no Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/362c5154d8b82196832578ea006e1f23?OpenDocument&ExpandSection=-5#_Section5>Acesso em: 15 mar. 2015
- AMARAL, P. Conflitos SOCIOAMBIENTAIS, discurso e perspectivas: o caso do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. UFF Revista Memo, n. 8, set. 2011. Disponível em: <<http://www.revistamemo.com.br/wp-content/uploads/2011/09/edicao8.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2014.
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA CIDADE DOS MENINOS. Duque de Caxias-RJ. Ata da Assembleia Geral da AMACM de 19 fev. 2002. Livro 2, p.1-2
- AMBIOS ENGENHARIA E PROCESSOS LTDA. Avaliação de Riscos à Saúde Humana por Resíduos de Pesticidas Organoclorados em Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, RJ. Alexandre Pessoa da Silva (Diretor Técnico). São Paulo (SP): 2002.
- AMOROSO, Mauro. Caminhos do lembrar: a construção e os usos políticos da memória no morro do Borel. 2012. Tese (Doutorado), PPGHPBC-CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2012.
- ANJOS, Elisa Maria dos. A Cidade dos Meninos: educação e política na Baixada Fluminense/RJ. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro (RJ): Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2012.

ASMUS, CIRF et al . Assessment of human health risk from organochlorine pesticide residues in Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brazil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000400005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 jan. 2011. doi: 10.1590/S0102-311X2008000400005.

AUGUSTO, LGS. Teoria e Prática na Ação do Sanitarista: A Questão da Saúde e do Ambiente. Cadernos Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.13, n.1, p. 9 - 26, 2005.

BASTOS, LHP. Investigação da contaminação do solo da Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Avaliação dentro de um novo cenário após a adição de óxido de cálcio. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz; Rio de Janeiro, 1999.

BAHIA, CA. Alterações nos marcadores hepáticos decorrente da exposição ambiental a organoclorados em uma comunidade do Rio de Janeiro. 2012. (Dissertação de Mestrado) – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, , Rio de Janeiro, 2012.

BERRÊDO VIANA, D. Avaliação de Riscos Ambientais em Áreas Contaminadas: Uma Proposta Metodológica. 2010. Dissertação (Mestrado) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BRAGA IFA. Alterações Tireoidianas em pacientes expostos a Organoclorados. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Atuação do Ministério da Saúde no caso de contaminação ambiental por pesticidas organoclorados, na Cidade dos Meninos, Município de Duque de Caxias, RJ. 2 ed rev. Brasília (DF): Editora MS; 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde. Exposição Humana a Resíduos Organoclorados na Cidade dos Meninos, Município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro: relatório de Trabalho da Comissão Técnica Assessora ao Ministério da Saúde, instituída pela Portaria MS/GM n.º 896, de 9 de maio de 2002. 2 ed. rev., Brasília (DF): Editora MS; 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Vigilância Ambiental em Saúde. Avaliação de Risco à Saúde Humana por resíduos de pesticidas organoclorados em Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, RJ, 2002: Resumo. Brasília (DF): Editora MS; 2004a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instrução Normativa n° 01. Regulamenta a Portaria GM/MS n° 1.172/2004 no que se refere às competências da União, estados, municípios e Distrito Federal na área de vigilância em Saúde ambiental. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 mar.2005.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 3034 de 2004. Autoriza a União a conceder indenização por danos morais e materiais aos ocupantes de imóveis residenciais a ela pertencentes, na localidade denominada "Cidade dos Meninos", que tenham sido expostos a compostos organoclorados. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=154707>>

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde Brasil 2007: uma análise da situação de saúde. Cap.12 Saúde e Ambiente. Secretaria de Vigilância em Saúde/MS. Editora MS. 641p 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de identificação de áreas com populações expostas a solo contaminado. Secretaria de Vigilância em Saúde/MS. Brasília, DF, 2007a.

BRASIL. Nota Técnica nº 54 CGVAM/SVS/MS. Informações acerca da antiga fábrica de pesticidas na Cidade dos Meninos-Duque de Caxias-RJ. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. CNES - Cadastro Nacional De Estabelecimentos De Saúde. Disponível em: <<http://cnes.datasus.gov.br/>> Acesso em: abril de 2013.

BRITO, Daginete Maria Chaves; BASTOS, Cecília Maria Chaves Brito; FARIAS, Rosana Torrinha Silva de; BRITO, Daímio Chaves e DIAS, Gabriel Augusto de Castro. Conflitos socioambientais no século XXI. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, v. 4, n. 4, p. 51-58, dez. 2011.

CALLADO, Ana Arruda. Darcy, a outra face de Vargas [Darcy Vargas: 1895-1968]. Rio de Janeiro: Batel, 2011.

CAYMMI, Stella. Dorival Caymmi: o mar e o tempo. São Paulo. . Ed. 34, 2001. 648 p. (Coleção Todos os Tempos)

CAMPOS, Élide de Albuquerque. Exposição a pesticidas organoclorados e desenvolvimento cognitivo em crianças e adolescentes residentes em Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, RJ. Dissertação (Mestrado) – ENSP, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro 2014.

CARLOS, Jasson Mendes. Território e contaminação ambiental: A Cidade dos Meninos na Metrópole. Rio de Janeiro-Brasil. Ed. Novas Edições Acadêmicas. 2014.

CESTEH/FIOCRUZ. Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana/Fundação Oswaldo Cruz. Relatório sobre as análises de soro de moradores e crianças da Cidade dos Meninos. Rio de Janeiro (RJ): 1990, 1993.

CUNHA, Marize Bastos; PORTO, Marcelo Firpo de Souza; PIVETTA, Fatima; ZANCAN, Lenira et al. O desastre no cotidiano da favela: reflexões a partir de três casos no Rio de Janeiro. O Social em Questão, Ano 18, n. 33, p.95-122, 2015.

DA MATTA, Roberto. “O ofício de etnólogo, ou como ter "anthropological blues”. Editora Museu Nacional, 1978.

DASTON GP, Cook JC, Kavlock RJ. Uncertainties for endocrine disrupters: our view on progress. Toxicol Sci 74: 245–252.2003

DICIO. Dicionário on Line de Português. Disponível em:
<<http://www.dicio.com.br/sesmaria/>>. Acesso em out.2015.

DUARTE, Daniele Almeida; LUZIO, Cristina Amélia. (Des) Territorialidade: Caminhos Percorridos Por Trabalhadores Sujeitos ao Processo Migratório Interno e sua Relação Subjetiva com o Trabalho. 2004. Disponível em:
<<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/danielealmeidaduarteecristinaamelialuzio.pdf>> Acesso em: 01 set 2015.

ECOBICHON DJ. . Toxic effects of pesticides.(2001). In: CASARETT and DOULL'S Toxicology: The Basic Science of Poisons (Klaassen CD, Doull J, eds). 6th ed. New York:MacMillan, 2003. p. 643–689.

ELSEROUGY, S; BESHIR, S; SAAD-HUSSEIN, A; ASSEM, AA. Organochlorine pesticide residues in biological compartments of healthy mothers. Toxicology and Industrial Health. 29(5) 441–448, 2013.

ERMEL, Luíza Helena Nunes et ali. . “Análise das representações práticas relativas ao trato com o contaminante, crenças e costumes na Cidade dos Meninos, Duque de Caxias – Rio de Janeiro”. Relatório de pesquisa. PUC/Núcleo de Estudos de Exclusão Social. Rio de Janeiro, 1997.

ESTEBAN, Maria Teresa. Sujeitos singulares e tramas complexas desafios cotidianos ao estudo e à pesquisa. In: GARCIA, Regina Leite (org.). Método, Métodos, Contramétodos. São Paulo: Cortez, 2003.

FERNANDES, Lucia de Oliveira. Complexidade, Incertezas e Vulnerabilidades: estudo de áreas contaminadas habitadas em Portugal e no Brasil. Tese (Doutorado) - Portugal. Universidade de Coimbra, 2011.

FERREIRA, J D ; COUTO , A C ; POMBO-DE-OLIVEIRA, M S; KOIFMAN, S, and the Brazilian Collaborative Study Group of Infant Acute Leukemia. In Utero Pesticide Exposure and Leukemia in Brazilian Children < 2 Years of Age. Environ Health Perspect, .v.121, n.2, p. 269–275. February2013. Disponível em:
<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3569673/> Acesso em fev. 2013

FLORES AV et al. Organoclorados: um problema de saúde pública. Ambient. Soc., Campinas, v. 7, n. 2, dez. 2004. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2004000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 jan. 2011.

FREIRE, C et al. Long term exposure to organochlorine pesticides and thyroid function in children from Cidade dos Meninos, Rio de Janeiro, Brazil. Environ Res. 117, p. 68-74, Aug. 2012. doi: 10.1016/j.envres.2012.06.009. Epub 2012 Jul 7. Disponível em:
<<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22776325>>. Acesso em: 06 nov. 2012

FREIRE, C et. al. Chronic Exposure To Organochlorine Pesticides And Levels Of Thyroid Hormones In Adult Population From Cidade Dos Meninos, RJ, Brazil. Isee Conference, 26-30, Aug. 2012 – Columbia, Sc. Abstracts

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, v. 35 n.2, p.57-63, Mar/Abril 1995a. Disponível em: <<https://psicologado.com/psicologia-geral/introducao/metodo-de-pesquisa-qualitativa-usos-e-possibilidades>> Acesso em: 06 nov. 2012 .

GRIMMER, A RM; et. al. Haematologic Alterations in a Population Exposed to Organochlorine Pesticides: Cidade Dos Meninos, 2004. Epidemiology, v. 18, Issue 5, p S120, Sept. 2007 doi: 10.1097/01.ede.0000276683.93380.88. Isee 2007 Conference Abstracts Supplement: Abstracts.

GUIMARÃES, Raphael Mendonça; ASMUS, Carmen Ildes Rodrigues Fróes. Por que uma saúde ambiental infantil? Avaliação da vulnerabilidade de crianças a contaminantes ambientais. Pediatria, São Paulo, v2, n.4, p.239-45, 2010.

GUIMARÃES, Raphael Mendonça. Exposição a organoclorados e alterações em caracteres sexuais primários e secundários na população exposta em Cidade dos Meninos, Brasil. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

HERCULANO, Selene. Justiça ambiental: de Love Canal à Cidade dos Meninos, em uma perspectiva comparada. In: MELLO, Marcelo Pereira de (Org.). Justiça e sociedade: temas e perspectivas. São Paulo: LTr, 2001. p. 215-238.

HERCULANO, Selene. Redesenhando o debate sobre justiça ambiental: produção teórica, breve acervo de casos e criação da rede brasileira de justiça ambiental. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba, v. 5, p. 143 – 152, jan./jun.2002.

HERCULANO, Selene. A Cidade dos Meninos e o caso de contaminação por HCH. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Orgs.). Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004. p. 291-302.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Dados do setor censitário de Cidade dos Meninos. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>> Acesso em: dez.2014.

INCA. Relatório INCA, Programa de Vigilância a Saúde da População exposta a resíduos organoclorados em Cidades dos Meninos - Duque de Caxias-RJ, Junho 2009. Relatório.

JUSTIÇA FEDERAL.SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO. Consulta a processos. Disponível em:<http://procweb.jfrj.jus.br/portal/consulta/cons_procs.asp> Acesso em: set.2015.

KOIFMAN, Sergio et. al. Human Contamination to Organochlorine Pesticides and Birth Weight Distribution in Cidade Dos Meninos, State of Rio De Janeiro, Brazil. Epidemiology, v. 19, Issue 6, p S309, nov. 2008. doi: 10.1097/01.ede.0000340392.21802.2b Abstracts: ISEE 20th Annual Conference, Pasadena, California, October 12-16, 2008: Contributed Abstracts.

KOIFMAN, Sergio. Relatório de Determinação dos Níveis de Exposição a Pesticidas Organoclorados, Cidade dos Meninos, Município Duque de Caxias, RJ. 2006.

KOIFMAN, Sergio et al. Determinação dos Níveis de Exposição a Pesticidas Organoclorados, Cidade dos Meninos, Município de Duque de Caxias, RJ. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2007.

LAPLANTINE, F. A descrição etnográfica. Tradução de João Manuel Ribeiro Coelho e Sergio Coelho. São Paulo: Terceira Margem, 2004. 137p.

LEROY, P. J. Justiça Ambiental. Mapa dos conflitos ambientais de Minas Gerais. 2011. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-LEROY_Jean-Pierre_-_Justi%C3%A7a_Ambiental.pdf> Acesso em: nov. 2014.

LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: Marcel Bursztyrn. (Org.). A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2001. p. 107-122.

LITTLE, Paul Elliot. A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS. Indaiatuba- SP, Maio de 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/>. Acesso em: jul. 2014.

LITTLE, Paul Elliot. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

MACIEL, Marcela Albuquerque. Conflitos socioambientais: Reflexões à luz de Georg Simmel. Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 89, jun 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9599&revista_caderno=5>. Acesso em: set.2014.

MARANDOLA JR., E. e HOGAN, D.J. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 161-181, jul./dez. 2009.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012

MELLO, JL. Avaliação da contaminação por HCH e DDT, dos leites de vaca e humano, provenientes da Cidade dos Meninos, Duque de Caxias – RJ. 1999. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999.

MESQUITA, S A. Avaliação da contaminação do leite materno por pesticidas organoclorados persistentes em mulheres doadoras do Banco de leite do Instituto Fernandes Figueira, RJ. 2001. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2001.

MINAYO, M.C. de S. (2010). O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco.

NASCIMENTO, Daniel Trento; BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. Análise de Conflitos Socioambientais: O Caso da Comunidade Rural de Rio Maior, Município de Urussanga, Santa Catarina. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, v.9, n.2, p.157-190, Jul./Dez. 2012.

NOGUEIRA, G G P. Análise do Perfil de Exposição Ambiental a Compostos Organoclorados em Cidade dos Meninos-Duque de Caxias-RJ. 2008. p. 15.

NUNES, MV; TAJARA, E H. Efeitos tardios dos praguicidas organoclorados no homem. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 32, n. 4, Aug. 1998. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101998000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 dez. 2010. doi: 10.1590/S0034-89101998000400011.

OLIVEIRA, RM. Estudo da contaminação do solo e pasto causada por hexaclorociclohexanos (HCH) na Cidade dos Meninos em Duque de Caxias, RJ. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1994.

OLIVEIRA, RM. Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, RJ: Linha do Tempo sobre a Contaminação Ambiental e Humana. Tese (Doutorado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

OPAS. Organização Pan Americana de Saúde. Manual de Vigilância da Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos. Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/livro2.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2011.

PALMA, DCA. Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

PEREIRA, Jackeline Leite; ROHLFS, Daniela Buosi. Exposição de populações a áreas contaminadas: avaliação de riscos como instrumento de gestão. Goiania.2012.

DUQUE DE CAXIAS (RJ). Prefeitura Municipal. O Pórtico (Portal da entrada) e o complexo da Cidade dos Meninos, fazem parte do Patrimônio Material da cidade de Duque de Caxias. Ata da Reunião do Conselho Municipal de Duque de Caxias – RJ, 03 out. 2006.

DUQUE DE CAXIAS (RJ). Prefeitura Municipal. Revista Viva uma Nova Caxias. 2015

PONDÉ, Jayme. LEVY MIRANDA Apóstolo da Assistência Social no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Carioca Ltda, 1977.

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania. “Conflitos e injustiça ambiental em saúde no Brasil”. Tempus. Actas em Saúde Coletiva, v.4, n.4, p. 26-37, 2009.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. Revista Crítica de Ciências Sociais, Universidade de Coimbra, 93, p. 31-58, 2011. Disponível em:< <https://rccs.revues.org/133#quotation>> Acesso em: set. 2015.

- PORTO, Marcelo Firpo (Org.). Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos. organizado por Marcelo Firpo Porto, Tania Pacheco e Jean Pierre Leroy. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. 306 p.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RADICCHI, A L A; LEMOS, A F. Saúde Ambiental. Belo Horizonte: Nescon /UFMG, Coopmed, 2009.
- RODRIGUES, Juliana Carvalho et al. Aplicabilidade do Sistema de Informação de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Solo Contaminado – SISOLO. Cad. Saúde Colet. Rio de Janeiro, v.19, n. 4, p. 411-6, 2011.
- ROHLFS, Daniela Buosi et.al. A Construção da Vigilância em Saúde Ambiental no Brasil. Cad. Saúde Colet., Rio de Janeiro, v.19, n. 4, p. 391-8, 2011.
- SILVA, GR. Níveis de Agrotóxicos Organoclorados e Perfil Alimentar na Cidade dos Meninos, Duque de Caxias-RJ, Brasil, entre 2003 e 2004. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.
- SILVA, Ellen Cristina Félix da; ROHLFS, Daniela Buosi. Eficácia dos Instrumentos Jurídicos em Áreas Contaminadas: Cidade Dos Meninos - Rio de Janeiro, um Estudo de Caso. 2010.
- SILVA, Renan Finamore Gomes da. Gestão de Áreas Contaminadas e Conflitos Ambientais: O Caso da Cidade dos Meninos. Dissertação (Mestrado) - COPPE, Planejamento Energético, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007 .
- SIMMEL, Georg. Sociologia: estúdios sobre las forms de socialización. Vol. I. Madrid: Revista de Occidente, 1977.
- SISTEMA FIRJAN. Avaliação dos Impactos Logísticos e Socioeconômicos da Implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Estudos para o Desenvolvimento do Rio de Janeiro. 2008. Disponível em:
<<http://www.firjan.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908A8F4EB14A4C014EB71E74C0163B&inline=1>>. Acesso em: dez. 2014.
- SOARES DA SILVA, A et al. Human Exposure to Organochlorine Compounds At Cidade Dos Meninos, Duque De Caxias, Rio De Janeiro, Brazil. Epidemiology, v. 14, Issue 5, p S110–S111, Sept. 2003.
- SOUZA, J. A. P. O gerenciamento de riscos na Cidade dos Meninos - Um sítio contaminado por pesticidas organoclorados, no Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) - ENSP/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.
- SOUZA, Ticianne Ribeiro de. “Planejamento urbano e ideologia: uma análise do Plano Diretor do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro”. Revista Eletrônica E-Metropolis. Rio de Janeiro, n. 19, ano 5, dez. 2014.

SOUZA, Lucia A. Santos de. Arco Metropolitano (Re)Produzindo Segregação Urbana Na Cidade Dos Meninos/Duque De Caxias-RJ. 2014 A. Disponível em:

<[Http://Fappbg.Blogspot.Com/2014/01/Arco-Metropolitano-Reproduzindo.Html#Sfpqwmmoca3i0gkv.99](http://fappbg.blogspot.com/2014/01/Arco-Metropolitano-Reproduzindo.html#Sfpqwmmoca3i0gkv.99)>. Acesso em: nov.2014.

STOTZ, E. N.; VALLA, V.V. (coordenadores). Processo de conhecimento sobre saúde, meio ambiente e desenvolvimento na relação entre sociedade civil e estado. In: LEAL, M.C et al. (Org.) Saúde, Ambiente e Desenvolvimento: Processos e consequências sobre as condições de vida. Volume II. São Paulo (SP): Ed. Hucitech – Abrasco; pp. 29-56, 1992.

TENREIRO, André (Org.); PUGGIAN, Cleonice (et al.). Duque de Caxias: a Geografia de um espaço desigual – Nova Iguaçu, RJ: Ed Entorno, 2015

THEODORO JR. Humberto. Curso de Direito Processual Civil – Teoria Geral do Processo Civil e do Processo de Conhecimento. 50 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

THEODORO, S. H. Mediação de conflitos socioambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório de Auditoria Anual de Contas Tipo de Auditoria: Auditoria de Gestão Exercício: 2008 - Processo Nº: 25410.000727/2009-32 - Unidade Auditada: INCA/RJ - Código UG: 250052 - Cidade: Rio de Janeiro - Relatório Nº : 224564 - UCI Executora : 170130. Brasília, jun. 2009.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2ª Região. Acórdão Ação Civil 9701049926. Rio de Janeiro, 20 mar. 2014.

UNIONPÉDIA. O Mapa Conceitual. Disponível em: <http://pt.unionpedia.org/Metal_pesado> Acesso em: 15 mar. 2015.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Fundação Faculdade de Medicina (FFM). Relatório Anual 2012: Desenvolvimento e Aplicação de Estratégias de Busca Ativa dos Ex-Internos do Abrigo Cristo Redentor, Duque de Caxias, RJ, Auxiliadas por Captação Remota de Dados. USP, São Paulo, 2012.

VARGAS, Glória Maria. Conflitos Sociais e Sócio-Ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. Sociedade & Natureza, Uberlândia, v.19, n. 2, p. 191-203, dez. 2007.

VIANNA AS, ASMUS CIF, BRAGA IFA, GUIMARÃES RM. Análise dos níveis de imunoglobulina E em crianças expostas a compostos organoclorados na Cidade dos Meninos, município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro. 2010.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Negociação e acordo ambiental: o termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento de conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

WELSHONS WV, Thayer KA, Judy BM, Taylor JA, Curran EM, et al. Large effects from small exposures. I. Mechanisms for endocrine-disrupting chemicals with estrogenic activity. Environ Health Perspect , 111, p. 994–1006, 2003.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Principles for evaluating health risks in children associated with exposure to chemicals. Environmental Health Criteria, v. 237, 2006.

ZHOURI, Andréa. Palestra proferida na mesa redonda “Sujeitos Sociais e Espaço Urbano: Questões e contribuições para a psicologia social”, durante XIII Encontro Nacional da ABRAPSO, p.4, 2005.

Entrevistas/ Relatos

Ex-funcionário/morador R (2013/2014/2015)

Ex-funcionário/morador L (2014/2015)

Ex- alunos G1; H1; J1 (2015)

Ex-morador M (2015)

Moradores A; C; E; N (2015)

Jornais:

ÁREA contaminada no Rio de Janeiro. Jornal Nacional, Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 19 fev. 2002. Programa de TV.

CAXIAS começa a demolir casas irregulares em terreno contaminado. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 09 mai.2013. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/rj-caxias-comeca-a-demolir-casas-irregulares-em-terrenocontaminado,6762bf069748e310VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>>. Acesso em: 09 mai. 2013.

CAXIAS: moradores da Cidade dos Meninos reclamam de atraso no pagamento de aluguel pela prefeitura. Jornal Extra, Rio de Janeiro, p., 08 set. 2011. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/caxias-moradores-da-cidade-dos-meninos-reclamam-de-atraso-no-pagamento-de-aluguel-pela-prefeitura-2602143.html>> Acesso em: 10 set. 2011.

CETESB começa a erradicar o pó-de-broca na terça-feira. Jornal O Municipal, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, p., de 06 a 13 jul. 2001.

CIDADE dos Meninos Livre. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22 fev. 1964. 1º Caderno, p.3. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%5Dcamargo_151740.957226.DocLstX&pasta=ano%20196&pesq=cidade%20dos%20meninos>Acesso em: 09 mai. 2013.

COMPLEXO abriga 450 crianças em modelo de educação. Jornal O Municipal, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, p. 6, 20 jun.1993.

CONTAMINAÇÃO atinge moradores do RJ. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, p.4, 21 nov. 2005.

DUQUE de Caxias: o desafio de manter o crescimento sustentável. A Cidade dos Meninos será recuperada. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 01 out. 2015. Caderno Rio, p. 11.

INVASORES de terra caçados em Caxias RJ. Jornal Correio da Manhã, Rio de Janeiro, p., 22 fev. 1964. Disponível em:

<memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%5Dcamargo_151740.957226.DocLstX&pasta=ano%20196&pesq=cidade%20dos%20meninos> Acesso em: 09 mai. 2013.

JUIZA mantém área interditada. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 16, 10 de ago. 1993.

NOVA vida para a área degradada há seis décadas. Jornal O Dia, Rio de Janeiro, p., 17 out. 2015. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/2015-10-17/nova-vida-para-uma-area-degradada-ha-seis-decadas.html>> Acesso em: 17 out. 2015.

OPERAÇÃO remove famílias de áreas contaminadas no RJ. Jornal O Globo, Rio de Janeiro: G1, 09 mai. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/05/operacaoremov-familias-deareascontaminadas-no-rj.html>> Acesso em: mai.2013.

PESQUISA alerta para impacto das remoções na saúde dos moradores. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. Caderno Rio. p., 15 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/12/15/pesquisa-alerta-para-impacto-das-remocoes-na-saude-dos-moradores/>> Acesso em: 28 set. 2015.

‘PÓ-DE-BROCA’ já contaminou 33 pessoas. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, p., 13 mar. 1991.

“QUEREMOS permanecer na terra que ocupamos com sacrifício”. Jornal Diário da Noite, São Paulo, 18 fev. 1964. 1º Caderno, p. 2. Disponível em: <memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%5Dcamargo_151740.957226.DocLstX&pasta=ano%20196&pesq=cidade%20dos%20meninos> Acesso em: 09 mai. 2013.

CAXIAS: moradores da Cidade dos Meninos reclamam de atraso no pagamento de aluguel pela prefeitura. Jornal Extra, Rio de Janeiro, p., 08 set. 2011. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/caxias-moradores-da-cidade-dos-meninos-reclamam-de-atraso-no-pagamento-de-aluguel-pela-prefeitura-2602143.html>> Acesso em: 10 set. 2011.

Vídeo:

POLÍCIA procura suspeito de tentar matar líder comunitário da cidade dos meninos na baixada fluminense. Reportagem de Sergio Frias. Rio de Janeiro - R7 Balanço Geral RJ. Vídeos r7.com. 2015. Vídeo (05min). Disponível em:<<http://videos.r7.com/policia-procura-suspeito-de-tentar-matar-lider-comunitario-da-cidade-dos-meninos-na-baixada-fluminense/idmedia/554bc0e80cf2d09eb618f4bd.html>> Acesso em: 07 mai. 2015.

APÊNDICE A - Resumo dos Estudos em Saúde

Quadro 2: Resumo dos estudos em saúde realizados com a população da Cidade dos Meninos no período de 1990 a 2014 (continua)

ANO	IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO	CONTEÚDO	RESULTADOS E CONCLUSÃO
1990	<p>Título: Análise de Quantificação do Teor de HCH em Soro Humano.</p> <p>Autor (es): Laboratório de Desenvolvimento Tecnológico (LADETEC).</p> <p>Instituição (ões): Instituto de Química/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).</p>	<p>Objetivo: Quantificar os teores residuais de HCH nas 7 famílias residentes mais próximas aos escombros da antiga fábrica.</p> <p>Matriz analisada: soro de 31 indivíduos (7 famílias), incluindo adultos e crianças residentes próximo às ruínas da antiga fábrica;</p> <p>Parâmetros analisados: isômeros do HCH (α, β, γ e δ).</p>	<p>α-HCH: ND a 15,67 ng/mL (maioria das amostras analisadas);</p> <p>β-HCH: 1,05 a 207,30 ng/mL (detectado em todas as amostras analisadas);</p> <p>γ-HCH: ND a 8,25 ng/mL;</p> <p>δ-HCH: 0,13 ng/mL (detectado em apenas uma amostra analisada).</p>
1991	<p>Título: Contaminação por Hexaclorociclohexano (BHC) na Cidade dos Meninos – Duque de Caxias – Rio de Janeiro.</p> <p>Autor (es): Braga AMCB; Meireles LC; Anjos LA.</p> <p>Revista da Sociedade Brasileira de Toxicologia, v. 4, Supl. 2, p. 59, out., 1991.</p> <p>Instituição: Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH/FIOCRUZ).</p>	<p>Objetivo: Avaliar o nível da contaminação da população residente dentro de um raio de 100 m do foco.</p> <p>Matriz analisada: sangue de 31 moradores (14 mulheres e 17 homens), incluindo as famílias residentes próximos ao foco;</p> <p>Parâmetros analisados: isômeros do HCH (α, β, γ e δ).</p>	<p>Os resultados indicaram valores elevados de α-HCH e β-HCH (até 50 e 70 vezes, respectivamente), para indivíduos não expostos descritos na literatura internacional.</p>
1991	<p>Título: Relatório da Pesquisa de Avaliação das condições de vida e saúde de sete famílias moradoras na área contaminada por BHC (Etapa A).</p> <p>Autor (es): Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH).</p> <p>Instituição: CESTE H/FIOCRUZ</p>	<p>Objetivo: Avaliar as condições de saúde das 7 famílias moradoras mais próximas ao foco perfazendo um total de 31 indivíduos.</p> <p>Matrizes analisadas: sangue, urina e fezes;</p> <p>Parâmetros analisados: hemograma completo, bioquímica do sangue, provas de função hepática e teor de HCH no soro; elementos anormais e sedimentos na urina e parasitológico de fezes.</p>	<p>γ-HCH: detectado em duas amostras;</p> <p>δ-HCH: detectado em 1 amostra;</p> <p>β-HCH: média residual aproximadamente 60 vezes superior à média encontrada na literatura internacional para indivíduos não expostos ocupacionalmente e inferior aos valores descritos em trabalhadores expostos ocupacionalmente.</p> <p>Do ponto de vista clínico, poucas foram as alterações que apresentaram relação estatisticamente significativa com o HCH.</p>

ANO	IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO	CONTEÚDO	RESULTADOS E CONCLUSÃO
1993	<p>Título: Sem título. “Refere-se a uma sintética avaliação dos resultados laboratoriais das análises das amostras do sangue em crianças selecionadas aleatoriamente na população que frequenta ou mora no Abrigo Cristo Redentor, Cidade dos Meninos.”</p> <p>Autor (es): Gomez CM</p> <p>Instituição: CESTE/ENSP/FIOCRUZ</p>	<p>Objetivo: Analisar o sangue das crianças do Abrigo Cristo Redentor (ACR) da Cidade dos Meninos.</p> <p>Matrizes analisadas: sangue;</p> <p>Parâmetros analisados: isômeros do HCH (α, β, γ e δ).</p>	<p>γ e β-HCH: 24,2 % das crianças analisadas apresentaram teores residuais;</p> <p>γ-HCH: apenas 3 crianças apresentaram contaminação; não existe contaminação significativa recente.</p> <p>Resultados inconclusivos em termos de suas consequências para a saúde;</p> <p>As concentrações obtidas nas amostras de sangue das crianças do ACR são muito inferiores às concentrações citadas em estudos internacionais realizados nas populações expostas; insuficientes para afirmar a existência de implicações clínicas mais graves; necessário monitoramento clínico permanente das crianças; um estudo dos fatores comportamentais e de mobilidade na região deveria ser conduzido. As crianças precisam ser mantidas agrupadas em locais que facilitem a realização destas investigações.</p>
1995	<p>Título: Environmental Contamination by Hexachlorocyclohexane in Residents in a Large Area in Rio de Janeiro – Brazil.</p> <p>Autor (es): Braga AMCB, Meirelles LC, Albuquerque HC.</p> <p>International Congress on Hazardous Waste: Impact on Human and Ecological Health, 5 – 8 de junho de 1995, Atlanta, Georgia, EUA.</p> <p>Instituição: CESTE/FIOCRUZ</p>	<p>Objetivo: Associar a exposição com potenciais efeitos biológicos e identificar as relações causa – efeito pela análise do sangue das 7 famílias moradoras na área mais próxima ao foco, totalizando 31 indivíduos; e também, de 186 internos do Abrigo do Cristo Redentor, para avaliação da contaminação por HCH.</p> <p>Matrizes analisadas: sangue;</p> <p>Parâmetros analisados: isômeros do HCH (α, β, γ e δ).</p>	<p>Vários sintomas e queixas foram relatados pelos moradores;</p> <p>Concentrações residuais de HCH elevadas para os residentes próximos às ruínas da antiga fábrica;</p> <p>Foi observado que as 7 famílias consomem, sistematicamente, alimentos produzidos na área, por isso esses resultados não puderam ser associados com o tempo de exposição ao HCH.</p>

ANO	IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO	CONTEÚDO	RESULTADOS E CONCLUSÃO
1995	<p>Título: A Comparison of Hexachlorocyclohexane Residues in Human Blood and Soil in Residents of “Cidade dos Meninos” – Rio de Janeiro, Brazil.</p> <p>Trabalho apresentado no EUROTOX '95/Toxicology Letters Supplement 1/78 (1995) 1 – 88.</p> <p>Autor (es): Braga AMCB, Oliveira RM. Instituição: FIOCRUZ</p>	<p>Objetivo: Mostrar a relação entre os níveis de concentração de HCH Total no sangue dos escolares e no solo distante até 2 km do foco.</p>	<p>Concentrações de milhares de $\mu\text{g}/\text{kg}$ de HCH estão presentes nas amostras de solo coletadas nas vizinhanças da fábrica.</p> <p>Elevadas concentrações de HCH total foram detectadas também no sangue das sete famílias residentes a uma distância de até 100 m do foco.</p>
1996	<p>Título: Contaminação Ambiental por Hexaclorociclohexano e Escolares na Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, Rio de Janeiro.</p> <p>Autor (es): Braga AMCB. Instituição: FIOCRUZ</p>	<p>Objetivo: Determinar o nível de contaminação pelos isômeros α-, β- e γ-HCH em soro sanguíneo de 184 escolares do Abrigo Cristo Redentor. A amostra total dos 184 escolares foram estratificadas em função do tempo provável de exposição a este agente, obtido pelo ano de admissão nas escolas da região, definidas como E0 (1992), E1 (1989 – 1991), E2 (1986 – 1988), E3 (1983 – 1985) e E4 (1978 – 1982).</p>	<p>α-HCH: 0,95 $\mu\text{g}/\text{L}$ (em apenas 1 indivíduo do extrato amostral E4); Frequência de 0,5 %;</p> <p>β-HCH: 0,53 \pm 1,81 $\mu\text{g}/\text{L}$ (E0); 1,19 \pm 2,26 $\mu\text{g}/\text{L}$ (E1); 0,68 \pm 1,70 $\mu\text{g}/\text{L}$ (E2); 1,00 \pm 1,78 $\mu\text{g}/\text{L}$ (E3); 1,35 \pm 1,71 $\mu\text{g}/\text{L}$ (E4); 0,94 \pm 1,82 $\mu\text{g}/\text{L}$ (Total); Frequência de 29,35 %;</p> <p>γ-HCH: 2,15 $\mu\text{g}/\text{L}$ (E0); 1,52 $\mu\text{g}/\text{L}$ (E1); 2,02 $\mu\text{g}/\text{L}$ (E4); Frequência de 1,63 %.</p>

ANO	IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO	CONTEÚDO	RESULTADOS E CONCLUSÃO
1996	<p>Título: O sistema de vigilância à saúde na contaminação ambiental por hexaclorociclohexano na Cidade dos Meninos.</p> <p>Autor (es): Paiva RO</p> <p>Orientador (es): Turci SRB</p> <p>Instituição (ões): Faculdade de Farmácia/Universidade Federal Fluminense (UFF).</p>	<p>Objetivo: Estudar a adequação das ações desenvolvidas no caso de contaminação por Hexaclorociclohexano na Cidade dos Meninos pelas Instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais com um modelo de Vigilância à Saúde na exposição às substâncias organocloradas sugeridas pela ECO/OPS/OMS.”</p>	<p>Os estudos realizados até então, deixaram de apresentar pontos muito importantes, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - estudo dos metabólitos do HCH no organismo humano e no ambiente; - estudo do HCH e seus isômeros no leite materno; - implantação de um ambulatório especializado em toxicologia para acompanhar os 31 moradores analisados; - articulação entre os órgãos públicos (federal, estadual e municipal) para a implantação de um Sistema de Vigilância; - a avaliação realizada nos moradores não teve resultados satisfatórios por dificuldades de estabelecimento denexo causal entre as patologias encontradas e os teores residuais de HCH presentes no soro sanguíneo dos moradores. <p>O somatório desses fatores dificulta a tomada de decisão por parte dos órgãos públicos para controlar os riscos de exposição, como as ações de retirada da população, isolamento da área e neutralização do agente químico.</p>

ANO	IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO	CONTEÚDO	RESULTADOS E CONCLUSÃO
1997	<p>Título: Environmental contamination by hexachlorocyclohexane of residents in a large area of Rio de Janeiro, Brazil.</p> <p><i>In Hazardous Waste: Impacts on human and ecological health</i> (Johnson BL, Xintaras C & Andrews Jr JS, eds.) pp. 223 - 227, Princeton: US Department of Health and Human Services.</p> <p>Autor (es): Braga AMCB, Meirelles LC, Albuquerque HC.</p> <p>Instituição: FIOCRUZ</p>	<p>Objetivo: Avaliar o nível de contaminação pelo HCH e os possíveis danos causados à saúde, de 7 famílias (31 indivíduos) residentes dentro de um raio de 100 m de um sítio contendo rejeitos tóxicos e de 184 crianças residentes em um orfanato localizado na sua vizinhança.</p>	<p>- Sintomas relatados pelos <u>31 indivíduos</u>: dor de cabeça (58,1 %), irritação nos olhos (48,4 %), apreensão e dermatoses (38,7 %), fraqueza (32,3 %); Asma e disfunção do trato urinário. Aumento das enzimas hepáticas: fosfatase alcalina (16 %), GOT e GPT (6 %), TB (45 %), IB (32 %) e DB (10 %). Resultados em sangue: Em todas as amostras: α-HCH (0,16 a 15,67 $\mu\text{g}/\text{kg}$) e β-HCH (1,05 a 207,30 $\mu\text{g}/\text{kg}$); Em apenas 2 amostras: γ-HCH (1,52 e 8,25 $\mu\text{g}/\text{kg}$); Em apenas 1 amostra: δ-HCH (0,13 $\mu\text{g}/\text{kg}$). A concentração residual do \square-HCH comparado com a literatura foi até 60 vezes superior à encontrada em indivíduos não expostos.</p> <p>- As análises do sangue das <u>184 crianças</u> (5 a 18 anos) residentes no orfanato demonstraram que: α-HCH e δ-HCH não foram encontrados em nenhuma das amostras analisadas.</p> <p>a) Em 24,2 % das amostras: β-HCH (0,71 a 8,22 %);</p> <p>b) Em 3 amostras: γ-HCH (2,15 $\mu\text{g}/\text{kg}$, 1,52 $\mu\text{g}/\text{kg}$ e 2,02 $\mu\text{g}/\text{kg}$).</p> <p>Disfunção hepática: não foi realizada com este grupo de indivíduos. As maiores concentrações observadas foram nos indivíduos residentes mais próximos ao foco e que se alimentavam de produtos oriundos da área.</p>

ANO	IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO	CONTEÚDO	RESULTADOS E CONCLUSÃO
1999	<p>Titulo: Avaliação da Contaminação por HCH e DDT, dos Leites de Vaca e Humano, Provenientes da Cidade Dos Meninos, Duque de Caxias – RJ</p> <p>Autor(a): Mello JL</p> <p>Instituição: FIOCRUZ</p>	<p><u>Amostras/Cidade dos Meninos:</u> α-HCH (0,0025 a 0,0337) mg/kg de leite e (0,0635 a 0,8418) mg/kg de gordura; β-HCH (0,0130 a 0,0178) mg/kg de leite e (0,1119 a 0,4365) mg/kg de gordura.</p> <p><u>Amostras/Outras localidades:</u> Valor máximo de 0,0013 mg/kg de leite e 0,0639 mg/kg de gordura. Somente uma amostra: β-HCH de 0,0079 mg/kg de leite e 0,0280 mg/kg de gordura.</p> <p><u>Amostras de mães residentes na área de estudo:</u> α-HCH (<0,0004 a 0,0051) mg/kg de leite e máximo de 0,1467 mg/kg de gordura.</p> <p><u>Amostras de mães de outras localidades:</u> α-HCH (0,0016 a 0,0075) mg/kg de leite e (0,0436 a 0,2144) mg/kg de gordura; β-HCH (0,0110 a 0,1519) mg/kg de leite e (0,3148 a 4,2742) mg/kg de gordura. <u>Amostras de mães expostas:</u> <0,0004 a 0,0081 mg/kg de leite (máximo de 0,2318 mg/kg de gordura) para as amostras de mães não expostas. : γ-HCH: <0,0004 a 0,0124 mg/kg de 126 leite (máximo de 0,3512 mg/kg de gordura) para as amostras de leite das mães expostas e de 0,0007 a 0,0077 mg/kg de leite (0,0179 a 0,2245 mg/kg de gordura) para as amostras de leite das mães não expostas.</p>	<p>Amostras de leite materno das doadoras da Cidade dos Meninos: β- HCH com valores de até 20 vezes a IDA estabelecida;</p> <p>Amostras das doadoras de outras localidades: IDA não foi ultrapassada.</p> <p>Também foram encontradas diferenças estatisticamente significativas, entre os grupos de amostras de mães expostas e não expostas, para o p,p' DDE e ΣDDT, entretanto, a ingestão diária estimada para DDT, não ultrapassou o valor da IDA estabelecida.</p> <p>δ-HCH: ND em nenhuma amostra analisada.</p> <p>Sugere-se o acompanhamento das crianças residentes na Cidade dos Meninos, para determinar os possíveis efeitos da exposição às substâncias estudadas na puberdade e a capacidade reprodutiva, e ainda, se outros sistemas de órgãos tiverem sido afetados devem, se possível, efetuar estudos prospectivos, para avaliar o desenvolvimento funcional, a morbidade e a mortalidade, de acordo com as recomendações da OMS.</p>

ANO	IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO	CONTEÚDO	RESULTADOS E CONCLUSÃO
1999	<p>Título: Pesquisa, Diagnóstico e Tratamento de Pessoas Contaminadas por Hexaclorociclohexano (HCH) na Cidade dos Meninos – Duque de Caxias – R. J.</p> <p>Autor (es): Trapé AZ</p> <p>Instituição: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).</p> <p>OBS: Versão preliminar do relatório. O documento final não foi obtido. O relatório foi desconsiderado pelo Comitê Técnico do Ministério da Saúde por entender que havia problemas na metodologia utilizada. (BRASIL, 2004).</p>	<p>Objetivo: Analisar o sangue de 319 moradores para determinação da contaminação por HCH.</p> <p>Resultados obtidos: γ-HCH não foi identificado em nenhuma das amostras analisadas; α-HCH foi detectado em 18 amostras analisadas (3,6 a 12,4 mg/kg); β-HCH só não foi detectado em 50 amostras das 319 analisadas (1,0 a dezenas de mg/kg), sendo que em 5 amostras os resultados obtidos foram 126,8 mg/kg, 130,7 mg/kg, 132,6 mg/kg, 192,6 mg/kg e 271,8 mg/kg.</p>	<p>As conclusões do estudo clínico da população “apesar de não se poder estabelecer relação direta com os achados clínicos da amostra, deve ser considerada em relação a possíveis efeitos adversos crônicos descritos tais como distúrbios de reprodução e de desenvolvimento, distúrbios neurológicos e carcinogênese”.</p>
2001	<p>Título: Avaliação da contaminação do leite materno por pesticidas organoclorados persistentes em mulheres doadoras do Banco de leite do Instituto Fernandes Figueira, RJ</p> <p>Autor (a): Mesquita SA</p> <p>Orientador: Moreira JC</p> <p>Instituição: FIOCRUZ</p>	<p>Objetivo: Dentre os isômeros do HCH o que obteve maior prevalência foi o β-HCH (84 %) das amostras analisadas, e semelhantes ao DDE o β-HCH é o isômero mais persistente. Foi observada ainda contaminação residual para o α-HCH e para o γ-HCH.</p>	<p>As amostras provenientes de Duque de Caxias mostraram níveis significativamente mais elevados que as provenientes de outra localidade, esses valores podem estar ligados à contaminação por HCH, ocorrida na Cidade dos Meninos, situada em Duque de Caxias na década de 60, observando-se que esta exposição vem se disseminando ao longo dos anos nessa região.</p>
2001	<p>Título: Cancer mortality among population groups exposed to HCH and other pesticides in Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, R. J., Brazil: preliminary results.</p> <p>6 th International HCH and Pesticides Forum, realizado 20-23 de Março, Praga, Polônia.</p> <p>Autor (es): Koifman S, Mattos IE, Koifman RJ, Monteiro GTR.</p> <p>Instituição: FIOCRUZ</p>	<p>Objetivo: Realizar estudo epidemiológico baseado em notificações de mortalidade por câncer, nas regiões de Duque de Caxias, Nilópolis e Estado do Rio de Janeiro, nos períodos de 1980, 1985 e 1991. Os respectivos endereços eram localizados próximos à área foco de contaminação: distância inferior a 4 km, inferior a 8 km, entre 8 e 12 km e maior que 12 km.</p>	<p>O município de Duque de Caxias mostrou similaridade nas taxas de mortalidade por câncer a Nilópolis e ao Estado do Rio de Janeiro, mas alta taxa de mortalidade foi observada para a região da Cidade dos Meninos, em relação às outras duas regiões estudadas, até 7 km de distância do foco, para os anos de 1980, 1985 e 1991. A distribuição dos tipos de câncer também foi diferente na observada para os outros grupos populacionais vivendo até 13 km do foco. Foi observado um aumento de câncer de fígado, pâncreas, bexiga e hematológico.</p>

ANO	IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO	CONTEÚDO	RESULTADOS E CONCLUSÃO
2002	<p>Título: Mortalidade por câncer em população exposta a pesticidas em Cidade dos Meninos, Município de Duque de Caxias, RJ.</p> <p>V Congresso Brasileiro de Epidemiologia – Epi 2002 - A Epidemiologia na Promoção da Saúde. Livro de Resumos. Suplemento Especial, Março 2002, p.89.</p> <p>Autor (es): Koifman S, Mattos IE, Koifman RJ, Monteiro GTR.</p> <p>Instituição: FIOCRUZ</p>	<p>Objetivo: A mortalidade por câncer segundo faixa etária e sexo foi similar em Duque de Caxias, Nilópolis e Estado do Rio de Janeiro. A 4 km do foco: 7 óbitos em 1980, 6 em 1985, 19 em 1991 e 21 em 1997. A 7 km do foco: elevação de até 5 vezes na distribuição absoluta de tumores de pâncreas e fígado em homens (4 x p/ câncer de laringe, 3 x p/ câncer de bexiga, 2,5 x p/ tumores hematológicos (1980-1992). Mulheres: aumento de 2 x para câncer de pâncreas e tumores hematológicos.</p>	<p>O aumento na distribuição da mortalidade por câncer e o perfil topográfico observado em populações vivendo próximo ao foco principal de contaminação por pesticidas em Cidade dos Meninos é sugestiva de uma associação entre a exposição continuada a HCH e outros pesticidas e o desenvolvimento de câncer.</p> <p>Não foi observado padrão similar de elevação de distribuição de câncer em populações a mais de 12 km do foco.</p>
2002	<p>Título: PCDD/F – contamination in a hexachlorocyclohexane waste site in Rio de Janeiro, Brazil.</p> <p>Autor (es): Braga AMCB, Krauss T, Santos CRR, Souza PM.</p> <p><i>Chemosphere</i> 46 (2002): 1329 – 1333.</p> <p>Instituição: FIOCRUZ</p>	<p>Objetivo: Verificar a presença de dioxinas e furanos e se este fato afeta a cadeia alimentar e põe em risco a saúde da população local.</p>	<p>Solo oriundo da área contaminada: média de 13.900 ng I-TEQ/kg; Solo oriundo das outras áreas: 0,47 a 2,08 ng I-TEQ/kg e de 0,19 a 1,33 ng I-TEQ/kg, em dois grupos de amostras.</p> <p>Leite de vaca: as concentrações residuais de PCDD/Fs obtidas nas amostras de leite variaram de 4,07 a 6,54 pg I-TEQ/g de gordura do leite. Em duas amostras analisadas os resultados encontrados foram < 5 pg I-TEQ/g de gordura do leite, segundo a legislação alemã.</p>
2002	<p>Título: Avaliação de Risco à Saúde Humana por Resíduos de Pesticidas Organoclorados em Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, R. J.</p> <p>Autor(es): Silva AP.</p> <p>Instituição: AMBIOS Engenharia e Processos Ltda.</p>	<p>Objetivo: Realizar Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Ambiental e Humana segundo a ATSDR (1992) através de estudos complementares e de estudos já existentes sobre o caso. Foram definidas as rotas de exposição completas e potenciais, a que os residentes estiveram, estão e poderão continuar expostos e contaminados pelos compostos tóxicos presentes.</p>	<p>A contaminação ambiental na Cidade dos Meninos foi classificada como local de Perigo A: Perigo Urgente para a Saúde Pública. Considera-se necessário o deslocamento da população da Cidade dos Meninos para áreas seguras no que diz respeito à exposição aos contaminantes assinalados como de interesse e as necessárias ações de acompanhamento de saúde da população.</p> <p>Pelos dados de exposição estudados, deve-se também ressaltar a impossibilidade de remediação da área com a presença da população no local.</p>

ANO	IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO	CONTEÚDO	RESULTADOS E CONCLUSÃO
2003	<p>Título: Human Exposure to Organochlorine Compounds At Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, Rio De Janeiro, Brazil.</p> <p>Autor(es): Silva AS, Tess BHC, Cassanha LAG, Mendes R, Froes CIA, Netto GF, Finkelman J, Abreu E, Silva GMA, Neto JE; Fernandes AS, Escamilla JÁ, Cunha EPAM, Cruz NG, Koifman SF, Wunsch FVF, Câmara VFM, Andrade WFC.</p> <p><i>Epidemiology</i> 14 (5): S110-S111, September 2003.</p> <p>Instituição(ões): FIOCRUZ/Ministério da Saúde (MS).</p>	<p>Objetivo: Avaliar a exposição humana por compostos organoclorados na Cidade dos Meninos.</p> <p>Os compostos avaliados foram os isômeros do HCH, DDT e metabólitos, TCPs, TCBs, TCDDs e PCDFs por representarem risco à saúde humana, uma vez que estes faziam parte da rota completa de exposição para solo, água, leite e ovos produzidos no local. Dioxinas e Furanos não foram avaliadas em nenhum estudo envolvendo matriz humana.</p>	<p>Resultados obtidos: HCH total foi de 2,43 mg/kg em gordura de leite humano, e DDT e metabólitos, 4,78 mg/kg. Foram identificados três diferentes grupos de população exposta: 370 famílias de antigos empregados da fábrica ou atuais empregados da estrutura pública que funcionava no local (Grupo 1); 1.000 famílias vivendo na área separados por barreira física e 70 famílias ocupando ilegalmente a periferia. E ainda, os grupos apresentados a seguir foram identificados, mas não quantificados, ficando evidente a necessidade de novos estudos: ex-funcionários da fábrica morando atualmente fora da região alvo; ex-residentes do educandário fechado em meados da década de 90 e a população do entorno da Cidade dos Meninos.</p> <p>O estudo concluiu que o uso de biomarcadores no Grupo 1 era indicado para o estabelecimento dos níveis atuais de exposição e monitoramento da eficácia das ações implementadas. E que um comitê permanente de instituições de pesquisa e serviços de saúde locais deve ser estabelecido para monitorar o processo, promover a comunicação de riscos e a participação e o envolvimento da população na aprovação e no estabelecimento de prioridades de novos projetos de pesquisa na área.</p>

ANO	IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO	CONTEÚDO	RESULTADOS E CONCLUSÃO
2003	<p>Título: Exposição Humana a Resíduos Organoclorados na Cidade dos Meninos, Município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro. 2ª. Edição revista. Série C. Projetos, Programas e Relatórios.</p> <p>Autor(es): Comissão Técnica Assessora ao Ministério da Saúde, instituída pela Portaria MS/GM no. 896, de 9 de maio de 2002 (DECIT/SPS/MS).</p> <p>Instituição(ões): Secretaria de Políticas em Saúde (SPS). Ministério da Saúde (MS).</p>	<p>Objetivo: “À luz do conhecimento científico atual sobre os potenciais riscos à saúde humana da exposição a estes compostos, fazer recomendações ao MS quanto às ações de saúde a serem desenvolvidas junto à população” da Cidade dos Meninos.</p>	<p>Identificação de 6 Grupos de populações potencialmente expostas:</p> <p>Grupo 1 - Residentes ao longo da estrada Camboaba;</p> <p>Grupo 2 - Bairro Santa Isabel;</p> <p>Grupo 3 - Populações invasoras, periféricas, ao longo do canal do Pilar e do rio Capivari;</p> <p>Grupo 4 - ex-trabalhadores que não residem mais na área;</p> <p>Grupo 5 - ex-internos da Fundação Abrigo Cristo Redentor;</p> <p>Grupo 6 - população residente no entorno da Cidade dos Meninos; pessoas que moram fora da área de estudo mas que consomem rotineiramente alimentos da região, como ovos, leite, queijos e manteiga.</p> <p>Recomendações: remoção urgente da população residente na área da Cidade dos Meninos, interromper definitivamente, a produção de alimento na área, seja de origem animal ou vegetal, mesmo após a remediação do sítio contaminado, fechamento dos poços artesianos, inviabilizar o fluxo de pessoas e espécimes sem o consentimento das autoridades responsáveis, monitorar as condições de saúde da população exposta e, finalmente, finalizar o diagnóstico da contaminação ambiental para futura remediação da área.</p>

ANO	IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO	CONTEÚDO	RESULTADOS E CONCLUSÃO
2003	<p>Título: Nota Técnica sobre o estudo da Universidade Estadual de Campinas “Pesquisa, diagnóstico e tratamento das pessoas contaminadas pelo Hexaclorociclohexano (HCH) em Cidade dos Meninos, Duque de Caxias – R. J., 1998 – 99”.</p> <p>Autor(es): Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde (DECIT).</p> <p>Instituição(ões): Secretaria de Políticas em Saúde (SPS). Ministério da Saúde (MS).</p>	Documento não obtido.	
2004	<p>Título: Contaminação Ambiental e Exposição Humana a Pesticidas Organoclorados, na Cidade dos Meninos, Município de Duque de Caxias, R. J. – Estudo de Caso.</p> <p>Autor(es): Buosi D, Silva JJC.</p> <p>Instituição(ões): Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS). Ministério da Saúde (MS).</p>	<p>Objetivo: Realizar um breve relato do histórico da área, descrever as estratégias adotadas pelos diversos órgãos envolvidos com o problema, desde sua deflagração pela imprensa, e por último, descrever as ações implementadas pelo Ministério da Saúde, a partir de 1999, quando assumiu a responsabilidade sobre a contaminação da área. O documento é finalizado com 3 ações.</p>	<p>As 3 ações em andamento são: Projeto de Lei aguardando votação no Congresso Nacional, para que a comunidade exposta ao HCH possa ser indenizada por danos morais e materiais; acompanhamento da saúde da população via convênio MS/UFRJ, com duração de 5 anos e remediação da área contaminada, após a conclusão dos estudos ambientais pela FEEMA (atual INEA).</p>
2004	<p>Título: Haematologic Alterations in a Population Exposed to Organochlorine Pesticides: Cidade dos Meninos.</p> <p>Autor: Grimmer ARM, Koifman S, Koifman-Jorge R, Rego G Monteiro-Torres, Berbara-Augusto V, Neto-Ribeiro AA.</p> <p>Instituição (ões): Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro e Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)/ FIOCRUZ</p>	<p>Even though the inhabitants of Cidade dos Meninos were submitted to high exposition to α, β, and γ isomers of HCH, to DDT metabolites, and to HCB, the average values observed in the hematologic tests realized (hematias, leucocytes, and neutrophiles counting) and hepatic tests (direct and indirect and total bilirubin, GOT, GPT, and g-GT) showed results between the reference values.</p>	<p>Os resultados sugerem um programa de monitoramento e acompanhamento desta população através do Programa de Saúde da Família, sobre os exames clínico-laboratoriais, tanto quanto um Registro de Câncer específico de base populacional, tendo em conta o risco de câncer descrito na literatura para populações expostas a essas substâncias químicas (IARC).</p>

ANO	IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO	CONTEÚDO	RESULTADOS E CONCLUSÃO
2004	<p>Título: Avaliação Preliminar de Exposição ao Hexaclorociclohexano (HCH) na Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, RJ.</p> <p>Autor (es): Carvalho ACMG.</p> <p>Instituição: PUC-RIO</p>	<p>Objetivo: Fazer um levantamento e a análise dos dados disponíveis sobre a toxicologia do HCH e dos dados sobre a contaminação do solo e água subterrânea [...] para, através da análise destes dados se fazer uma avaliação preliminar de exposição da população potencialmente exposta. Desta maneira, gerar mais alguns subsídios com o intuito de se definir a melhor forma de gerenciamento da área.</p>	<p>Os valores calculados de Coeficiente de Risco indicam que a probabilidade de existirem efeitos adversos à saúde da população associado ao HCH é mínima. No entanto outros parâmetros necessitam ser avaliados, principalmente em relação aos efeitos sinérgicos dos contaminantes hoje existentes. Trata-se de uma avaliação complexa que, embora muitos estudos tenham sido realizados, os resultados ainda não são conclusivos. [...]</p> <p>O levantamento de novos dados, bem como a execução de estudos e pesquisas orientadas, é, portanto, ainda requeridos para que se possa proceder a uma avaliação de risco cientificamente embasada. A área contaminada ainda carece de um programa de gerenciamento que inclua a remediação da área contaminada.</p>
2005	<p>Título: Determinação dos níveis de exposição a pesticidas organoclorados, Cidade dos Meninos, Município de Duque de Caxias, RJ.</p> <p>Autor (es): Koifman S, Sarcinelli PN, Rosa AC, Mattos IE, Monteiro GTR, Carvalho IA.</p> <p>Instituição: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)</p>	<p>Das 991 amostras de sangue analisadas revelaram que apenas 21 pessoas (2,7 %) não detectaram algum dos resíduos pesticidas pesquisados. As demais amostras apresentaram resultados da ordem de 95,9 % para o α-HCH, 97,3 % para o β-HCH, 94,2 % para o Lindano (γ-HCH), 99,7 % para o DDT e 87,2 % para o HCB.</p>	<p>Confirmou a expectativa de contaminação sérica com α-HCH, β-HCH e γ-HCH, DDT e HCB na população de Cidade dos Meninos.</p> <p>Embora não fizesse parte da solicitação inicialmente do Ministério da Saúde, também foi pesquisada e evidenciada a contaminação por: Heptacloro, α-clordano, γ-clordano, Aldrin, Endrin, Dieldrin, Endosulfan 1, Endosulfan 2, Transnacloro, Metoxicloro e Mirex.</p>

ANO	IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO	CONTEÚDO	RESULTADOS E CONCLUSÃO
2006	<p>Título: Estudo das alterações hematológicas e bioquímicas em população exposta a resíduos de pesticidas organoclorados: inquérito na Cidade dos Meninos, Município de Duque de Caxias.</p> <p>Autor (es): Rondon MGA.</p> <p>Instituição (ões): Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)/FIOCRUZ</p>	<p>Estudo descritivo exploratório sobre as alterações hematológicas e bioquímicas causadas pela exposição crônica a resíduos de pesticidas organoclorados da população de Cidade dos Meninos, Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.</p>	<p>Foi observado aumento da prevalência de anemia, em especial entre os homens, com aumento proporcional ao aumento dos níveis de contaminação, e ao maior número de contaminantes, leucocitose e neutropenia.</p> <p>Em relação às provas de função hepática, houve aumento significativo da γ-GT, em ambos os sexos, com prevalências maiores nas mulheres. As prevalências são também maiores nos indivíduos que declararam não fazer uso de bebidas alcoólicas, independentemente do sexo.</p>
2008	<p>Título: Assessment of human health risk from organochlorine pesticide residues in Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brazil.</p> <p>Autor(es): Asmus CI, Alonzo HG, Palácios M, Silva AP, Freitas Filhote MI, Buosi D, Câmara VM.</p> <p>Instituição (ões): Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.</p>	<p>Os seguintes compostos organoclorados excederam os limites estabelecidos e foram considerados poluentes alvo: HCH e seus isômeros, em ovos, leite e solo; DDT e seus metabólitos, triclorobenzenos; triclorofenóis e dioxinas e furanos, em ovos e solo.</p>	<p>Para todas as substâncias estudadas (com a exceção aos triclorofenóis), as doses estimadas ultrapassaram os níveis de risco mínimo para crianças e adultos cronicamente expostos. Segundo a classificação da ATSDR a área foi considerada um "perigo urgente para a saúde pública" por causa de sua grave e alta exposição a substâncias que são perigosas para a saúde humana.</p>
2008	<p>Título: Human Contamination to Organochlorine Pesticides and Birth Weight Distribution in Cidade dos Meninos, State of Rio de Janeiro, Brazil.</p> <p>Autor(es): Koifman S, Koifman RJ, Sarcinelli P, Rosa AC, Carvalho IA.</p> <p>Instituição(ões): Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)/FIOCRUZ</p>	<p>A mean birth weight of 3,045 g was observed in the 1924-49 birth cohort, 3,072 g, in the 1950-62 birth cohort, 3,126 g in the 1963-75 birth cohort, 3,310 g in the 1976-91 birth cohort and 3,014 g in the 1991-2003 birth cohort (P linearity = 0.23). Mean birth weight among residents with both p-p'-DDE and β-HCH high levels (4th quartile) was 3,172 g ($s = 400$ g), while 3,123 g ($s = 600$ g) among those with both organochlorine levels within the 1st quartile.</p>	<p>Os resultados observados não sugerem que a distribuição de peso ao nascer entre os moradores de Cidade dos Meninos tenha sido afetada como consequência de uma exposição a longo prazo a organoclorados entre os pais, portanto, mostrando um declínio médio de peso de nascimento em gerações subsequentes.</p> <p>Neste sentido, não se observa associação entre a exposição ao DDT e ao HCH a longo prazo e o baixo peso ao nascer subsequente em populações afetadas.</p>

ANO	IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO	CONTEÚDO	RESULTADOS E CONCLUSÃO
2008	<p>Título: Health Surveillance Program of the Exposed Population to Organochlorades Pesticides in “Cidade dos Meninos”.</p> <p>Autor(es): Turci S*, Moreno dos Reis M e Colaboradores.</p> <p>Intuições: *Instituto Nacional do Câncer, Fundação Oswaldo Cruz.</p>	<p>Effects on reproduction were also observed, such as atrophy of testicles, decrease of the testosterone levels, decrease in fertility (both sexes), and an increase of the number of abortions and congenital malformations. By being linked to the estrogenic receivers, these substances can also generate precocious menstruation. To be able to evaluate all these possibilities, questions and specific laboratory exams were included in the clinical evaluation of health. The information obtained by this program will feed a System that is being developed to store exposition, clinical and laboratory data, as well as the follow-up of resident’s health.</p>	<p>A conclusão da autora foi que finalmente, é importante lembrar que a contaminação ambiental aconteceu neste lugar é um evento estranho, não semelhante a qualquer outro já registrado.</p>
2008	<p>Título: Informações acerca da antiga fábrica de pesticidas na Cidade dos Meninos-Duque de Caxias-RJ requeridas pelo Deputado Edson Duarte.</p> <p>Autores: Instituição: Ministério da Saúde</p>	<p>Respostas às solicitações do Deputado Edson Duarte quanto:</p> <p>1-Estudo sobre leucemia em CM; 2-Cópia dos estudos realizados em CM após 2006; 3- As medidas que o MS adotou para resolver o problema e a previsão do caso solucionado.</p>	<p>1-Sobre o estudo o DASIS/SVS informa que foi realizado por interesse pessoal da profissional e que não possui cópia; 2- Quanto aos itens 2 e 3, descreve as ações e estudos realizados pelo MS na Cidade dos Meninos e disponibiliza, anexo, o relatório parcial do Resultado da Avaliação Clínica, laboratorial e Psicossocial de Acompanhamento da Saúde da População Exposta a Resíduos de Agrotóxicos Organoclorados em Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, RJ do INCA 2008</p>
2009	<p>Título: Cidade dos Meninos, Município de Duque de Caxias – RJ</p> <p>Autor: Instituto Nacional do Câncer (INCA)</p>	<p>Objetivos: elaborar, implantar e coordenar um programa de vigilância e atenção à saúde da população exposta</p>	<p>Documento não obtido</p>

ANO	IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO	CONTEÚDO	RESULTADOS E CONCLUSÃO
2010	<p>Título: Alterações tireoidianas em população exposta a organoclorados em Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, Rio de Janeiro.</p> <p>Autor(es): Braga IFA, Guimarães RM, Vianna AS, Asmus CIF.</p> <p>Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)</p>	<p>Avaliar a ocorrência de transtornos tireoidianos nesta população e associá-los com as variáveis sociodemográficas.</p>	<p>O estudo encontrou alta prevalência de alterações nos hormônios secretados pela tireoide. Os dados foram menos significativos no que concerniu ao TSH. Parece haver uma associação positiva entre a exposição populacional a esses compostos e as alterações dos hormônios tireoidianos em relação ao seu valor de referência.</p>
2010	<p>Título: Análise dos níveis de imunoglobulina E em crianças expostas a compostos organoclorados na Cidade dos Meninos, município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Autor(es): Vianna AS, Asmus CIF, Braga IFA, Guimarães RM.</p> <p>Instituição: UFRJ</p>	<p>O grupo de 0 a 6 anos representou 60,9 % (237) e o sexo feminino 56,6 % (220). O percentual de imunoglobulina E aumentada foi de 81 % no grupo de 0 a 6 anos em ambos os sexos e de 90 % do grupo de 7 a 10 anos (feminino) e de 86 % (masculino). O percentual de imunoglobulina E aumentada em crianças foi de 84,5 % e de 71,3 % em adultos.</p>	<p>Os valores de imunoglobulina E encontrados nas crianças estão muito acima dos mensurados na população em geral, podendo indicar sinal de imunotoxicidade, especificamente alergia.</p>
2010	<p>Título: Pubertal Development in Adolescents Exposed to Organochlorine Compounds: A Cross-Sectional Survey in Brazil.</p> <p>Autor(es): RM Guimarães, Asmus CIF, Braga IA, Vianna AS.</p> <p>Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)</p>	<p>The mean age of adolescents was 15.5 years (SD \pm 2.5) in a total of 54 girls and 18 boys. The ages found for the male pubertal development were: pubarche, 12.4 years (SD \pm 1.4), semenarche 11 years (SD \pm 6.10), and penis enlarge 12.5 years (SD \pm 1.5). As well, the girls had the following ages for development: menarche 11.8 years (SD \pm 1.4), thelarche 11.1 years (SD \pm 1.5) pubarche and 11.1 years (SD \pm 1.4). The data show a typical pattern of distribution by age, being more frequent change of the structure of the genitalia observed between 12 and 13 years old. However, observed values were outliers, 10 and 15 years. It's shown up outliers higher values for the distribution of hair, with 14 and 15 years. In the group of girls, the group of infants has two outlier values (15 and 16 years) than the appropriate default development. A similar analysis it is up to the age of thelarche, where there is a higher outlier (16 years).</p>	<p>O padrão da amostra, portanto, é que os adolescentes chegam à menarca, à telarca e à pubarca em idades considerados normais.</p>

ANO	IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO	CONTEÚDO	RESULTADOS E CONCLUSÃO
2011	<p>Título: Exposição a organoclorados e alterações em caracteres sexuais primários e secundários na população exposta em Cidade dos Meninos, Brasil</p> <p>Autor: Guimarães, RM</p> <p>Instituição: UFRJ/Instituto de Estudos em Saúde Coletiva.</p>	<p>Objetivos: descrever e analisar a tendência temporal da proporção entre os sexos no nascimento na Cidade dos Meninos; avaliar o padrão de desenvolvimento puberal de adolescentes expostos a pesticidas organoclorados no Brasil; e estimar a magnitude da associação entre exposição a organoclorados e atraso puberal. Para atender a esses objetivos, foram utilizados dados de nascimentos entre 1937 e 2007 da população local residente.</p>	<p>Os dados mostraram que a exposição das crianças aos pesticidas organoclorados produziu um aumento significativo nas concentrações séricas de T3 Total. As implicações clínicas deste tipo de elevação de T3 Total e posterior desenvolvimento são incertas e justificam a necessidade de acompanhamento de saúde dessas crianças.</p>
2012	<p>Título: Long term exposure to organochlorine pesticides and thyroid function in children from Cidade dos Meninos, Rio de Janeiro, Brazil.</p> <p>Autor(es): Freire C, Koifman RJ, Sarcinelli P, Rosa AC, Clapauch R, Koifman S.</p> <p>Instituição (ões): Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)/FIOCRUZ</p>	<p>Multivariate linear regression was conducted to examine thyroid hormone levels according to quintiles of organochlorine exposure, controlling for age, gender and serum lipid content. Free T4 and TSH levels were within reference values (0.7-1.8 ng/dl and 0.35-5.5 mU/l), whereas total T3 was above the reference range (80-180 ng/dl) in 28% of children. More than 60% of the children had detectable levels of most organochlorine pesticides. With the exception of heptachlor and methoxychlor, total T3 levels showed a significant increasing linear trend regardless of pesticide type to which children were exposed. Free T4 levels were positively and significantly associated only with exposure to p,p'-DDD, endosulfan 1, and dieldrin. No significant trend was found for TSH</p>	<p>Os dados mostraram que a exposição das crianças aos pesticidas organoclorados produziu um aumento significativo nas concentrações séricas de T3 Total. As implicações clínicas deste tipo de elevação de T3 Total e posterior desenvolvimento são incertos e justificam a necessidade de acompanhamento de saúde dessas crianças.</p>

ANO	IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO	CONTEÚDO	RESULTADOS E CONCLUSÃO
2012	<p>Título: Chronic Exposure to Organochlorine Pesticides and Levels of Thyroid Hormones in Adult Population From Cidade dos Meninos, RJ, Brazil.</p> <p>Autor (es): Freire C, Koifman RJ, Sarcinelli P, Rosa AC, Clapauch R, Koifman S.</p> <p>Instituição: Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)/FIOCRUZ</p>	<p>Study population presented high prevalence and concentrations of OC pesticides. After adjusting for serum lipid content and potential confounders (age, ethnicity, residence duration, body mass index, smoking, and alcohol consumption), tT3 levels were significantly associated with lower concentrations of endosulphan 2 in men and higher concentrations of alpha-chlordane, p,p'-DDT, endosulphan 2, and methoxychlor in women. Levels of fT4 were significantly and inversely associated with beta-HCH and p,p'-DDT in men, while they were positively associated with HCB, heptachlor, o,p'-DDT, and p,p'-DDT in females. TSH levels were associated with higher beta-HCH in men.</p>	<p>A exposição a certos pesticidas organoclorados foi associada com menores concentrações de HT em homens, enquanto as associações positivas foram encontradas para a exposição a alguns pesticidas nas mulheres. Estes resultados sugerem que os pesticidas organoclorados podem afetar o sistema da tireóide através de mecanismos específicos do gênero que podem diferir entre os compostos. Outras investigações detalhadas e monitoramento de saúde devem ser garantidos para esta população.</p>
2012	<p>Título: Aspectos Epidemiológicos da Hanseníase: Uma Abordagem Espacial.</p> <p>Autor (es): Duarte-Cunha M, Souza-Santos R, Matos HJ, Oliveira MLW.</p> <p>Instituição: Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz, Faculdade de Ciências Médicas/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Hospital Universitário Clementino Fraga Filho/Universidade Federal do Rio de Janeiro.</p>	<p>Objetivo: Identificar o padrão espacial da ocorrência da hanseníase em Duque de Caxias. Foram selecionados todos os casos novos de hanseníase registrados no banco do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), entre 1998 e 2006.</p> <p>Houve redução da proporção de casos com grau II de 13,6 % para 8,6 % (p = 0,04). Verificou-se aumento da detecção de casos com forma indeterminada, de 10,3 % para 18 % (p = 0,00).</p>	<p>A análise espacial identificou cluster na faixa sul-noroeste, não relacionado diretamente às ações de campanhas ou descentralização, mostrando ser uma ferramenta importante para identificação de áreas críticas da endemia e para avaliação do impacto das ações estratégias de combate à doença.</p> <p>Há predomínio de bairros com taxas mais altas, ocupando uma faixa, não contínua, que se estende do sul ao noroeste do município, em todos os períodos. Entre eles estão: Parque Capivari, Centenário, Centro, Cidade dos Meninos, Pilar e Parque Sarapuú. (grifo nosso)</p>

(conclusão)

ANO	IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO	CONTEÚDO	RESULTADOS E CONCLUSÃO
2012	<p>Título: Alterações nos marcadores hepáticos decorrente da exposição ambiental a organoclorados em uma comunidade do Rio de Janeiro.</p> <p>Autora: Bahia CA.</p> <p>Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).</p>	<p>Através de estudo do tipo observacional (seccional), tendo como população aquela residente em Cidade dos Meninos, e que participou do inquérito de saúde da população residente na área, no ano de 2007, realizado pelo INCA, como parte do convênio estabelecido entre o INCA e a CGVAM (n = 1164), porém apenas 354 indivíduos foram incluídos na análise, devido à falta de informação nas variáveis usadas para criar os grupos de exposição.</p> <p>A população era predominantemente do sexo masculino, de faixa etária maior de 20 anos, com IMC adequado.</p>	<p>A maior parte dos casos apresentava níveis normais dos marcadores hepáticos e de colesterol total, HDL, LDL e triglicerídeos. Os indivíduos mais expostos aos compostos organoclorados apresentavam mais alterações nos níveis séricos de LDL e colesterol total. Entretanto, para os demais marcadores hepáticos, após a elaboração da regressão logística, não foi encontrada significância estatística para os grupos de exposição. A autora conclui que o achado é coerente com os mecanismos toxicológicos dos organoclorados, que interferem no sistema endócrino ao realizar <i>feedback</i> negativo na síntese de hormônios esteroidais, especialmente o estrogênio, e com isso interferindo também no metabolismo lipídico. Não houve condições de avaliação de lesão hepática devido às limitações do estudo.</p>
2014	<p>Título: Exposição a pesticidas organoclorados e desenvolvimento cognitivo em crianças e adolescentes residentes em Cidades dos Meninos, Duque de Caxias, RJ / Exposure to organochlorine pesticides and cognitive development in children and adolescents in Boys Town, Duque de Caxias, RJ</p> <p>Autora: Campos, Élide de Albuquerque</p> <p>Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).</p>	<p>Objetivos: Avaliar o desenvolvimento cognitivo de crianças e adolescentes residentes no bairro Cidade dos Meninos, Duque de Caxias - RJ, área intensamente contaminada com pesticidas OC, e explorar a associação entre a exposição a estes compostos e o desempenho cognitivo infantil.</p> <p>Metodologia: Foi realizado um estudo seccional onde se avaliou o desempenho cognitivo de crianças e adolescentes de 6 a 16 anos residentes no local de setembro de 2012 a dezembro de 2013</p>	<p>Conclusão: Os resultados são sugestivos de que a exposição crônica aos pesticidas OC interfere negativamente no desenvolvimento cognitivo das crianças e adolescentes residentes em Cidade dos Meninos.</p>

Fonte: Autora, 2015

APÊNDICE B– Complexo Escolar da Cidade dos Meninos

Figura 23: Instituto Provedora Margarida Araújo



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2015

Figura 24: Instituto Nossa Senhora da Paz



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2015

Figura 25: Instituto Dom Bosco



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2015

Figura 26: Escola Estadual Cidade dos Meninos



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2015

Figura 27: Instituto Profissional Getúlio Vargas



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2015

Figura 28: Escola Municipal Sara Kubitschek (2ª sede)



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2015

Figura 29: Antigo “anexo” para crianças portadoras de necessidades especiais



Fonte: Cedido por Neiva Vieira da Cunha, 2012

APÊNDICE C – Obra do Arco Metropolitano

Figura 30: Placa de desvio no acesso às casas dos moradores à margem do Rio Capivari



Fonte: Arquivo pessoal da autora em 06/01/2010

Figura 31: Obra do Arco Metropolitano ao fundo e margem de acesso às casas



Fonte: Arquivo pessoal da autora em 06/01/2010

Figura 32: Canteiro de obras do Arco Metropolitano



Fonte: Arquivo pessoal da autora em 05/10/2010

ANEXO A – Contaminantes de Interesse

Quadro 3 - Contaminantes de Interesse, características gerais, ação tóxica, atividade carcinogênica e metabolismo de eliminação (continua)

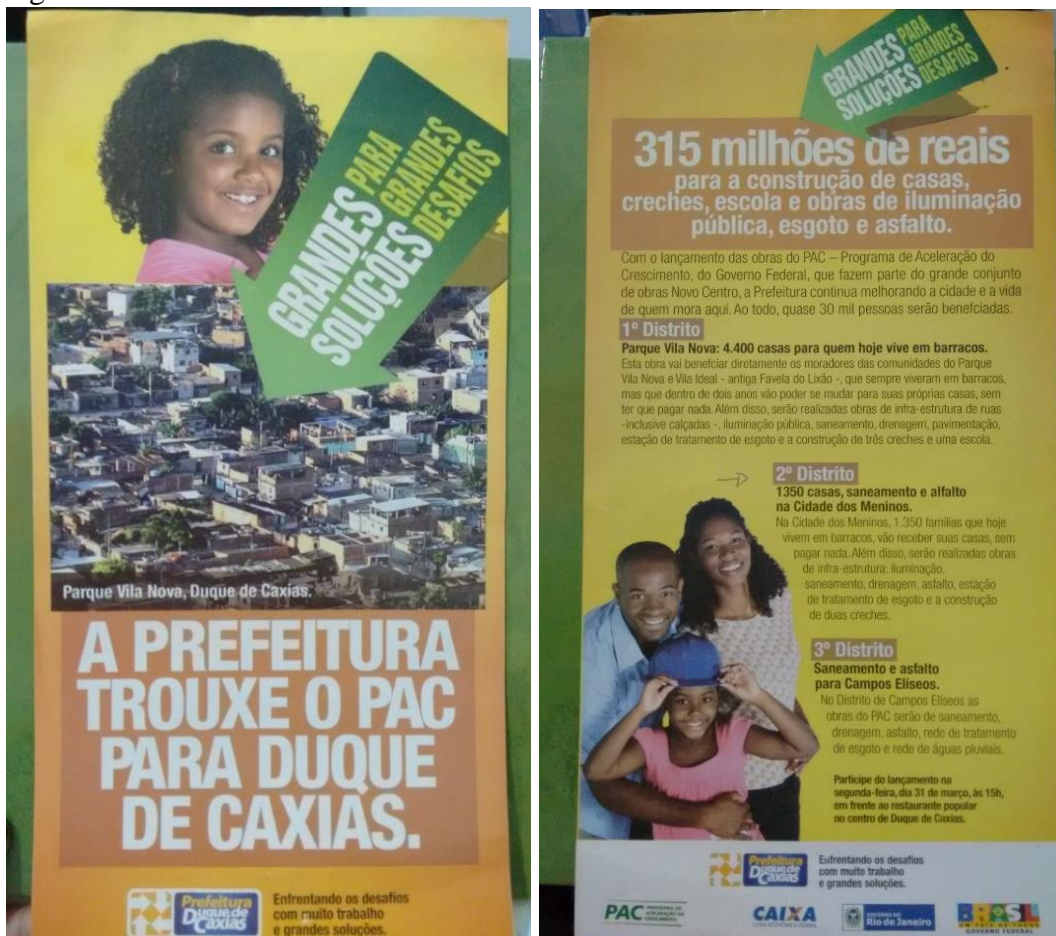
	Características Gerais	Ação Tóxica	Atividade Carcinogênica (IARC)	Metabolismo e Eliminação
HCH isômeros	Sua definição espacial permite a presença de isômeros, sendo o mais comum deles o gama (γ), conhecido comercialmente como lindano. Outros isômeros mais conhecidos são o alfa (α), beta (β) e delta (δ), sendo que o isômero α -HCH apresenta dois enantiômeros. O isômero γ -HCH é o mais persistente no ambiente, provavelmente devido à sua configuração mais estável, dificultando a quebra da molécula. O isômero γ -HCH é o que apresenta o maior potencial pesticida.	Sistema Nervoso Central (há hipóteses que sugerem haver mecanismo de inibição do neurotransmissor GABA e outros efeitos de estimulação e inibição do SNC). Outros sistemas como o renal, hepático, hematológico e o de homeostase bioquímica seriam alvo de ação do HCH e seus isômeros (lesão tubular renal; aumento e degeneração gordurosa do fígado; diminuição na contagem de hemáceas e leucócitos e no hematócrito; aumento da fosfatase alcalina e da ALA-D; aumento das atividades do citocromo P450; efeitos reprodutivos)	2b	A eliminação de se dá, em média, em um período de 7,2 anos, (sangue total), e de 7,6 anos, (concentração em lipídios circulantes). O percentual de gordura total no corpo mostrou ser o fator que mais interfere na taxa de eliminação. A eliminação se faz principalmente pela excreção urinária dos produtos de biotransformação, tanto em forma livre (WHO/IPC, 1991).
DDT isômeros	Leva cerca de 12 anos para ser degradado, pode dispersar-se durante muito tempo através da água, ar e sobretudo carreado no ambiente por organismos vivos.	Há evidências experimentais de que o DDT e seus metabólitos têm atividades estrogênicas ou antiandrogênicas. São classificados como disruptores endócrinos e podendo estar envolvidos em mecanismos de imunossupressão, distúrbios neurocomportamentais e disfunções sexuais. Podem ainda estar envolvidos em mecanismos de indução do câncer de mama, de testículos e de próstata e ainda na endometriose; efeitos para o SNC (pele fria e sensível ao contato, tremores, perspiração, parestesias da língua, lábios e face, tonturas, cefaléia, náuseas, vômitos, confusão mental e convulsões tônico-clônicas quando em altas doses); aumento de histamina e taquipnéia em trabalhadores expostos; danos hepáticos (hiperplasia e hipertrofia de tecidos).	2b	Em doses baixas e repetidas, há acumulação progressiva até que se atinja um <i>plateau</i> ou nível de equilíbrio com o meio, o que ocorre em geral no ser humano ao redor de um ano. Em doses elevadas, a acumulação é relativamente mais baixa, devido à excreção também ser maior e, caso interrompida a exposição, há eliminação lenta do composto acumulado nos tecidos. Alguns estudos experimentais sugerem que, embora ocorra transferência placentária de DDT e DDE, a excreção através do leite humano parece ser mais importante.
TCP	Grupo de compostos com 19 isômeros, cada um contendo de 1 a 5 átomos de cloro. Todos são derivados do fenol, como o álcool aromático mais simples, e podem surgir da decomposição de outros produtos mais complexos, como o hexaclorobenzeno (HCB) e o HCH. Eles possuem toxicidade aguda e crônica, dependendo do número de átomos de cloros presentes na molécula. Na Cidade dos Meninos foram identificados o 2,4,5-TCP e o 2,4,6-TCP.	O mecanismo de toxicidade é baseado em alterações provocadas na fosforilação oxidativa nas mitocôndrias (aumento relativo de ATPase provocando respiração do tipo repouso; em concentrações elevadas, haveria inibição significativa da respiração celular associada com a quebra de transporte ativo de íons e diminuição da atividade da ATPase, danificando a estrutura mitocondrial). O 2,4,6-TCP apresenta atividade aneugênica e clastogênica fraca; alterações respiratórias como tosse e dor torácica; porfiria cutânea tardia em	2b	Há isomerização com outros triclofenóis e conjugação com o ácido glicorrônico. A eliminação dá-se predominantemente pela urina. Pessoas com alterações das funções hepática, renal e endócrina por outros motivos são mais sensíveis aos compostos desse grupo, como também crianças e pessoas com deficiências nutricionais importantes.

TCB	<p>Sofre processo de bioacumulação e é persistente no ambiente, sendo fortemente adsorvido ao solo que contém matéria orgânica. A contaminação de águas subterrâneas pode ocorrer quando camadas mais profundas do solo são atingidas. No ar, o TCB reage com radicais hidroxilas, apresentando meia-vida de 18,8 dias e, na água, apresenta processo importante de bioacumulação em peixes, sendo a evaporação um meio ineficaz de eliminação. O ambiente domiciliar apresenta geralmente os mesmos níveis encontrados no meio externo, com exceção das casas próximas de depósitos químicos.</p>	<p>expostos à 2,4,5-TCP (eliminação de porfirinas urinárias e elevação de enzimas hepáticas, evidenciando dano celular).</p> <p>É altamente absorvido através das vias digestiva e respiratória e menos eficazmente absorvido pela pele. Nos organismos, acumula-se predominantemente no tecido gorduroso e, em menor extensão, no fígado. Há efeitos como hemoptise grave em trabalhador; é irritação para os olhos e para as vias respiratórias; alteração de enzimas hepáticas; porfiria hepática; cloracne; dermatite; anemia; alterações anatômicas e funcionais de fígado, rins e fetotoxicidade</p>	3	<p>Seu metabolismo é mediado por enzimas microsossomais quebrando-se em clorofenóis que são então conjugados com glutathions, sulfatos e ácido glicorrônico. A excreção ocorre por via urinária e pelas fezes. A meia-vida, calculada através de experimentos animais, é de cerca de 90 dias</p>
Dioxinas/ Furanos	<p>PCDDs e PCDFs sempre aparecem como mistura de congêneres e são lipofílicos, semivoláteis e tóxicos, principalmente para os animais, havendo transporte de longa distância no ambiente. As propriedades físico-químicas e a toxicidade variam entre os congêneres em muitas ordens de magnitude. No total são 75 possibilidades de arranjos para PCDDs e 135 para PCDFs. Acumulam-se em tecidos gordurosos e em matrizes ricas de carbono, como solo e sedimentos. Dioxinas e furanos são contaminantes indesejáveis de inúmeros processos químicos industriais e seus produtos, ou subprodutos da combustão incompleta de lixo químico em incineradores, não havendo qualquer uso para os mesmos.</p>	<p>Há acumulação na cadeia alimentar associada principalmente à presença de gordura. Alguns grupos populacionais estão, entretanto, mais sujeitos à exposição de níveis elevados de dioxinas, como crianças em amamentação e grandes consumidores de peixes em áreas contaminadas. Os efeitos potenciais da exposição ao 2,3,7,8 - PCDD para a saúde incluem alterações dermatológicas, gastrointestinais, urogenitais, imunológicas, reprodutivas, hormonais, teratogenicidade e carcinogenicidade; atrofia do timo, hipertrofia/hiperplasia hepática, atrofia de gônadas, edema subcutâneo e hemorragia sistêmica.</p>	<p>A 2,3,7,8 - PCDD é classificada como grupo 1. As demais dioxinas são classificadas como grupo 3, ou seja, as evidências de carcinogenicidade para humanos não são suficientes ou são inadequadas.</p>	<p>Na maioria das espécies animais estudadas, a 2,3,7,8 - PCDD é a que mais sofre bioacumulação, principalmente no fígado e no tecido adiposo. Em altas doses, pode ocorrer seqüestro hepático. A meia-vida da PCDD em seres humanos tem sido estimada em 5 a 11 anos. Sabe-se, porém, que a meia vida aumenta com a idade, provavelmente devido ao aumento de tecido adiposo e diminuição do metabolismo basal. Embora haja grande variação de meias-vidas dentre os diferentes congêneres, a meia vida da PCDD pode ser usada em caso de exposição crônica para efeitos práticos.</p>

Fonte: GUIMARÃES, 2011

ANEXO B – Panfleto do PAC – 1350 casas, saneamento e asfalto na Cidade dos Meninos

Figura 33: Panfleto do PAC Cidade dos Meninos



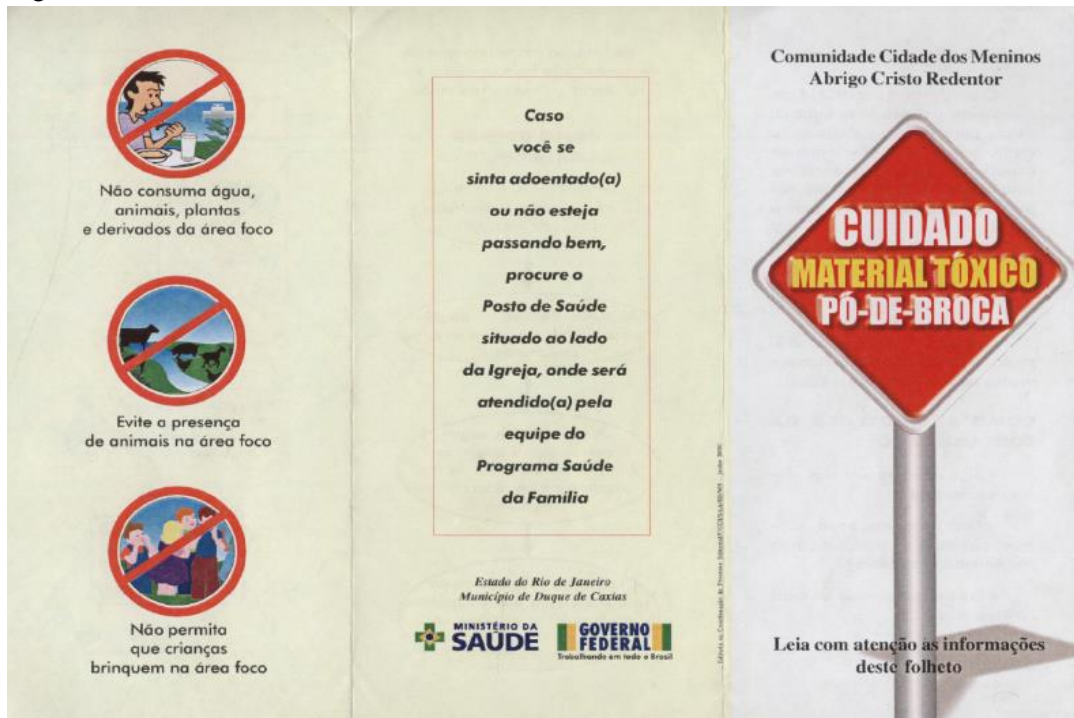
a) frente

b) verso

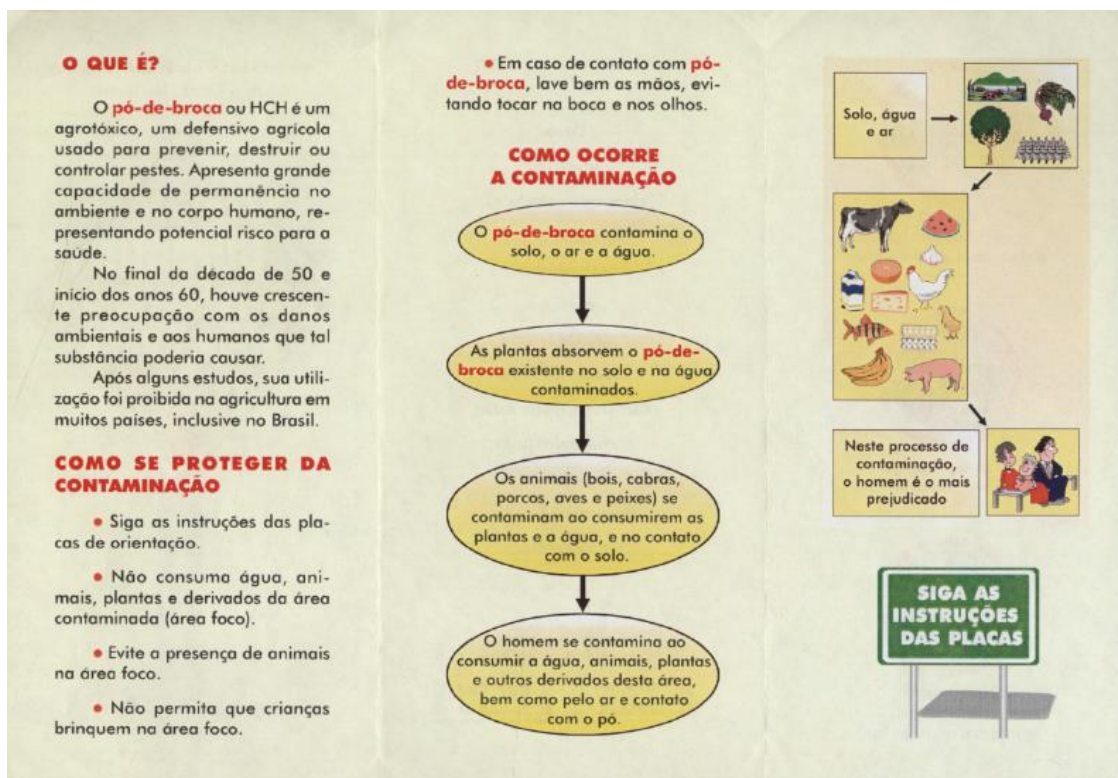
Fonte: arquivo pessoal da autora, 2007

ANEXO C – Folder utilizado na Educação Ambiental

Figura 34: Folder - Cuidado Material Tóxico Pó de Broca



a) Frente

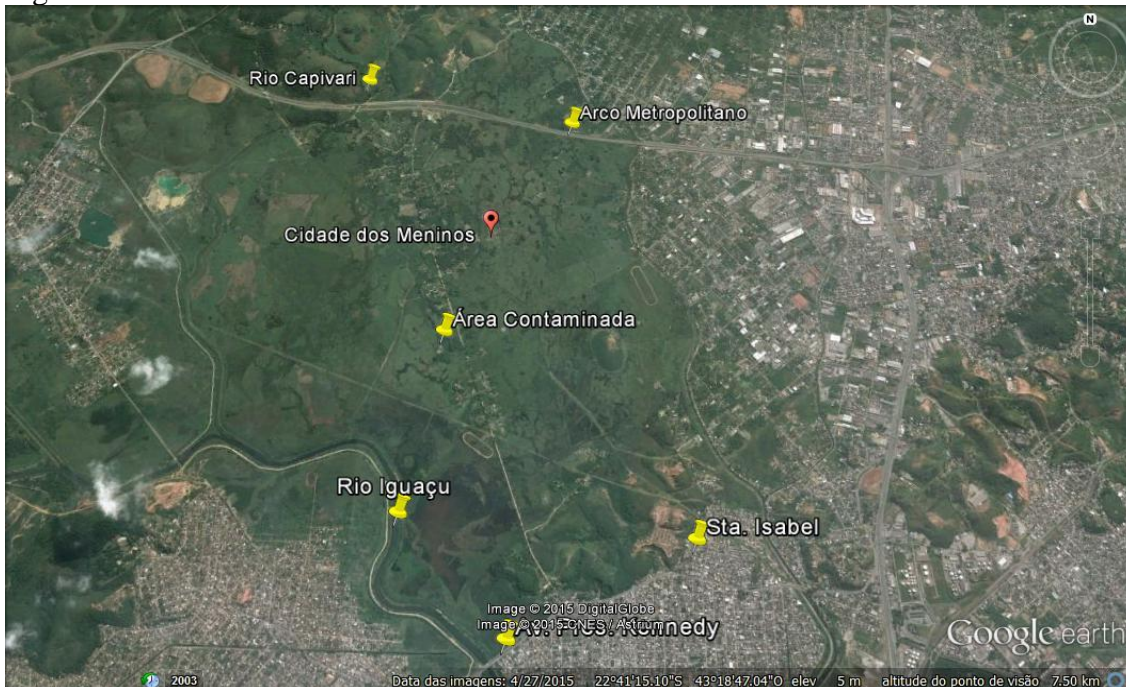


b) verso

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2001

ANEXO D: Panfleto de venda de terrenos de Cidade dos Meninos

Figura 35: Vista aérea de Cidade dos Meninos



Fonte: GOOGLE MAPS, 2015.

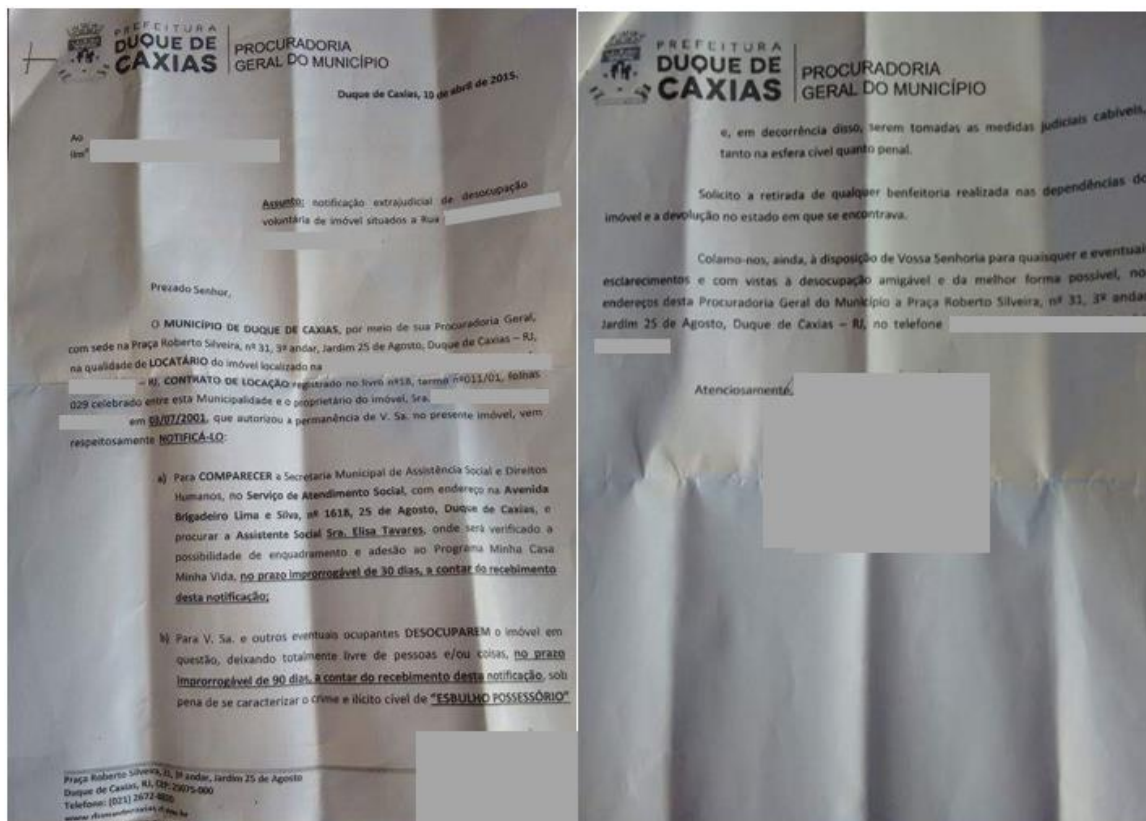
Figura 36: Panfleto de venda de terrenos em Cidade dos Meninos



Fonte: Desconhecida - distribuição de rua – agosto de 2015

ANEXO E: Notificação extrajudicial de desocupação de imóvel

Figura 37: Notificação extrajudicial de desocupação “voluntária” de imóvel



Fonte: cedido por morador, 2015

ANEXO F: Demanda SIC nº 1394212 de 27/04/2015**Figura 38: Informações do MS sobre Cidade dos Meninos****DEMANDA SIC Nº 1394212 - 27/04/2015**

Informação a ser prestada ao SIC, em atendimento à demanda da consulente.

Observação do Cidadão:

"INFORMAÇÕES ATUALIZADAS SOBRE AÇÕES NO CASO CIDADE DOS MENINOS EM DUQUE DE CAXIAS - RJ. SOLICITO INFORMAÇÕES ATUALIZADAS SOBRE PLANO DE AÇÃO DE CIDADE DOS MENINOS QUANTO A REMEDIAÇÃO AMBIENTAL, POSSIBILIDADE DE REMOÇÃO OU INDENIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E A MELHORIA NAS CONDIÇÕES DE ACOMPANHAMENTO A SAÚDE DOS MORADORES. BEM COMO SOBRE O ANDAMENTO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA QUE ENVOLVE O CASO. TAIS SOLICITAÇÕES SÃO FUNDADAS NA FALTA DE INFORMAÇÕES E TRANSPARÊNCIA QUE O ENVOLVEM O CASO.

DESDE JÁ AGRADEÇO.

ATT.

”

A região de “Cidade dos Meninos”, localizada no Município de Duque de Caxias/RJ é uma área de domínio da União com aproximadamente 19,4 milhões de metros quadrados, localizada no município de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro. Nesta área há aproximadamente 750 famílias expostas a uma contaminação ambiental.

Desde o início da década de 1990, o Ministério da Saúde vem executando um conjunto de ações para monitorar e ofertar atendimento à saúde da população residente, bem como conduzindo as tratativas para retirada da população da área e posterior remediação do terreno.

Em 2008, por intermédio da Portaria Interministerial nº 1557, de 1º de agosto de 2008, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial “Cidade dos Meninos” para a implementação do Plano de Ação Cidade dos Meninos.

Desde então várias novas tratativas têm sido realizadas com vistas à mitigação dos problemas existentes na área.

Os trabalhos estão sendo desenvolvidos considerados 04 eixos principais de atuação, a saber:

- a) Retirada da população do local;
- b) Remediação ambiental da área;
- c) Monitoramento da saúde da população exposta;
- d) Destinação do imóvel.

Em reunião, ocorrida no dia 05 de abril de 2013 no Gabinete do Senhor Prefeito do Município de Duque de Caxias/RJ, Alexandre Cardoso, alinhou-se entendimentos quanto à destinação da área, apontando-se a necessidade de se estudar novas técnicas de remediação ambiental para o processamento dos resíduos contaminados na “Cidade dos Meninos”.

Foram, também, definidas iniciativas para o início do processo de discussão com a população local acerca do seu remanejamento para se providenciar a descontaminação do terreno, bem como das questões relativas à cessão da área para a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias que deve ser viabilizada após a definição da metodologia de remediação da área.

Apresentam-se, a seguir, em apertada síntese, os principais encaminhamentos em relação aos 03 (três) dos eixos objeto da consulta.

1. Em relação ao eixo “a”.

Cabe informar que a municipalidade de Duque de Caxias/RJ concluiu a atualização do diagnóstico físico-social dos moradores da área conhecida como “Cidade dos Meninos”, primeiro passo para a eventual realocação de parte dos moradores da área para empreendimento(s) do Programa “Minha Casa Minha Vida” – MCMV.

Inúmeras tratativas foram levadas a efeito junto à Secretaria Nacional de Habitação/Ministério das Cidades, nas quais praticamente já se estabelecera consenso quanto ao fato de que, os moradores que assim aceitarem, poderão ser remanejados para os empreendimentos do Programa “Minha Casa Minha Vida” a serem entregues no município.

Em reunião ocorrida em 02/09/2014, junto à Casa Civil da Presidência da República, com a presença do Prefeito do Município de Duque de Caxias, Sr. Alexandre Cardoso, lhe fora apresentada a proposta de solução global do problema por parte do Governo Federal, cujas tratativas ainda se mantêm junto à municipalidade de Duque de Caxias.

No tocante à realocação dos moradores da área, em apertada síntese a proposta do Governo Federal apresentada ao Município está assentada fundamentalmente sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

2. Em relação ao eixo “b”.

O Ministério da Saúde logrou êxito em obter a Licença Prévia – LP nº IN026148, datada de 06/02/2014, a qual *“aprova a concepção, localização e a proposta para desenvolver o diagnóstico ambiental e o projeto de implantação do sistema de remediação da área de abrangência da Cidade dos Meninos”*.

3. Em relação ao eixo “c”.

Nesse tocante, deve ser esclarecido que, já há vários anos, a saúde da população da localidade vem sendo acompanhada e tratada.

O Ministério da Saúde assumiu a coordenação da questão de “Cidade dos Meninos” no ano de 1999. A partir desse momento fora feita a consolidação das informações disponíveis sobre todas as ações realizadas na área, permitindo o esboço de um diagnóstico parcial da contaminação, ressaltando a necessidade de complementação das informações.

Em 2001, foi realizada a transferência das 10 (dez) famílias que residiam nas imediações do foco principal para casas alugadas, pelo Ministério da Saúde, no município de Duque de Caxias/RJ. Após a retirada, foi feita a demolição das casas localizadas no foco principal.

Em 2002, para realizar o monitoramento da saúde da população exposta em Cidade dos Meninos, o Ministério da Saúde instituiu, em 2002, Comissão Técnica Assessora, com a missão de fazer recomendações quanto às ações de saúde a serem desenvolvidas junto à população. Essa Comissão elaborou relatório técnico que subsidiou a definição da atuação do setor saúde no monitoramento da saúde da população.

Em 2003, por meio de convênio entre o Ministério da Saúde e a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, foi realizada uma pesquisa para dosar os níveis HCH no sangue da população de Cidade dos Meninos. Os resultados desta pesquisa revelaram que 97,3% da população pesquisada apresentou algum dos resíduos dos contaminantes de interesse analisados e que os níveis de contaminação por esses resíduos organoclorados estavam acima dos valores de referências internacionais permitidos pela OMS. Desde este período são analisadas amostras biológicas.

Em 2007, após elaboração das fichas clínicas, foi realizada avaliação geral de saúde da população com investigações clínicas e laboratoriais para alguns órgãos/sistemas alvo como fígado, sistema nervoso, hematopoiético, endócrino e reprodutor. O objetivo dos dados gerados nesta avaliação geral foi utilizá-los para dar continuidade ao acompanhamento à saúde da população.

Com a finalidade de coordenar as ações do “Plano de Ação Cidade dos Meninos”, os Ministros de Estado da Saúde; das Cidades; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Justiça; do Meio Ambiente e do Planejamento Orçamento e Gestão criaram um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI); Portaria Interministerial nº 1.557, de 1º de agosto de 2008.

Os estudos citados, além de traçarem o perfil de saúde da população exposta, originaram a proposta de funcionamento da rede de atenção voltada para o acompanhamento da saúde da população nos aspectos relacionados à exposição aos organoclorados. Também como resultado destes estudos, foi feita a investigação diagnóstica inicial e seguimento dos indicadores de morbidade específicos (alterações cancerígenas e não cancerígenas do fígado, rins, sistema nervoso central e periférico, sistema hematopoiético, sistema reprodutor, sistema endócrino e sistema imunológico). Atualmente encontra-se em processo um acordo de cooperação envolvendo a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Fiocruz no sentido de dar continuidade ao segmento clínico-toxicológico.

Em 2010, as cópias dos prontuários foram repassadas ao IESC/UFRJ, quando foi iniciada a digitação de todos os dados constantes dos registros individuais.

A partir de 2012, tendo em vista as conclusões parciais, iniciou-se a análise do banco para a classificação da população quanto ao grau de exposição, tomando por base critérios toxicológicos e com o uso de uma técnica de análise multivariada. Iniciou-se, então, a investigação dos compartimentos biológicos específicos, a fim de se obter a associação entre a exposição aos resíduos de organoclorados e os desfechos de interesse (prevalência de doença tireoidiana, alterações de função hepática, alteração em marcadores tumorais, ocorrência de eosinofilia acompanhada de alteração de imunoglobulina).

Atualmente, a Cidade dos Meninos possui uma Unidade Básica de Saúde da Família. As famílias residentes na área são acompanhadas pelo *Programa de Saúde da Família Cidade dos Meninos – Duque de Caxias*. Os exames laboratoriais são realizados no laboratório CDL (Município de Duque de Caxias). Desde 05 de julho de 2013, as coletas são realizadas todas as sextas feiras com os resultados fornecidos semanalmente, e a planilha dos exames tem sido confeccionada pela equipe.

Nos diversos estudos, além da investigação diagnóstica, foram planejados e executados programas de capacitação para a rede de assistência e foi articulado um sistema de referência e contrarreferência nos três níveis de complexidade de atenção à saúde seguindo as pactuações. Os sistemas de monitoramento do MS permitem o acompanhamento da efetivação destas políticas.

Os atendimentos médicos aumentaram devido à presença do laboratório e a regularização das referências e serviços pactuados. Os pacientes faltosos às consultas agendadas devem ser frutos de atenção, e está sendo elaborada a listagem de mulheres a partir de 35 anos, para avaliação mastológica com a parceria estabelecida com o Hospital Universitário da UFRJ.

As visitas das equipes estão sendo reforçadas pelo envio de veículo recentemente doado pelo MS, para cumprimento das seguintes atividades: realização de visitas domiciliares aos pacientes de risco (acamados, deficientes, entre outros); visitas a pacientes residentes nas microáreas 01, 04 e 05, não deixando de considerar as famílias já transferidas para o Centro de Duque de Caxias, que são de responsabilidade do monitoramento de saúde da referida equipe; regularização da entrega dos insumos e correlatos aos pacientes cadastrados e recolhimento da documentação para a retirada do Cartão SUS, já pactuado com a Secretaria Municipal de Saúde.

Por oportuno e, no bojo da solução global à problemática da Cidade dos Meninos, informa-se também que o Ministério da Saúde acabara de celebrar Termo de Cooperação com a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, do Rio de Janeiro, para a realização de nova avaliação e monitoramento dos níveis de organoclorados em 100% da população residente em Cidade dos meninos, visando à contribuição para a compreensão do estado de saúde geral desse grupo populacional e buscando a relação entre avaliações clínicas e agravos existentes com a exposição a essas substâncias.

4. Em relação ao *status* da ação civil pública.

A ação judicial em questão encontra-se com audiência designada para o próximo dia 19/05/2015, com vistas a se demonstrar ao Juízo as ações que estão realizadas, bem como as articulações em curso para a realização da remediação ambiental.

Para maiores informações, o andamento processual poderá ser consultado em www.ifri.jus.br.

Por fim, importante ressaltar que, não obstante extremamente complexa a solução global da problemática envolvendo a Cidade dos Meninos dada à transversalidade das ações de governo, a multiplicidade de atores envolvidos e, também, a necessária pactuação com os demais entes envolvidos – o Município de Duque de Caxias e o Estado do Rio de Janeiro, o Ministério da Saúde fez incluir na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015 o expressivo valor de R\$ 43,8 milhões de reais para se poder dar início à remediação ambiental da Cidade dos Meninos.

É o que temos a informar.

Brasília, 14 de maio de 2015.